

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>BREVE NOTA INTRODUTÓRIA</b>	<b>5</b>
<b>ENQUADRAMENTO</b>	<b>10</b>
<b>RECEITA</b>	<b>12</b>
<b>ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA</b>	<b>13</b>
<b>RECEITAS PRÓPRIAS</b>	<b>16</b>
IMPOSTOS DIRECTOS	19
IMPOSTOS INDIRECTOS	21
VENDA DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS CORRENTES	22
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	24
<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>26</b>
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	29
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>32</b>
<b>EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO</b>	<b>34</b>
<b>DESPESA</b>	<b>40</b>
<b>ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA</b>	<b>41</b>
<b>DESPESAS DE FUNCIONAMENTO</b>	<b>42</b>
DESPESAS COM PESSOAL	43
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	62
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>66</b>
<b>SERVIÇO DE DÍVIDA</b>	<b>68</b>
<b>INVESTIMENTO GLOBAL</b>	<b>72</b>
INVESTIMENTO DIRECTO	73
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	84
ACTIVOS FINANCEIROS	86
<b>ANÁLISE DE DESVIOS</b>	<b>87</b>

<b>COMPARAÇÃO ENTRE A RECEITA E A DESPESA</b>	<b>91</b>
<b>EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS</b>	<b>92</b>
<b>POUPANÇA CORRENTE</b>	<b>93</b>
<b>FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO</b>	<b>95</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>97</b>
<b>BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>99</b>
<b>ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA</b>	<b>100</b>
BALANÇO	100
ACTIVO	101
PASSIVO	106
FUNDOS PRÓPRIOS	110
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>111</b>
RESULTADOS	111
PROVEITOS	112
CUSTOS	113
<b>PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>115</b>
<b>ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>117</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>118</b>
<b>8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE</b>	<b>119</b>
8.1.1. IDENTIFICAÇÃO	119
8.1.2. LEGISLAÇÃO	119
8.1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFECTIVA	119
8.1.4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES	120
8.1.5. RECURSOS HUMANOS	120
8.1.6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	121
<b>8.2 - NOTAS AO BALANÇO FINAL E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>124</b>
<b>8.3 - NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO</b>	<b>135</b>
8.3.1 MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO	135
8.3.2 MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	135
8.3.6 ENDIVIDAMENTO	135
<b>ANEXOS DOCUMENTAIS</b>	<b>136</b>



## **INTRODUÇÃO**



## ***BREVE NOTA INTRODUTÓRIA***









## **ENQUADRAMENTO**

***“ As palavras que não são acompanhadas de factos não servem para nada.”***

Demóstenes

O encerramento e a prestação de contas, de uma forma geral, visam não só a protecção dos eleitos locais responsáveis pela Gestão das Autarquias Locais e também de terceiros, mas também o dever de informar os cidadãos da autarquia em geral, sobre a actividade desenvolvida em cada ano económico. Para o efeito torna-se necessário que anualmente se proceda ao encerramento e elaboração de contas, à sua aprovação, e por último à sua publicação.

Com o conjunto de mapas e demonstrações financeiras que devem integrar as contas anuais, pretende-se tão só dar uma imagem verdadeira, apropriada e aderente à realidade das situações económico-financeira e patrimonial, bem como dos resultados obtidos pela Autarquia, permitindo, desta forma, a comparabilidade da informação relativa à prestação das contas da mesma.

Conforme preceituado na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, apresentam-se os Documentos de Prestação de Contas e o Relatório de Gestão do ano de 2005.

Pretende-se que sejam um importante instrumento de apoio à gestão autárquica, pela possibilidade de rapidamente e de forma simples se visualizarem as informações, que se julgam ser suficientes à avaliação global e acompanhamento da situação financeira tanto no domínio orçamental como económico e financeiro.

Este trabalho não se dirige só aos responsáveis financeiros da autarquia, mas também a todos os outros, que não tendo conhecimento aprofundados de contabilidade autárquica, pretendem ter uma ideia da situação financeira da sua Câmara, pelo que se julga ser um importante meio de análise de resultados, e verificação do grau de eficiência e eficácia da afectação dos recursos aos objectivos realizados.

As acções desenvolvidas pela Câmara Municipal ao longo do exercício de 2005 alicerçaram-se nos documentos previsionais elaborados e aprovados pelo Executivo Municipal na reunião que teve lugar no dia 02 de Dezembro de 2004, cuja deliberação foi homologada pela Assembleia Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 22 do mesmo mês e, ainda, nas revisões ao mesmo documento efectuadas, estas de igual forma aprovadas pelos órgãos executivo e deliberativo.

Também ao longo deste último ano, tentamos levar a cabo a aplicação do POCAL de uma forma rigorosa, em observância de todos os preceitos legais estabelecidos naquele Plano, visando, concomitantemente, avaliar uma decisão dos superiores hierárquicos baseada em princípios e critérios objectivos da informação económico - financeira.

A necessária e profícua sistematização dos diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico determina conseqüentemente, a seguinte metodologia:

Numa primeira instância elabora-se a análise de âmbito orçamental, nos termos sobejamente conhecidos, começando inicialmente por uma abordagem individual à Receita e Despesa Municipal, decompondo-as nas suas principais categorias para, no fim, desenvolver a articulação devida entre elas comentando, nomeadamente, a evolução da poupança corrente, dos fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento.

Na fase subsequente apresenta-se a apreciação de cariz patrimonial, começando pelo Balanço para finalizar na Demonstração dos Resultados, avaliando-se, designadamente evolução dos custos, proveitos e dos resultados

Como suporte fundamental desta análise constam os anexos às demonstrações financeiras, nos quais se agregam informações indispensáveis à correcta avaliação e interpretação das contas prestadas.



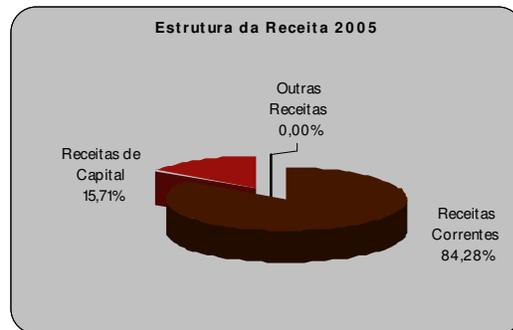
## RECEITA

## ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

A análise comparativa entre a receita prevista e a executada está bem espelhada no quadro e gráfico seguintes:

Estrutura Geral da Receita em 2005							
Tipo	Previsão		Execução		Desvio		Taxa de Execução %
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Receitas Correntes	57.062.206	49,84%	52.250.404	84,28%	-4.811.802	-8,43%	91,57%
Receitas de Capital	57.252.794	50,01%	9.740.558	15,71%	-47.512.236	-82,99%	17,01%
Outras Receitas	169.000	0,15%	2.653	0,00%	-166.347	-98,43%	1,57%
<b>Total</b>	<b>114.484.000</b>	<b>100,00%</b>	<b>61.993.616</b>	<b>100,00%</b>	<b>-52.490.384</b>	<b>-45,85%</b>	<b>54,15%</b>

Un: Euros



Relativamente ao ano de 2005, podemos verificar que a receita total arrecadada foi inferior à previsão efectuada, correspondendo a um desvio desfavorável de 4.811.802 € para as receitas correntes e de 47.512.236 € para as receitas de capital.

Contudo é de anotar, no campo das receitas correntes, os excelentes níveis de execução ao rondar os 92%, o que não acontece nas receitas de capital.

As outras receitas reportam-se única e exclusivamente às reposições não abatidas nos pagamentos. Sob esta rubrica escrituram-se as importâncias devolvidas à autarquia por corresponderem a pagamentos por esta feitos em excesso ou indevidamente.

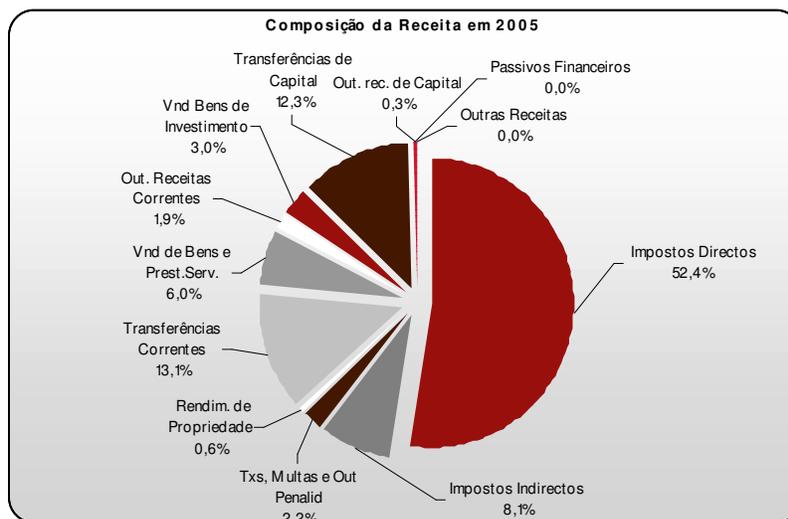
Neste grupo só se registam as devoluções que têm lugar depois de encerrado o ano financeiro em que ocorreu o pagamento. Caso contrário, ou seja, quando as devoluções têm lugar antes do encerramento do ano financeiro, estamos perante reposições abatidas no pagamento. Estas últimas implicam unicamente correcções da dotação utilizada e do respectivo saldo disponível.

As receitas correntes arrecadadas, no valor de 52.250.404 €, têm um peso superior às receitas de capital, que se situaram nos 9.740.558€, ao representar 84,28% do valor global das Receitas Municipais. Esta estrutura é muito diferente da verificada no ano transacto, como transparece dos gráficos acima inseridos.

O quadro e gráfico que se seguem relevam o valor, o peso e a evolução de cada uma das rubricas da receita cobrada no total das Receitas Municipais, nos últimos dois anos.

Receita					
	2004		2005		Variação
	Valor	%	Valor	%	
<b>Receitas Correntes</b>					
Impostos Directos	29.584.614	47,72%	32.482.933	52,40%	9,80%
Impostos Indirectos	5.181.589	8,36%	4.998.397	8,06%	-3,54%
Txs, Multas e Out Penalid	1.008.115	1,63%	1.353.452	2,18%	34,26%
Rendim. de Propriedade	131.742	0,21%	374.049	0,60%	183,93%
Transferências Correntes	7.638.179	12,32%	8.140.795	13,13%	6,58%
Vnd de Bens e Prest.Serv.	3.589.352	5,79%	3.746.504	6,04%	4,38%
Out. Receitas Correntes	469.226	0,76%	1.154.275	1,86%	146,00%
<b>SubTotal</b>	<b>47.602.818</b>	<b>76,79%</b>	<b>52.250.404</b>	<b>84,28%</b>	<b>9,76%</b>
<b>Receitas de Capital</b>					
Vnd Bens de Investimento	20.363.968	32,85%	1.889.095	3,05%	-90,72%
Transferências de Capital	8.282.489	13,36%	7.652.110	12,34%	-7,61%
Passivos Financeiros	48.063	0,08%	0	0,00%	-100,00%
Out. rec. de Capital	264.730	0,43%	199.353	0,32%	-24,70%
<b>SubTotal</b>	<b>28.959.250</b>	<b>46,71%</b>	<b>9.740.558</b>	<b>15,71%</b>	<b>-66,36%</b>
<b>Outras Receitas</b>	<b>39.103</b>	<b>0,06%</b>	<b>2.653</b>	<b>0,00%</b>	<b>-93,22%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>76.601.170</b>	<b>123,56%</b>	<b>61.993.616</b>	<b>100,00%</b>	<b>-19,07%</b>

Un: Euros



Importa referir, que a rubrica dos impostos directos é a que assume maior expressividade quer no âmbito das receitas correntes quer no cômputo geral da receita, ao absorver 32.482.933 €, isto é, 52,40% das Receitas Municipais.

Embora sem a mesma preponderância, sobressai logo a seguir o peso das transferências (correntes e de capital), ao constituir 25,47% do total da receita arrecadada em 2005.

Dentro das receitas de capital, a rubrica de maior relevo é a de transferências de capital, sendo interessante realçar a não utilização de qualquer passivo financeiro, o que revela que o Município ao longo da gerência em análise, e para fazer face à despesa realizada, mobilizou a sua actividade no âmbito da autonomia financeira que lhe é intrínseca.

Efectivamente, consubstanciando-se a disponibilidade financeira do Município em três grandes quadrantes, Receitas Próprias, Transferências e Empréstimos, interessa caracterizar detalhadamente os seus posicionamentos no total de recursos financeiros do Município, para o que se insere um quadro disso ilustrativo (excluindo as reposições não abatidas no pagamento).

Fundos Próprios e Fundos Alheios												
	2002			2003			2004			2005		
	Valor	%Receitas Totais	Variação	Valor	%Receitas Totais	Variação	Valor	%Receitas Totais	Variação	Valor	%Receitas Totais	Variação
Receitas Próprias	44.345.170	57%	8,94%	46.648.875	61,07%	5,19%	60.593.336	79,14%	29,89%	46.198.058	74,52%	-23,76%
Receitas Alheias	32.784.814	43%	-6,37%	29.741.935	38,93%	-9,28%	15.968.731	20,86%	-46,31%	15.792.904	25,48%	-1,10%
Transferencias	16.389.938	21%	-7,99%	12.512.841	16,38%	-23,66%	15.920.668	20,79%	27,23%	15.792.904	25,48%	-0,80%
Empréstimos	16.394.876	21%	-4,74%	17.229.094	22,55%	5,09%	48.063	0,06%	-99,72%	0	0,00%	-100,00%
<b>Total de Receitas</b>	<b>77.129.984</b>	<b>100%</b>	<b>1,86%</b>	<b>76.390.810</b>	<b>100,00%</b>	<b>-0,96%</b>	<b>76.562.067</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,22%</b>	<b>61.990.962</b>	<b>100,00%</b>	<b>-19,03%</b>

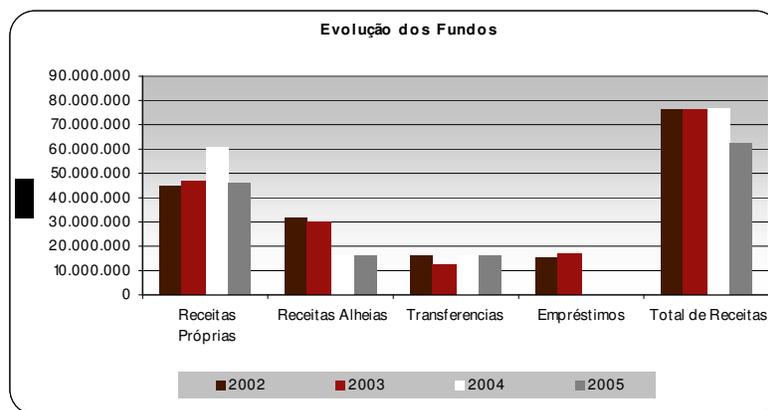
Conforme se pode analisar, e no decurso do que já foi referido anteriormente, é de anotar a inexpressividade das receitas alheias, quer em resultado da inexistência de passivos financeiros quer da diminuição das transferências de capital.

Conclui-se pois, que o montante total da receita arrecadada, na linha do verificado em anos anteriores, resulta fundamentalmente de Receitas Próprias, que em 2002 atingiam 57% do total da receita, e em 2005 representaram cerca de 75%.

Pelo contrário, o recurso a capitais alheios apresenta um peso muito menor quando comparado com os valores verificados no passado, sendo que em 2002 as receitas alheias representavam 43% das receitas totais, decrescendo continuamente até ao ano de 2005, para um nível de 25,48% do total da receita.

A diminuição do valor das receitas alheias deve-se em grande parte à rubrica dos empréstimos, que em 2002 absorviam 21% do total das receitas, em 2003 cerca de 23%, e em 2004 apenas 0,06%, diminuindo para 0% no ano de 2005. As transferências mantêm-se mais ou menos constantes, sem grandes oscilações na percentagem do valor total das receitas.

O gráfico abaixo inserido reflecte, e bem, a evolução da distribuição entre Fundos Próprios e Fundos Alheios.



Após esta breve análise, proceder-se-á de seguida a uma análise mais detalhada por subgrupos das receitas municipais, como sejam as Receitas Próprias, Transferências e Passivos.

### **RECEITAS PRÓPRIAS**

As Receitas Próprias são uma das referências mais importantes para avaliar a capacidade financeira do Município, dentro das quais também podemos distinguir, quanto à sua natureza, as receitas correntes e as de capital.

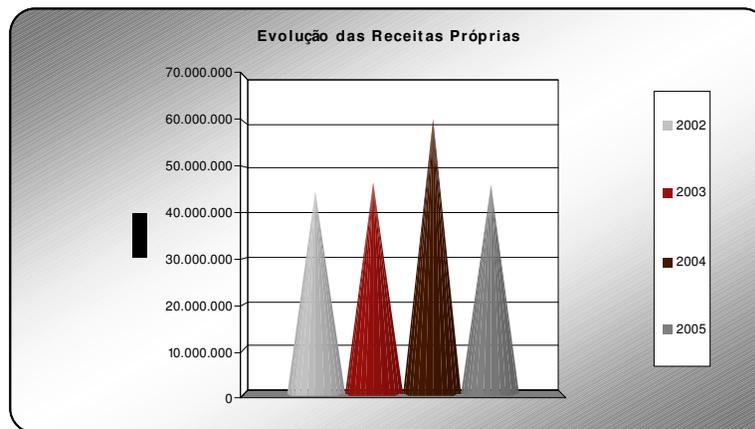
As receitas correntes respeitam aos impostos directos, impostos indirectos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos da propriedade, vendas de bens e prestações de serviços e outras receitas correntes.

Nas de capital, incluem-se as vendas de bens de investimento e as resultantes de outras receitas de capital.

A evolução das Receitas Próprias no último quadriénio, assim como a importância relativa de cada uma das suas componentes, encontra-se espelhada no quadro e gráfico seguintes.

Receitas Próprias											
	2002		2003		2004		2005		% Receitas Próprias	% Receitas Correntes	% Receitas Totais
	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação			
<b>CORRENTES</b>											
Impostos Directos	33.739.886	20,86%	35.713.528	5,85%	29.584.614	-17,16%	32.482.933	9,80%	70,31%	62,17%	52,40%
Impostos Indirectos	3.674.147	-23,11%	4.645.254	26,43%	5.181.589	11,55%	4.998.397	-3,54%	10,82%	9,57%	8,06%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	695.143	-43,32%	856.818	23,26%	1.008.115	17,66%	1.353.452	34,26%	2,93%	2,59%	2,18%
Rendimentos de Propriedade	190.527	0,56%	139.458	-26,80%	131.742	-5,53%	374.049	183,93%	0,81%	0,72%	0,60%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	3.782.763	3,75%	2.968.887	-21,52%	3.589.352	20,90%	3.746.504	4,38%	8,11%	7,17%	6,04%
Outras receitas Correntes	315.847	-42,76%	512.561	62,28%	469.226	-8,45%	1.154.275	146,00%	2,50%	2,21%	1,86%
<b>Total</b>	<b>42.398.113</b>	<b>10,54%</b>	<b>44.836.505</b>	<b>5,75%</b>	<b>39.964.639</b>	<b>-10,87%</b>	<b>44.109.610</b>	<b>10,37%</b>	<b>95,48%</b>	<b>84,42%</b>	<b>71,15%</b>
<b>CAPITAL</b>											
Venda de Bens de Investimento	521.514	10,36%	1.205.102	131,08%	20.363.968	1589,81%	1.889.095	-90,72%	0,00%	0,00%	0,00%
Outras receitas de Capital	1.425.543	-23,63%	607.268	-57,40%	264.730	-56,41%	199.353	-24,70%	0,43%	0,38%	0,32%
<b>Total</b>	<b>1.947.057</b>	<b>-16,77%</b>	<b>1.812.370</b>	<b>-6,92%</b>	<b>20.628.698</b>	<b>1038,22%</b>	<b>2.088.448</b>	<b>-89,88%</b>	<b>4,52%</b>	<b>4,00%</b>	<b>3,37%</b>
<b>Total das Receitas Próprias</b>	<b>44.345.170</b>	<b>8,97%</b>	<b>46.648.875</b>	<b>5,19%</b>	<b>60.593.336</b>	<b>29,89%</b>	<b>46.198.058</b>	<b>-23,76%</b>	<b>100,00%</b>	<b>88,42%</b>	<b>74,52%</b>
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>49.457.604</b>	<b>11,15%</b>	<b>52.136.129</b>	<b>5,42%</b>	<b>47.602.818</b>	<b>-8,70%</b>	<b>52.250.404</b>	<b>9,76%</b>	<b>-</b>	<b>100,00%</b>	<b>84,28%</b>
<b>Total de Receitas</b>	<b>77.152.426</b>	<b>1,42%</b>	<b>76.686.569</b>	<b>-0,60%</b>	<b>76.601.170</b>	<b>-0,11%</b>	<b>61.993.616</b>	<b>-19,07%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>100,00%</b>

Un: Euros



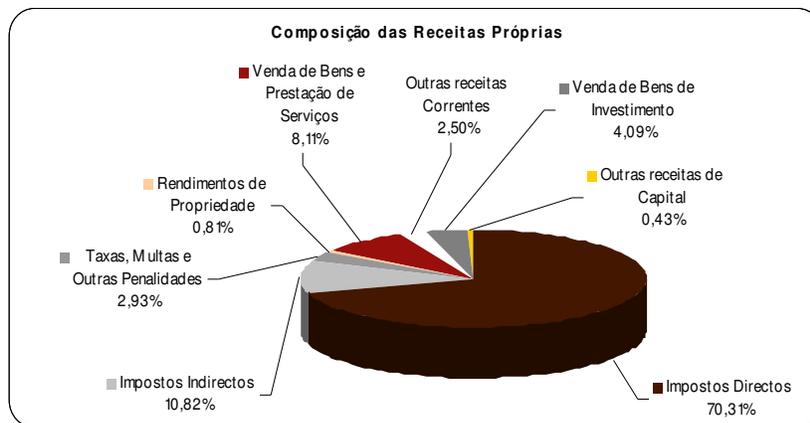
Como se pode observar ao longo dos anos em análise, o total de Receitas Próprias evoluiu sempre favoravelmente, com excepção do ano de 2005, em que relativamente a 2004, diminuiu cerca de 23,76%.

A rubrica que mais contribuiu para este decréscimo, foi sem dúvida a “Venda de Bens de Investimento”, que apresentou uma quebra bastante expressiva que rondou os (-)91%, consequência do processo de antecipação das rendas de habitação social, no âmbito de um contrato efectuado entre a Empresa Espaço Municipal e as Instituições de Crédito, Banco Totta & Açores, S.A e o Banco BPI, S.A., verificado no ano de 2004.

No cômputo geral das Receitas Próprias destaca-se sempre o peso dos impostos directos, que no ano de 2005 representam 70,31% daquele total.

Embora sem a mesma importância, outra rubrica relevante é a dos “Impostos Indirectos”, que apesar de apresentar um decréscimo no ano de 2005 de (-)3,54% relativamente a 2004, traduz 10,82 % do total das Receitas Próprias.

A representação gráfica que se segue é elucidativa do que acabamos de referir.



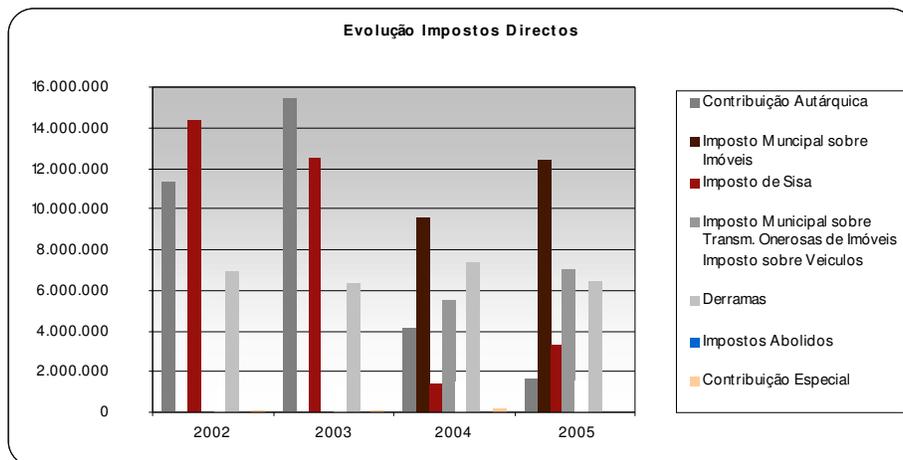
Perante o exposto, procederemos a uma análise mais pormenorizada de cada uma das rubricas constantes das Receitas Próprias.

## IMPOSTOS DIRECTOS

No quadro e gráfico imediatos assinala-se a evolução dos Impostos Directos nos últimos quatro anos.

Evolução dos Impostos Directos								
	2002		2003		2004		2005	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
<b>Impostos directos</b>								
Contribuição Autárquica	11.289.816	7,19%	15.434.457	36,71%	4.139.996	-73,18%	1.695.638	-59,04%
Imposto Municipal sobre Imóveis	0		0		9.588.110		12.434.402	29,69%
<b>Sub Total</b>	<b>11.289.816</b>	<b>7,19%</b>	<b>15.434.457</b>	<b>36,71%</b>	<b>13.728.107</b>	<b>-11,06%</b>	<b>14.130.240</b>	<b>2,93%</b>
Imposto de Sisa	14.301.825	24,21%	12.531.599	-12,38%	1.410.627	-88,74%	3.268.047	131,67%
Imposto Municipal sobre Transm. Onerosas de Imóveis	0		0		5.475.179		7.017.717	28,17%
<b>Sub Total</b>	<b>14.301.825</b>	<b>24,21%</b>	<b>12.531.599</b>	<b>-12,38%</b>	<b>6.885.805</b>	<b>-45,05%</b>	<b>10.285.764</b>	<b>49,38%</b>
Imposto sobre Veículos	1.172.349	12,60%	1.316.408	12,29%	1.433.039	8,86%	1.596.864	11,43%
Derramas	6.857.398	40,66%	6.301.045	-8,11%	7.357.940	16,77%	6.431.111	-12,60%
Impostos Abolidos	505		0	-100,00%	0		0	
Contribuição Especial	117.793		130.019	10,38%	179.723	38,23%	38.954	-78,33%
<b>Total</b>	<b>33.739.686</b>	<b>20,66%</b>	<b>35.713.528</b>	<b>5,85%</b>	<b>29.584.614</b>	<b>-17,16%</b>	<b>32.482.932</b>	<b>9,80%</b>

Und. Euros



No conjunto dos Impostos Directos, as rubricas de maior peso são indiscutivelmente o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis e o IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis.

Fruto da Reforma da Tributação do Património, a partir de 2004 a Contribuição Autárquica e a Sisa foram abolidas tendo sido substituídas pelo Imposto Municipal de Imóveis (IMI) e Imposto Municipal Sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), respectivamente.

Considerando que estes novos impostos (IMI e IMT), na sua essência, tributam a mesma matéria colectável dos que até então vigoraram (CA e SISA), entendeu-se por bem analisá-los conjuntamente, porque só assim se terá a verdadeira percepção quanto à sua importância.

Interessa também anotar que a receita arrecadada a partir do ano 2004, referente à SISA e à CA, diz necessariamente respeito a anos anteriores, resultando tais valores do período abrangido pela anterior legislação.

O IMI/CA, sendo individualmente a componente de maior relevo no total desta tipologia de receita fiscal, não obstante a citada Reforma de Tributação do Património, apresenta relativamente ao valor de 2004 um aumento de 2,93%.

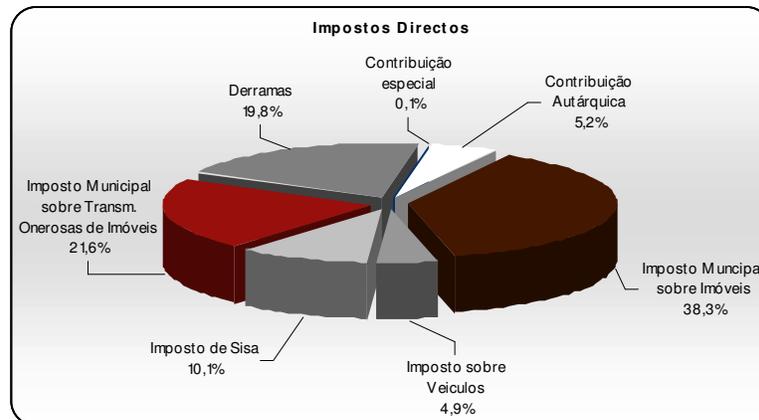
De igual forma, o IMT/SISA apresenta em 2005 níveis de execução superiores aos do ano de 2004, crescendo próximo de 50%, apesar de não atingir os valores cobrados em 2002 e 2003. Para este acréscimo concorreu sobremaneira a recuperação de receita da SISA referente a anos anteriores.

O Imposto Municipal de Veículos, apesar de não apresentar um valor tão significativo, tem vindo a aumentar de forma constante ao longo dos anos, apresentando no ano de 2005 sensivelmente 11,5%.

Invertendo a tendência do passado, e como reflexo da conjuntura económica recessiva, ocorreu na receita oriunda da Derrama um decréscimo de (-)12,60% entre o ano de 2004 e 2005, não obstante tal rubrica continuar a ser uma importante fonte de financiamento municipal.

É de referir ainda, que reverte para o Município 30% do valor atribuído à Contribuição Especial, que no ano em análise totalizou 38.954 €. Este imposto incide sobre o aumento de valor dos prédios rústicos, que resultam da possibilidade da sua utilização como terrenos para construção urbana, bem como do aumento do valor dos terrenos para construção. Relativamente ao ano de 2004, esta rubrica teve uma diminuição de (-)78,33%.

O peso de cada uma das componentes dos impostos directos é dado à estampa seguidamente.



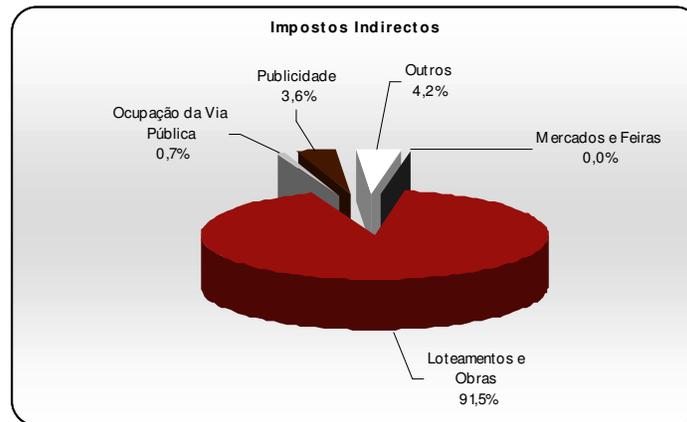
## IMPOSTOS INDIRECTOS

Impostos Indirectos						
	2004		2005		variação	Taxa de Execução %
	Execução	Previsão	Execução	Peso		
Mercados e Feiras	55	100	40	0,00%	-28,11%	39,54%
Loteamentos e Obras	4.793.995	4.512.000	4.571.841	91,47%	-4,63%	101,33%
Ocupação da Via Pública	26.410	1.023.000	34.715	0,69%	31,45%	3,39%
Publicidade	161.208	152.000	181.346	3,63%	12,49%	119,31%
Outros	199.922	178.000	210.455	4,21%	5,27%	118,23%
<b>TOTAL</b>	<b>5.181.590</b>	<b>5.865.100</b>	<b>4.998.397</b>	<b>100,00%</b>	<b>-3,54%</b>	<b>85,22%</b>

Un: Euros

A variação percentual negativa de (-)3,54% do total dos impostos indirectos entre 2004 e 2005, deve-se fundamentalmente à diminuição das cobranças relacionadas com loteamentos e obras, face aos valores insignificantes da rubrica de "Mercados e Feiras", facto ao qual não será alheia a conjuntura económica recessiva que se ultrapassa.

Apesar do decréscimo ocorrido na rubrica “Loteamentos e Obras” no ano de 2005, resultante de uma menor entrada de receita cobrada pelo Município, por exemplo, quanto às licenças de construção e à taxa municipal de urbanização, continua a ser esta a ter o maior peso percentual no cômputo geral dos impostos indirectos, como se pode verificar no gráfico imediato.



As restantes rubricas, “Ocupação de via Pública”, “Publicidade” e “Outros”, apesar de não terem muita representatividade no total dos impostos indirectos, apresentam uma variação positiva, na mesma tendência dos últimos anos.

### **VENDA DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS CORRENTES**

No ano de 2004, a venda de bens e prestações de serviços correntes ascenderam a um total de 3.589.352 €, aumentando no ano de 2005 para 3.746.504 €, obtendo-se assim uma variação positiva de 4,38% .

O quadro que se apresenta é ilustrativo do que acabamos de referir.

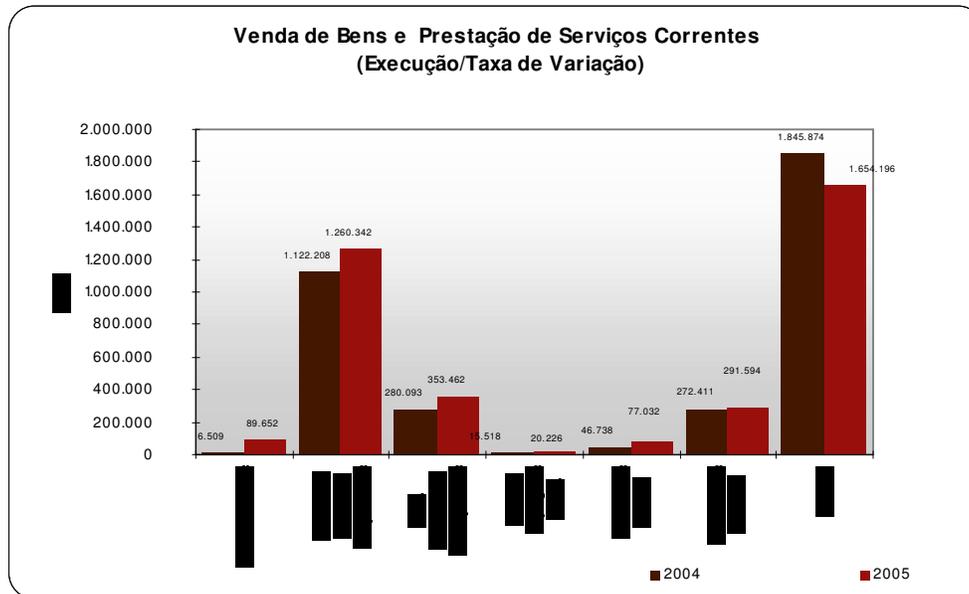
Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes						
	2004		2005			
	Execução	Previsão	Execução	Desvio	Taxa de Variação	Taxa de Execução
<b>Venda de Bens</b>	<b>6.509</b>	<b>8.300</b>	<b>89.652</b>	81.352	1277,34%	1080,14%
<b>Prestação Serviços Diversos</b>						
S. Sociais, recr., cult. desportivos	1.122.208	705.000	1.260.342	555.342	12,31%	178,77%
Serv. Específicos autarq. locais	280.093	266.100	353.462	87.362	26,19%	132,83%
Aluguer espaços e equip.	15.518	11.000	20.226	9.226	30,34%	183,87%
Vistorias e ensaios	46.738	22.000	77.032	55.032	64,82%	350,15%
<b>Total de prestação serviços diversos</b>	<b>1.464.557</b>	<b>1.004.100</b>	<b>1.711.063</b>	706.963	<b>16,83%</b>	170,41%
<b>Rendas e Alugueres</b>						
Habitação e edifícios	272.411	333.000	291.594	-41.406	7,04%	87,57%
Outros	1.845.874	1.536.000	1.654.196	118.196	-10,38%	107,70%
<b>Total de rendas e alugueres</b>	<b>2.118.286</b>	<b>1.869.000</b>	<b>1.945.790</b>	76.790	-8,14%	104,11%
<b>TOTAL</b>	<b>3.589.352</b>	<b>2.881.400</b>	<b>3.746.504</b>	<b>865.104</b>	<b>4,38%</b>	<b>130,02%</b>

Un:Euros

Salientam-se os bons níveis de execução da totalidade das rubricas, que ultrapassam os 100%, excepção feita a Rendas e Alugueres de Habitações e Edifícios, que mesmo assim atinge uma taxa de execução de 87,57%.

Anota-se ainda que, comparativamente a 2004, quase todos os grupos de receita aumentaram significativamente no ano de 2005, salvo a rubrica de “Outros” nas Rendas e Alugueres. Tal diminuição, em concreto, está relacionada com as rendas de concessão, nomeadamente com um contrato de concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão no Município da Maia, contrato esse realizado entre a Câmara Municipal da Maia, os SMAS – Serviços Municipalizados de Electricidade, Água e Saneamento da Maia e a EDP Distribuição – Energia, S. A. Dado que uma parte do valor da renda do último trimestre de 2003, no montante de 272.292,30 €, só foi efectivamente cobrada em 2004, se o mesmo fosse expurgado, a diminuição verificada entre 2004/2005 não ocorreria.

Convém referir que a utilização das Instalações Desportivas e Recreativas detém um peso bastante significativo no total das receitas, resultante das prestações de serviços, crescendo cerca de 12,31% em relação a 2004.



### **VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO**

Ao analisar a rubrica da Venda de Bens de Investimento, verificou-se que o seu comportamento no ano de 2004 não é paradigmático, dado o aumento excepcional da Venda de Habitação, que ascendeu a um total de 20.363.968 €, contrariamente aos valores apurados nos anos de 2002, 2003 e 2005, que não têm qualquer relevância.

O valor expressivo da Venda de Habitação patenteado em 2004 resultou da concretização do contrato de antecipação de rendas futuras de habitação social, celebrado pela Espaço Municipal, no montante de 20.000.000 €.

Concluindo assim a análise das Receitas Próprias, apresenta-se um quadro com alguns rácios financeiros que espelham o bom índice de autonomia financeira do Município.

Rácios da Estrutura das Receitas Próprias				
	2002	2003	2004	2005
Impostos Locais / Total de Receitas	48,49%	52,62%	45,39%	60,46%
Venda de Bens de Investimento / Total das Receitas	0,68%	1,57%	26,58%	3,05%
Total de Receitas Próprias / Total de Receitas	57,48%	60,83%	79,10%	74,52%
Total Transferências / Total de Receitas	21,24%	16,32%	20,78%	25,48%
Passivos Financeiros / Total de Receitas	20,03%	22,47%	0,06%	0,00%

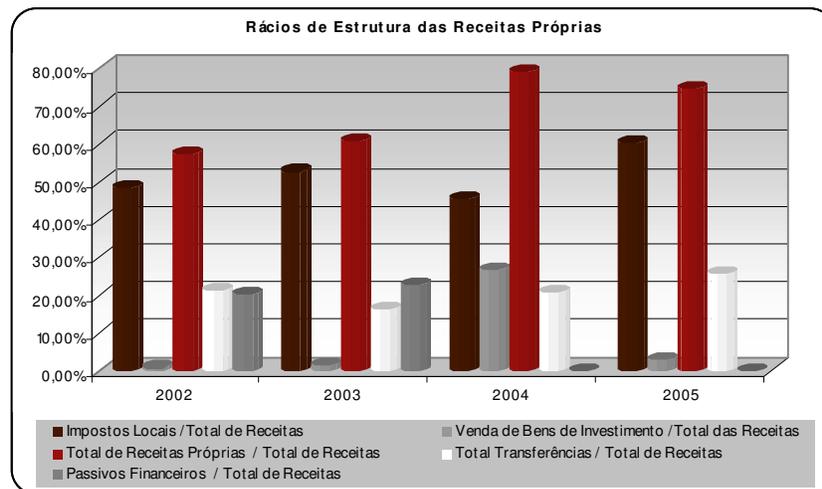
É assim bem visível que no ano de 2005 não se recorreu a qualquer tipo de empréstimo bancário, sendo de anotar a inversão do peso dos passivos financeiros no total das receitas no último quadriénio.

Quanto ao peso das transferências no total das Receitas Municipais, verifica-se um ligeiro aumento no ano de 2005, comparativamente a 2004, apesar de tal percentagem (25,48%), não se mostrar muito expressiva.

Interessa também relevar os bons níveis de cobrança das Receitas Próprias e dos Impostos Locais do Município, considerando que o peso dos mesmos no Total das Receitas Municipais é deveras significativo, denotando a boa capacidade financeira do Município em gerar receita sem recurso a capitais alheios.

Para finalizar, apenas é de referir que ao longo da gerência de 2005, o peso das Venda de Bens de Investimento no total da receita arrecadada não foi relevante.

O gráfico a seguir ilustra bem a demonstração dos rácios supracitados.



## TRANSFERÊNCIAS

Neste domínio, abordam-se, nas suas duas principais componentes – corrente e de capital –, os recursos financeiros externos abrangidos pelas transferências da Administração Central e de Fundos Comunitários, conforme se apresenta.

TRANSFERÊNCIAS						
	2003		2004		2005	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>						
<b>Estado</b>						
Fundo Geral Municipal	5.860.387	3,60%	6.138.519	4,75%	6.267.083	2,09%
Fundo de Base Municipal	617.302	3,60%	646.977	4,81%	654.123	1,10%
Outros	748.107	-7,29%	832.970	11,34%	1.187.396	42,55%
<b>Estado - Particip. Comunit. projectos co-financiados</b>	0	0,00%	0	-	0	-
<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>	0	0,00%	5.000	-	0	-
<b>Serviços e Fundos Autónomos - Comp. Comunitária</b>	54.413	-	0	-100,00%	0	0,00%
<b>Segurança Social e Instituições s/ fins lucrativos</b>	19.415	-	14.713	-24,22%	32.193	118,81%
<b>Sub Total</b>	<b>7.299.623</b>	<b>3,40%</b>	<b>7.638.179</b>	<b>4,64%</b>	<b>8.140.795</b>	<b>6,58%</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>						
<b>Estado</b>						
Fundo Geral Municipal	3.906.925	3,60%	4.092.346	4,75%	4.178.055	2,09%
Fundo de Base Municipal	411.534	3,60%	431.318	4,81%	436.082	1,10%
Cooperação Técnica e Financeira	100.000	100,00%	680.518	580,52%	253.941	-62,68%
Outras	0	-100,00%	0	-	0	-
<b>Estado - Particip. Comunit. em projectos co-financiados</b>	41.883	-96,53%	3.073.361	7237,99%	1.944.732	-36,72%
<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>	752.876	-80,54%	4.946	-99,34%	839.300	16868,28%
<b>Sub Total</b>	<b>5.213.218</b>	<b>-44,13%</b>	<b>8.282.489</b>	<b>58,87%</b>	<b>7.652.110</b>	<b>-7,61%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12.512.841</b>	<b>-23,66%</b>	<b>15.920.668</b>	<b>27,23%</b>	<b>15.792.904</b>	<b>-0,80%</b>

Un:Euros

Do observado, poderemos concluir que as grandes oscilações de valores se verificam, sobretudo, nos valores arrecadados no âmbito do financiamento de projectos, quer através de Fundos Comunitários, quer por conta de Serviços e Fundos Autónomos e Cooperação Técnica e Financeira, designadamente na vertente capital.

Esta componente das transferências – Fundos Comunitários/Serviços e Fundos Autónomos/Cooperação Técnica e Financeira – cujo comportamento se apresenta mudável, contribui decisivamente para a sobreposição ou aproximação das transferências de capital face às transferências correntes, como é visível.

Centrando a análise nas transferências realizadas no triénio 2003/2005, importa referir alguns parâmetros.

Em 2005, enquanto que as transferências correntes, a exemplo do que aconteceu nos anos anteriores, continuam a manifestar um gradual aumento (502.616 € na percentagem de 6,58%), as transferências de capital decresceram 630.379 € (7,61%), o que, em termos globais, reflecte uma diminuição de 0,80%.

Existe uma constante e significativa preponderância das receitas provenientes do Fundo Geral Municipal e do Fundo de Base Municipal, cuja conclusão se retira tanto da apreciação individual em cada uma das faixas de receita – corrente ou capital –, como do total de transferências.

Apesar de o aumento das transferências provenientes da participação nos impostos do Estado – Fundo Geral Municipal e Fundo de Base Municipal – se ter verificado igualmente em 2005, o seu ritmo de crescimento sofreu um abrandamento de 2,09% e 1,10%, respectivamente;

Para uma melhor compreensão dos valores que integram cada uma das parcelas das transferências, passa-se a relatar em pormenor a sua composição.

### ***TRANSFERÊNCIAS CORRENTES***

Como se depreende da análise do quadro que antecedeu, as transferências correntes aglutinam, nas suas diversas formas, as receitas originárias do Estado, dos Serviços e Fundos Autónomos e ainda da Segurança Social e Instituições s/ fins lucrativos, apresentando no ano económico em apreciação o valor de 8.140.795 €, a que equivale um aumento de 6,58% relativamente ao ano de 2004.

#### **Quanto ao Estado:**

O valor dominante respeita ao Fundo Geral Municipal, correspondendo-lhe em 2005 a receita de 6.267.083 €, o que representa no total das transferências correntes a larga percentagem de 76,98%.

A descrição de receita “Outros”, que aponta para uma cobrança de 1.187.396 €, expressando um acréscimo de 42,55% face ao ano anterior, reporta-se a:

- Participações da DREN - Direcção Regional de Educação do Norte, por meio de:
    - Acordo de Colaboração relativo ao Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré - Escolar, nas funções “auxiliares de acção educativa” e “componente social” - 837.762 €;

Realça-se que, comparativamente a 2004, houve um aumento de receita na ordem dos 172.952 € (26,02%);

  - Compensação pelos encargos com transportes escolares dos alunos do 3.º ciclo - 168.886 €, superior em 47.521 € ao valor transferido no exercício económico que precedeu;
  - Programa de Generalização do Ensino de inglês nos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do ensino básico, conforme contrato-programa oportunamente firmado – 71.833 €. Este financiamento verificou-se pela primeira vez em 2005.
- Participação nas despesas de recenseamento eleitoral - 2.577 €;
  - Participação nos encargos decorrentes da realização de actos eleitorais (preparação do processo eleitoral e gratificação dos membros de mesa) – 78.177 €. Em 2005 foi arrecadado um valor substancialmente superior ao de 2004 (34.835 €), em virtude de se terem realizado dois actos eleitorais;
  - Financiamento de actividades desenvolvidas pelo Município, designadamente pelo serviço Municipal de Protecção Civil, no âmbito da implementação de medidas de prevenção e protecção da floresta (Gabinete Técnico Florestal e Programa Voluntariado Sénior do Distrito do Porto) - 28.160 €.

A transferência de verbas para funcionamento do Gabinete Técnico Florestal (2.000,00/mês) foi iniciada em Janeiro de 2005, justificando-se assim o diferencial de 26.460,00 € relativamente ao valor realizado em 2004.

### **Quanto à Segurança Social e Instituições Sem Fins Lucrativos:**

Embora com exígua representação no cômputo total das transferências correntes, denuncia este item em 2005 uma arrecadação de receita de 32.193 €, substancialmente superior ao verificado em 2004. Tal deve-se, essencialmente, à superioridade do valor processado em 2005 ao abrigo do Protocolo de Cooperação tendo em vista o apoio logístico à CPCJ - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – 30.697 €, contra os 9.542 € contabilizados no período anterior.

Para além daquele valor, inclui-se ainda aqui o quantitativo de 1.496 €, referente ao subsídio de alternância de um estagiário integrado no Acordo de Cooperação de Formação – Programa Constelação, celebrado entre a Câmara Municipal e o CEFPI – Centro de Educação e Formação Profissional Integrada.

### ***TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL***

Encerram as transferências de capital, receitas provenientes do Estado – participação nos impostos (FGM/FBM), Cooperação Técnica e Financeira e Outras –, para além das oriundas de Fundos Comunitários e dos Serviços e Fundos Autónomos.

Trata-se de uma parcela de receita, entenda-se as transferências de capital, caracterizada por comportamentos dissemelhantes, que se devem às flutuações dos valores arrecadados no âmbito de projectos co-financiados, quer pelo veículo da Cooperação Técnica e Financeira, quer através de Fundos Comunitários e de Serviços e Fundos Autónomos, tal como já se aludiu aquando da avaliação sumária das transferências.

No exercício económico observado, o valor das transferências de capital cifrou-se em 7.652.110 €, compreendendo um decréscimo de 7,61%.

### **Quanto ao Estado:**

Também aqui o valor predominante atribui-se ao Fundo Geral Municipal – 4.178.055 €, cujo contributo para as transferências de capital se fixa em 54,60 %.

Em Cooperação Técnica e Financeira foi arrecadada receita no valor total de 253.941 €, que se imputa a:

- Participações no âmbito do PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, 224.706 €, assim distribuídas:
  - Programa de Desenvolvimento e Expansão Pré-Escolar (concurso de 1998):
    - . Jardim de Infância de Sá n.º 1, freguesia de Silva Escura - 25.057 €;
    - . Jardim Infância de Cavadas n.º 1, freguesia de Vermoim - 34.511 €;
    - . Jardim Infância de Santa Cristina, freguesia de Folgosa - 92.763 €;
  - Programa “Rede de Bibliotecas Escolares” – Integração da Escola E.B.1/J.I. do Sobreiro, freguesia de Vermoim, cuja acção foi iniciada em 2005 – 13.500 €;
  - Acordo de Colaboração celebrado com a DREN – Direcção Regional de Educação do Norte, para “Construção do Pavilhão Desportivo da Escola Básica 2,3 de Nogueira - 58.875 €;
- Contrato-Programa celebrado com a DGAL, tendo em vista o financiamento do projecto “Ampliação dos Paços do Concelho” - 29.235 €, cuja candidatura se encontra em face de encerramento;

### **Quanto ao Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-financiados:**

As receitas apenas a participações desta espécie totalizaram em 2005 o valor de 1.944.732 €, traduzindo uma diminuição de 36,72 % face ao ano anterior. No exercício em análise, é a seguinte a sua constituição:

- Pavilhão de Ginástica integrado na Zona Desportiva Municipal - 42.811 €, cujo processo foi encerrado em 2005;

- Adaptação da Quinta da Gruta e Monte de Santo Ovídeo a Complexo de Educação Ambiental – Construção da Escola de Educação Ambiental - 348.295 €;
- Reformulação Urbanística da Praça do Município e Arruamentos Convergentes – 2.ª Fase - 112.145 €;
- Parque Municipal e de Estacionamento da Maia – Arranjos Exteriores - 374.098 €;
- Protocolo celebrado com o Instituto de Estradas de Portugal, para integração na rede municipal de diversos lanços de estrada - 573.014 €;
- Requalificação Urbana na Zona Central e Sul do Concelho da Maia - 78.867 €;
- POS\_Conhecimento – Programa Operacional Sociedade do Conhecimento:
  - Maia Digital - 373.471 €;
  - Espaço Internet da Maia - 11.104 €;
  - Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação - 30.926 €.

#### **Quanto a Serviços e Fundos Autónomos:**

As transferências realizadas por conta de Serviços e Fundos Autónomos atingiram em 2005 o valor de 839.300 €, substancialmente superior ao registado em 2004.

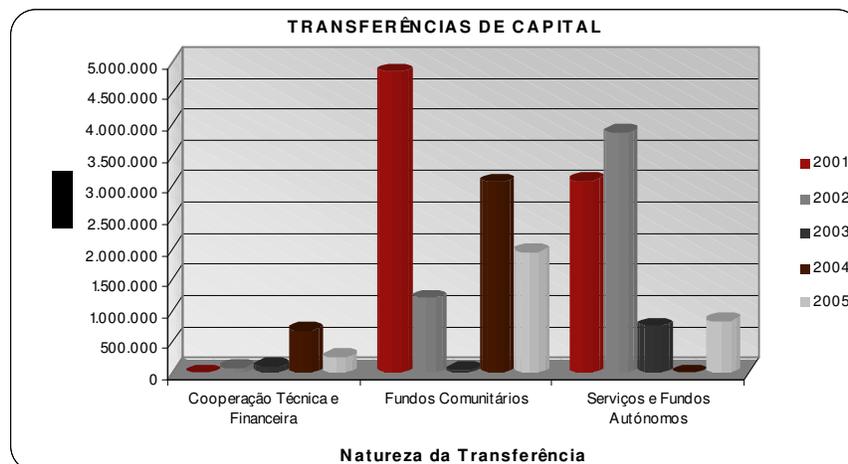
Os montantes aqui inscritos respeitam quase no seu todo - 826.996 € - às comparticipações atribuídas pelo I.N.H. – Instituto Nacional da Habitação, no âmbito do contrato de adesão para a construção de habitação social, relativas aos seguintes empreendimentos:

- Rua de Sendal (21 fogos), freguesia de Moreira - 44.199 €;
- Lugar de Vilar Baixo - Monte de Vilar (58 fogos), freguesia de Nogueira - 93.275 €;
- Lugar de Souto Cima I (44 fogos), freguesia de Avioso (Santa Maria) - 181.067 €
- Lugar de Souto Cima II (33 fogos), freguesia de Avioso (Santa Maria) - 42.524 €;
- Rua Ponte das Cabras (48 fogos), freguesia de Vermoim - 93.373 €;

- Rua das Arregadas (54 fogos), freguesia de Águas Santas - 109.721 €;
- Rua Domingos Ramos Paiva (62 fogos), freguesia de Folgosa - 118.522 €;
- Rua Alves Redol (44 fogos), freguesia de Pedrouços - 144.315 €.

O remanescente de 12.304 € refere-se ao Programa de Apoio à Implementação da Rede Social, desenvolvido pelos Serviços de Acção Social do Município em estreita colaboração com o Instituto de Solidariedade e Segurança Social.

Pelo seu peculiar comportamento, tendo em vista uma melhor assimilação das variações ocorridas nas rubricas cuja análise antecede – Cooperação Técnica e Financeira, Fundos Comunitários e Serviços e Fundos Autónomos –, e no que às transferências de capital respeita, representam-se graficamente os montantes arrecadados ao longo do último quinquénio.



### **PASSIVOS FINANCEIROS**

No âmbito da apreciação dos Passivos Financeiros, é de notar que, durante a gerência de 2005, não houve qualquer receita arrecadada, tanto ao nível de empréstimos de médio e longo prazo como, inclusivamente, de empréstimos de curto prazo.

A tendência decrescente desta rubrica iniciou-se no decurso do ano de 2004, sendo de anotar o seu peso insignificante no volume total das receitas (0,06%), inversamente ao verificado nos anos de 2002 e 2003, em que tais montantes representavam respectivamente (21,25%) e (22,47%), das receitas totais.

O quadro e gráfico imediatos retractam a evolução dos Passivos Financeiros.

EVOLUÇÃO DOS PASSIVOS FINANCEIROS				
	2002	2003	2004	2005
Passivos Financeiros	16.394.876	17.229.094	48.063	0

Un:Euros



Importa ainda referir que o baixo nível de execução desta componente, assim como o acentuado desvio verificado (- 1.042.100,00), resultam de expectativas de libertação das tranches, de empréstimos de médio e longo prazo contratados com a Caixa Geral de Depósitos, ao abrigo da linha de crédito bonificado PER, bem como de empréstimos de curto prazo, que não foram concretizados na gerência em apreço, designadamente:

- 1.º empréstimo PER : foram contemplados 229.546 € no orçamento inicial, que não chegaram a ser arrecadados
- 2.º empréstimo PER : inclusão no orçamento inicial de 812.023 €, cuja utilização não foi concretizada.



## **EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO**

## **EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO**

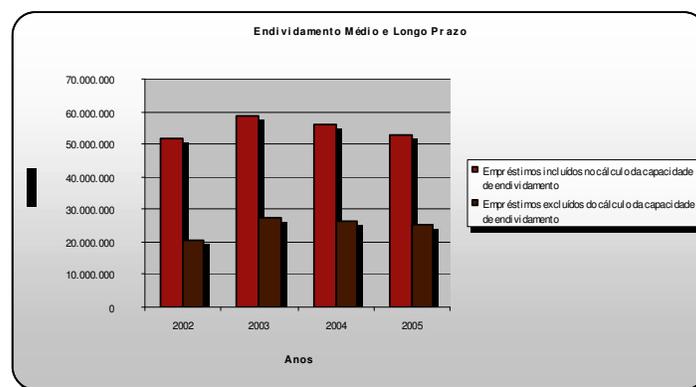
### **Dívidas de Médio e Longo Prazo**

Para a realização dos investimentos necessários à dotação de infra-estruturas e à criação de dinâmicas de desenvolvimento económico e social, dada a escassez de meios financeiros, os municípios necessitam de recorrer na maioria das vezes à contratação de empréstimos de médio e longo prazo.

Nesta Autarquia, em anos anteriores, ao contrário do que actualmente sucede, o recurso ao crédito contribuiu de forma significativa para financiar determinadas actividades, permitindo assim que se cumprisse os programas de investimentos aos quais estavam consignados tais empréstimos.

Nos últimos dois anos, por decisão própria e cumulativamente devido às restrições impostas pela Lei do Orçamento do Estado à capacidade de endividamento autárquico, o Município da Maia tem assumido uma atitude cautelosa quanto ao recurso a esta fonte de financiamento do investimento, pelo que, não beneficiou durante a gestão em apreço, de crédito bancário, quer de médio e longo prazo, quer de curto prazo.

No âmbito do endividamento de médio e longo prazo, interessa diferenciar os empréstimos, consoante concorram ou não para o cálculo da capacidade de endividamento. De acordo com esta distinção, no quadro e gráfico abaixo inseridos, apresenta-se a evolução do Endividamento de Médio e Longo Prazo no último quadriénio.



<b>EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO/LONGO PRAZO</b>					
Modalidades	Valor em Dívida a 31 de Dezembro 2005				Variação 2004/2005
	2002	2003	2004	2005	
<b>Empréstimos incluídos no cálculo da capacidade de endividamento</b>					
Empréstimo obrigacionista com o BCP no montante de 14.963.936,91 €	11.969.937	8.975.937	5.981.937	2.987.937	-50,05%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82 €	29.927.874	29.927.874	29.927.874	29.927.874	0,00%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000 €	10.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000	0,00%
<b>Sub total</b>	<b>51.897.811</b>	<b>58.903.811</b>	<b>55.909.811</b>	<b>52.915.811</b>	<b>-5,36%</b>
<b>Empréstimos excluídos do cálculo da capacidade de endividamento</b>					
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado -Intempéries - com o BTA no montante de 448.918,11 €	448.918	448.918	448.918	302.925	-32,52%
Empréstimo Bancário de M.L.P com CGD - Complemento PER - no montante de 3.426.512,43 €	0	3.378.449	3.426.512	3.426.512	0,00%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BES - Complemento PER - no montante de 2.428.716,06	0	2.428.716	2.428.716	2.428.716	0,00%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 1.421.928,26	0	1.421.928	1.421.928	1.421.928	0,00%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1- com a CGD - 21 007 737,65	5.928.543	5.689.041	5.442.666	5.194.558	-4,56%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a CGD - 8 110 078,26	14.336.728	13.868.484	13.328.260	12.783.803	-4,08%
<b>Sub total</b>	<b>20.714.189</b>	<b>27.235.536</b>	<b>26.497.000</b>	<b>25.558.444</b>	<b>-3,54%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>72.612.000</b>	<b>86.139.347</b>	<b>82.406.811</b>	<b>78.474.254</b>	<b>-4,77%</b>

Un: Euros

Face aos valores apresentados, constata-se, de acordo com o artigo 24.º e 32.º da Lei das Finanças Locais, que do total dos empréstimos contraídos, 32% estão excluídos do cálculo da capacidade de endividamento. Na sua grande maioria, respeitam à linha de crédito bonificado ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, no âmbito da construção da habitação social.

Às regras de endividamento resultantes da Lei das Finanças Locais, sobrepõem-se as promulgadas pelas sucessivas Leis Orçamentais desde 2002, não permitindo que os municípios recorram a novos empréstimos de médio e longo prazo, caso excedam metade do limite referido na já citada Lei das Finanças Locais.

Perante as disposições legais existentes, não dispõe a Câmara Municipal da Maia de capacidade de endividamento de médio e longo prazo.

Em conformidade com os valores constantes do quadro apresentado apura-se que, foi a utilização de empréstimos complementares a linhas de crédito bonificado no âmbito do Acordo Geral de Adesão (PER) que originou o aumento da dívida de médio e longo prazo, entre os anos de 2002 e 2003.

A partir do ano de 2003, é visível a diminuição desta dívida de médio e longo prazo, reflectida no final de Dezembro de 2005 no valor de 78.474.254 €.

Para este decréscimo contribuiu o término dos períodos de diferimento das amortizações de alguns dos empréstimos existentes.

O empréstimo obrigacionista com o BCP, foi aquele que influiu de forma mais significativa na diminuição desta dívida, face ao volume de amortizações que apresenta, 2.994.000 €;

O empréstimo bancário das intempéries contratado com o BTA, cujo período de amortização começou no ano em apreço, colaborou para esta diminuição no montante de 145.993€;

Nos empréstimos contratados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER), são patentes pequenos decréscimos derivados das sucessivas amortizações que têm ocorrido, no valor 792.564 €.

### Dívidas de Curto Prazo

EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO				
	2002	2003	2004	2005
Fornecedores c/c	3.698.353	9.027.806	5.642.277	5.531.218
Fornecedores imobilizado	12.040.238	22.182.145	26.436.111	37.462.165
Outros credores	149.838	3.876.552	3.506.610	2.672.743
Estado			22.530	0
Devedores e Credores diversos			3.484.081	2.672.743
<b>Dívida de Curto Prazo</b>	<b>15.888.429</b>	<b>35.086.503</b>	<b>35.584.999</b>	<b>45.666.125</b>

Un: Euros

O endividamento de curto prazo, engloba as dívidas a Entidades Privadas, Estado e Outros Entes Públicos.

Para a análise em referência atende-se aos valores de dívida que à data de 31 de Dezembro de 2005 se encontravam na situação de “facturados/debitados”.

Durante este último quadriénio, no que concerne às Dívidas de Curto Prazo, apesar de se verificar, globalmente, um aumento, é de anotar que quanto às de fornecedores c/c e outros credores, houve uma diminuição do ano de 2004 para 2005 de (-) 2% e (-) 24%, respectivamente. Esta diminuição tem vindo a ocorrer desde 2003, o que evidencia a diligência por parte desta autarquia em diminuir as dívidas a fornecedores e outros credores conta corrente.

Relativamente ao montante da dívida a Fornecedores de Imobilizado é visível que este aumentou durante os últimos anos, denotando o esforço financeiro adicional que a autarquia tem desenvolvido no âmbito do investimento realizado (facturado), sem que exista porém disponibilidade de tesouraria equivalente.

Não obstante, convém salientar :

- No que se refere a projectos co-financiados, onde já existe o emprego de capitais na aquisição de bens de equipamento, e como tal já com dívida consolidada, o Estado apresenta uma dívida para com a Autarquia, que ronda os 5 milhões de euros. Tal circunstancia contribuiu de forma decisiva para o agravamento do endividamento de curto prazo, designadamente quanto á dívida a fornecedores de imobilizado.
- Com referência a clientes, contribuintes e utentes, que o valor em debito para com a Autarquia à data de 31 de Dezembro de 2005 ascende a 6.194.777 €.

Face ao exposto, conclui-se que:

- Por um lado, retirando ao valor total da dívida de 45.666.125 € o montante das dívidas de clientes, contribuintes e utentes, antes citadas, temos um substancial desagravamento da dívida de curto prazo.
- Por outro lado, perante a liquidação total da dívida do estado verificar-se-ia, inclusive, uma ligeira redução do endividamento de curto prazo.

### **Evolução do Endividamento Global – Dívidas de Curto Prazo e de Médio e Longo Prazo**

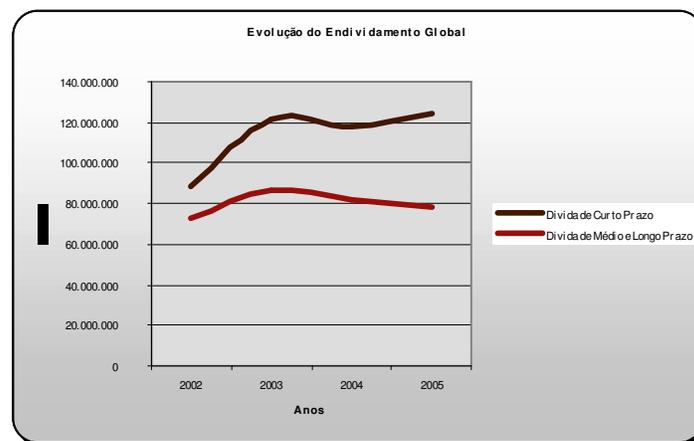
Em síntese do que foi anteriormente tratado, apresenta-se um quadro resumo do endividamento global ao longo do último quadriénio, assim como a sua variação.

<b>EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO GLOBAL</b>				
	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Dívida de Médio e Longo Prazo	72.612.000	86.139.347	82.406.811	78.474.254
Dívida de Curto Prazo	15.888.429	35.086.503	35.584.999	45.666.125
<b>Total</b>	<b>88.500.429</b>	<b>121.225.850</b>	<b>117.991.810</b>	<b>124.140.379</b>

Un: Euros

De acordo com os valores apresentados, pode concluir-se que não obstante o endividamento de médio e longo prazo ter decrescido, face ao aumento da dívida de curto prazo, o endividamento global da Autarquia aumentou 5,21%.

O gráfico seguinte espelha esta evolução.





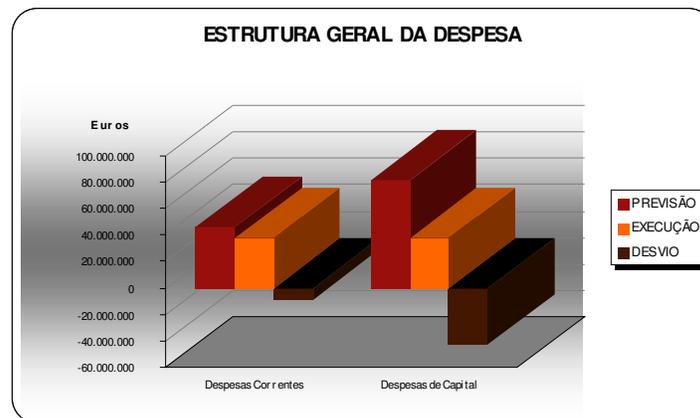
## **DESPESA**

## ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

No âmbito deste capítulo, e tal-qualmente se fez quanto à execução orçamental das receitas, fornece-se no quadro e gráfico seguintes informação que possibilita a análise comparativa entre a despesa prevista e a paga.

ESTRUTURA GERAL DA DESPESA							
	PREVISÃO		EXECUÇÃO		DESVIO		Tx Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Despesas Correntes	45.688.793	35,78%	37.148.033	49,33%	-8.540.760	-18,69%	81,31%
Despesas de Capital	81.994.727	64,22%	38.156.673	50,67%	-43.838.054	-53,46%	46,54%
<b>TOTAL</b>	<b>127.683.520</b>	<b>100,00%</b>	<b>75.304.706</b>	<b>100,00%</b>	<b>-52.378.814</b>	<b>-41,02%</b>	<b>58,98%</b>

Un: Euros



A despesa global paga situou-se em 75.304.706€, correspondendo a uma taxa de execução de 58,98%, traduzida num desvio negativo de 41,02% relativamente ao valor total orçado. As despesas de capital assumiram o maior desvio.

Do ponto de vista de execução orçamental, constata-se que as despesas de capital têm um peso ligeiramente superior às despesas correntes, representando cerca de 51% da despesa paga.

Dada a importância, que no contexto global da despesa, assumem alguns dos seus subgrupos, justifica-se a apreciação dos mesmos de acordo com os seguintes critérios:

- Despesas de Funcionamento
- Transferências Correntes
- Serviço de Dívida
- Investimento Global

### **DESPESAS DE FUNCIONAMENTO**

Considerando que as Despesas de Funcionamento são um importante indicador da dinâmica da actividade autárquica, na medida em que espelham o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pela edilidade, ao agregarem as despesas com pessoal, as despesas com aquisição de bens e serviços, assim como as outras despesas correntes, inserem-se de seguida um mapa e gráfico elucidativos da sua distribuição.

<b>ESTRUTURA GERAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO</b>				
	<b>2005</b>			
	<b>Valor</b>	<b>%Desp Func</b>	<b>%Desp corrente</b>	<b>%Desp Total</b>
Pessoal	15.621.862	54,60%	42,05%	20,74%
Aquisição de Bens e Serviços	12.132.773	42,40%	32,66%	16,11%
Outras Despesa Correntes	858.741	3,00%	2,31%	1,14%
<b>TOTAL DESP FUNCIONAMENTO</b>	<b>28.613.376</b>	<b>100,00%</b>	<b>77,03%</b>	<b>38,00%</b>
<b>TOTAL DESPESAS CORRENTES</b>	<b>37.148.033</b>		<b>100,00%</b>	<b>49,33%</b>
<b>TOTAL GERAL DESPESAS</b>	<b>75.304.706</b>			<b>100,00%</b>

Un:Euros

Da análise do quadro anterior, conclui-se que a rubrica que maior peso tem nos pagamentos das Despesas de Funcionamento é a de *Despesas com Pessoal*, sendo certo que, ao considerar a despesa facturada, a aquisição de serviços iguala tal posição, ao representar cerca de 49% da mesma.



Com o objectivo de melhor apreciar a dinâmica desta tipologia de despesa, procede-se a uma análise, individualmente mais detalhada, de cada um destes subgrupos.

### ***DESPESAS COM PESSOAL***

Na globalidade das despesas correntes, e naturalmente das Despesas de Funcionamento, uma das rubricas de maior peso é a de *Despesas com Pessoal*, ao representar 37% das despesas correntes realizadas e 42% das despesas correntes pagas. O pagamento deste tipo de despesa sofreu, em relação ao ano de 2004, um acréscimo de 2,85%.

Para tal, contribuíram diversos factores, nomeadamente:

- a actualização de vencimentos, que em 2005 situou-se nos 2,2%;
- algumas progressões automáticas e promoções de funcionários;
- o acréscimo de pagamentos com despesas de saúde, o que verdadeiramente não traduz um aumento da realização de nova despesa, antes sim, o esforço do município no pagamento de encargos assumidos transitados e não pagos, no que toca á facturação da ADSE (encargos directos de saúde resultantes de internamentos, consultas médicas e intervenções hospitalares diversas).

DESPESAS COM PESSOAL						
	2003	2004	2005	Peso	Variação	
	Execução	Execução	Execução		Valor	Tx cresc.
<b>Remunerações certas e permanentes</b>						
Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	286.586	280.056	269.836	1,73%	-10.220	-3,65%
Pessoal do quadro	8.814.366	9.739.271	9.723.374	62,24%	-15.897	-0,16%
Pessoal em qualquer outra situação	2.924.407	2.267.178	2.096.625	13,42%	-170.553	-7,52%
<b>Subtotal</b>	<b>12.025.360</b>	<b>12.286.506</b>	<b>12.089.835</b>	<b>77,39%</b>	<b>-196.670</b>	<b>-1,60%</b>
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>					0	
Horas extraordinárias	734.662	737.498	553.367	3,54%	-184.130	-24,97%
Ajudas de custo	12.758	15.841	17.815	0,11%	1.974	12,46%
Abono para faltas	5.346	5.606	5.689	0,04%	83	1,47%
Subsídio de turno	423.092	461.854	356.845	2,28%	-105.008	-22,74%
Outros suplementos e prémios	37.432	44.130	51.286	0,33%	7.156	16,22%
<b>Sub-Total</b>	<b>1.213.290</b>	<b>1.264.928</b>	<b>985.002</b>	<b>6,31%</b>	<b>-279.926</b>	<b>-22,13%</b>
<b>Segurança social</b>					0	
Despesas com saúde	190.654	273.490	1.281.811	8,21%	1.008.320	368,69%
Subsídio familiar e outras prestações	148.772	178.130	142.288	0,91%	-35.842	-20,12%
Contribuições para a segurança social	1.130.445	1.084.123	1.008.221	6,45%	-75.902	-7,00%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	595			0,00%	0	#DIV/0!
Seguros	89.900	101.313	114.705	0,73%	13.392	13,22%
<b>Sub-Total</b>	<b>1.560.366</b>	<b>1.637.056</b>	<b>2.547.025</b>	<b>16,30%</b>	<b>909.969</b>	<b>55,59%</b>
<b>TOTAL DESPESAS PESSOAL</b>	<b>14.799.016</b>	<b>15.188.490</b>	<b>15.621.862</b>	<b>100,00%</b>	<b>433.373</b>	<b>2,85%</b>

Un:Euros

Perante a apreciação do quadro antes reproduzido, é de concluir que na gerência em análise:

As remunerações certas e permanentes representam 77,39% do total das Despesas com Pessoal, correspondendo a 12.089.835€. Evidenciam um ligeiro decréscimo relativamente a 2004, sendo o maior contributo da rubrica *pessoal em qualquer outra situação*, seguido dos *Titulares de Órgãos de Soberania e Membros de Órgãos Autárquicos*. No que respeita a estes últimos, o decréscimo resultou principalmente da alteração do número de vereadores em regime de permanência e a meio tempo, no âmbito do disposto no artigo 58.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, alteração essa deliberada na reunião extraordinária realizada no dia 31 de Outubro de 2005.

Os abonos variáveis ou eventuais, assumem 6,31% do total das Despesas com Pessoal, ou seja, cabe-lhes o valor de 985.002€. Apresentam, face ao ano transacto, uma redução de cerca de 280.000€ (-22,13%), essencialmente justificada pela diminuição verificada nas rubricas de *horas extraordinárias* e de *subsídio de turno*, cujas taxas de decréscimo atingiram (-)24,97% e (-)22,74%, respectivamente.

A *Segurança Social* absorve 16,30% do total das *Despesas com Pessoal*. Apresenta face ao ano anterior, um aumento de 55,59%, evidenciando o esforço complementar no pagamento das despesas com saúde durante o ano de 2005, conforme já foi anteriormente referido.

### Limites legais

Para efeitos de cálculo dos limites legais com pessoal, apenas foram consideradas as despesas pagas pelo subagrupamento 0101 – *Remunerações Certas e Permanentes*, ignorando-se as despesas pagas pelos subagrupamentos 0102 – *Abonos Variáveis ou Eventuais* e 0103 – *Segurança Social*, conforme instruções emitidas pelo SATAPOCAL (Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL).

A Lei n.º 11/03, de 13 de Maio, estabelece o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das comunidades intermunicipais de direito público e o funcionamento dos seus órgãos. Nos termos do disposto no art.º 33º, n.º 1, daquele diploma legal, as despesas efectuadas com o quadro próprio e outro das Associações de Municípios, relevam para efeitos do limite estabelecido na Lei, para as despesas com pessoal do quadro dos Municípios associados. Não se trata de um custo a liquidar pelos Municípios mas a “ocupação” de um “*plafond*” que só de maneira indirecta condiciona a liberdade de cada um dos Municípios associados contratarem pessoal.

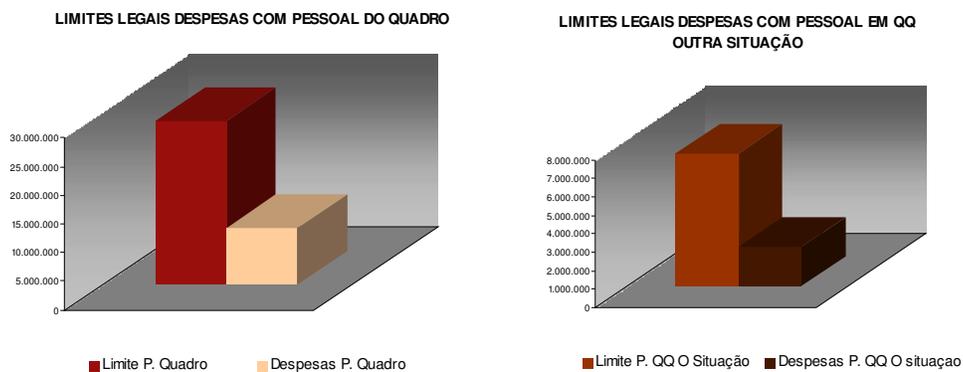
Assim, reflecte o quadro seguinte os montantes e limites legais incluindo as despesas com pessoal da Lipor.

Limites legais estipulados no art.º 10.º do D.L. n.º 116/84 de 06 de Abril, na redacção dada pela Lei 44/85 de 13 de Set			
Pessoal do Quadro	Valor	% utilizada das receitas correntes	% do limite legal
Receita Corrente 2004	47.602.818		
60 % da receita corrente arrecadada em 2004	28.561.691		
<b>Despesas c/ pessoal do quadro em 2005</b>	<b>9.723.374</b>	<b>20,43%</b>	
<b>Despesas c/ pessoal da LIPOR</b>	<b>272.776</b>	<b>0,57%</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>9.996.150</b>	<b>21,00%</b>	<b>35,0%</b>

Pessoal em Qualquer Outra Situação	Valor	% utilizada das receitas correntes	% do limite legal
Receita Corrente 2004	47.602.818		
(25% x 60%) 15 % da receita corrente arrecadada em 2004	7.140.423		
<b>Despesas c/ pessoal em qualquer situação em 2005</b>	<b>2.096.549</b>	<b>4,40%</b>	<b>29,4%</b>

Un: Euros

No que respeita ao cumprimento dos limites estabelecidos no art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 116/84 de 06 de Abril, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/85 de 13 de Setembro, importa referir que, apesar do ligeiro aumento das *Despesas com Pessoal*, as mesmas se encontram longe de atingirem os limites legais, encontrando-se apenas utilizados 35% do limite para despesas com *Pessoal do Quadro* e 29,4% do limite de despesas com *Pessoal em Qualquer Outra Situação*.



Considerando as *Despesas com Pessoal* da Autarquia, interessa conhecer o peso das mesmas no total das receitas correntes.

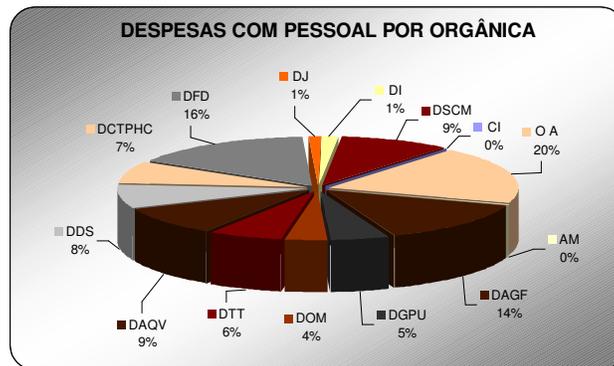
DESPESA COM PESSOAL/ RECEITAS CORRENTES				
Pessoal do Quadro	2002	2003	2004	2005
Total Receitas Correntes	49.457.604	52.136.129	47.602.818	52.250.404
Total de Despesas com Pessoal	13.060.738	14.799.016	15.188.490	15.621.862
Total de Despesas com Pessoal/Total Receitas Correntes	26,41%	28,39%	31,91%	29,90%

Un.Euros

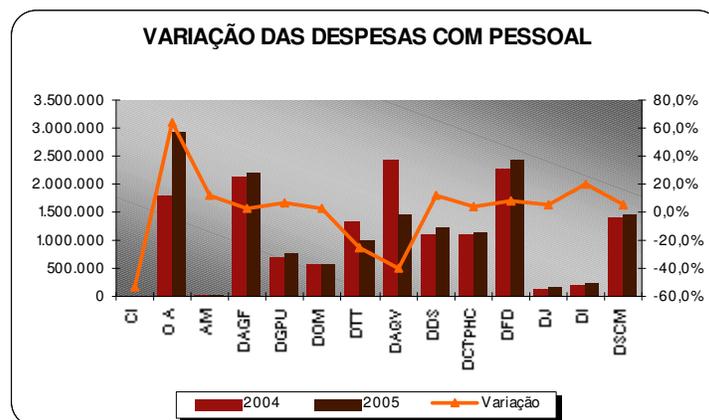
Do quadro anterior, podemos concluir que as *Despesas com Pessoal* abarcam cerca de 30% das receitas correntes da autarquia.

## Estrutura Orgânica

Face à importância das *Despesas com Pessoal*, importa visualizar a execução e peso por capítulo orgânico, conforme gráfico seguinte, donde se retira que a maior representatividade das mesmas está associada aos *Órgãos da Autarquia* (20%), seguida do *Departamento do Fomento Desportivo* (16%) e do *Departamento de Administração Geral e de Finanças* (14%).



Fazendo uma análise pormenorizada por departamento, importa evidenciar as rubricas de classificação económica com maior peso no total das despesas e respectivas taxas de crescimento.



## Classes Inactivas

DESPESAS COM PESSOAL						
Classes Inactivas	2004		2005		Peso no Total Desp Pessoal	Tx Cresc.
	Execução	Peso no Total da orgânica	Execução	Peso no Total da orgânica		
<b>Remunerações certas e permanentes</b>						
Pessoal aguardando aposentação	15.367	99,45%	7.289	100,00%	0,05%	-52,57%
<b>Sub-Total</b>	<b>15.367</b>	<b>99,45%</b>	<b>7.289</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,05%</b>	<b>-52,57%</b>
<b>Segurança social</b>						
Despesas com saúde	60	0,39%	0	0,00%	0,00%	-100,00%
Subsidio familiar e outras prestações	25	0,16%	0	0,00%	0,00%	-100,00%
<b>Sub-Total</b>	<b>85</b>	<b>0,55%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>-100,00%</b>
<b>TOTAL ORGÂNICA</b>	<b>15.451</b>	<b>100,00%</b>	<b>7.289</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,05%</b>	<b>-52,83%</b>
<b>TOTAL DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>15.188.490</b>		<b>15.621.862</b>		<b>100,00%</b>	<b>2,85%</b>

Un:Euros

Por esta orgânica pagam-se as despesas com pessoal a aguardar aposentação, registando as pensões provisórias dos funcionários, até que sejam fixadas as pensões definitivas de aposentação.

Como seria de esperar, as *Classes Inactivas* representam apenas 0,05% do total de *Despesas com Pessoal*.

## Órgãos da Autarquia

DESPESAS COM PESSOAL						
Órgãos da Autarquia	2004		2005		Tx Cresc.	
	Execução	Peso no Total da orgânica	Execução	Peso no Total da orgânica		Peso no Total Desp Pessoal
<b>Remunerações certas e permanentes</b>						
Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	193.487	10,81%	194.008	6,59%	1,24%	0,27%
Pessoal do quadro	500.630	27,96%	643.136	21,86%	4,12%	28,47%
Pessoal Contratado a termo certo	3.878	0,22%	0	0,00%	0,00%	-100,00%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	335.976	18,77%	356.565	12,12%	2,28%	6,13%
Pessoal em qualquer outra situação	115.966	6,48%	42.168	1,43%	0,27%	-63,64%
Representação	52.150	2,91%	52.597	1,79%	0,34%	0,86%
Subsídio de refeição	52.574	2,94%	54.339	1,85%	0,35%	3,36%
Subsídios de férias e de Natal	140.368	7,84%	144.149	4,90%	0,92%	2,69%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	11.479	0,64%	11.157	0,38%	0,07%	-2,80%
<b>Subtotal</b>	<b>1.406.508</b>	<b>78,56%</b>	<b>1.498.120</b>	<b>50,92%</b>	<b>9,59%</b>	<b>6,51%</b>
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>						
Horas extraordinárias	7.930	0,44%	24.540	0,83%	0,16%	209,46%
Ajudas de custo	6.367	0,36%	13.515	0,46%	0,09%	112,28%
Abono para falhas		0,00%	0	0,00%	0,00%	
Subsídio de turno	46.507	2,60%	48.885	1,66%	0,31%	5,11%
Outros suplementos e prémios	69	0,00%	2.797	0,10%	0,02%	3954,91%
<b>Sub-Total</b>	<b>60.873</b>	<b>3,40%</b>	<b>89.738</b>	<b>3,05%</b>	<b>0,57%</b>	<b>47,42%</b>
<b>Segurança social</b>						
Encargos com a saúde	104.661	5,85%	1.111.066	37,77%	7,11%	961,58%
Outros encargos com a saúde	13.587	0,76%	10.133	0,34%	0,06%	-25,42%
Subsídio familiar e outras prestações	6.029	0,34%	9.386	0,32%	0,06%	55,68%
Contribuições para a segurança social	97.295	5,43%	114.216	3,88%	0,73%	17,39%
Seguros	101.313	5,66%	109.177	3,71%	0,70%	7,76%
<b>Sub-Total</b>	<b>322.886</b>	<b>18,04%</b>	<b>1.353.979</b>	<b>46,02%</b>	<b>8,67%</b>	<b>319,34%</b>
<b>TOTAL ORGÂNICA</b>	<b>1.790.267</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.941.836</b>	<b>100,00%</b>	<b>18,83%</b>	<b>64,32%</b>
<b>TOTAL DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>15.188.490</b>		<b>15.621.862</b>		<b>100,00%</b>	<b>2,85%</b>

Un:Euros

As despesas com pessoal dos *Órgãos da Autarquia*, considerando que incorporam a totalidade dos encargos com a saúde e seguros de toda a estrutura orgânica da autarquia, não é de estranhar que representem 18,83% do total das *Despesas com Pessoal*.

Face ao exposto, e uma vez que os pagamentos referentes aos encargos com a saúde totalizaram, na gerência de 2005, o montante de 1.111.066 €, influenciando drasticamente a taxa de crescimento de despesa paga plasmada nesta orgânica, importa assinalar que essa circunstância, ao não ser considerada, desvirtua as conclusões da correspondente análise.

Ora, se expurgarmos da nossa apreciação os encargos com a saúde e os seguros, obtemos uma taxa de crescimento das *Despesas com Pessoal* de apenas 8,67%, percentagem muito aquém dos 64,32%.

No que se refere à rubrica de *abonos variáveis ou eventuais*, anota-se que estes apresentam um acréscimo de 47,42%, relativamente a 2004, principalmente no que respeita aos *outros suplementos e prémios*.

Tal crescimento deve-se, essencialmente, ao pagamento de senhas de presença em reuniões do órgão executivo que ocorreram após a tomada de posse, bem como ao pagamento aos orientadores de estágios profissionais promovidos pelo IEFPP – Instituto de Emprego e Formação Profissional.

As *horas extraordinárias* evidenciaram também um aumento considerável, concorrendo para este facto, sobretudo, o pagamento de 19.272,81 € ao Serviço de Polícia Municipal. É importante anotar que este valor se reportou à regularização de horas extraordinárias referentes a anos anteriores.

Refira-se também o contributo das *remunerações certas e permanentes* para o aumento das *Despesas com Pessoal*, principalmente da rubrica de *Pessoal do Quadro* não obstante as reduções verificadas nas rubricas do *Pessoal Contratado a Termo Certo e em Qualquer Outra Situação*.

## Assembleia Municipal

DESPESAS COM PESSOAL						
Assembleia Municipal	2004		2005		Peso no Total Desp Pessoal	Tx Cresc.
	Execução	Peso no Total da orgânica	Execução	Peso no Total da orgânica		
<b>Remunerações certas e permanentes</b>						
Pessoal em regime de tarefa ou avença	9.600	26,72%	12.000	29,92%	0,08%	25,00%
<b>Subtotal</b>	<b>9.600</b>	<b>26,72%</b>	<b>12.000</b>	<b>29,92%</b>	<b>0,08%</b>	<b>25,00%</b>
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>						
Ajudas de custo	495	1,38%	0	0,00%	0,00%	-100,00%
Outros suplementos e prémios	25.833	71,90%	28.110	70,08%	0,18%	8,82%
<b>Sub-Total</b>	<b>26.328</b>	<b>73,28%</b>	<b>28.110</b>	<b>70,08%</b>	<b>0,18%</b>	<b>6,77%</b>
<b>TOTAL ORGÂNICA</b>	<b>35.928</b>	<b>100,00%</b>	<b>40.110</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,26%</b>	<b>11,64%</b>
<b>TOTAL DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>15.188.490</b>		<b>15.621.862</b>		<b>100,00%</b>	<b>2,85%</b>

Un:Euros

O montante absorvido pela orgânica da Assembleia Municipal durante o ano 2005, no que às *Despesas com Pessoal* respeita, atingiu o valor de 40.110 €, montante este superior em

11,64% ao registado em 2004. Este aumento foi essencialmente influenciado pelo acréscimo verificado na rubrica de *Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença*.

A rubrica *outros suplementos e prémios*, por onde se registam as senhas de presença, constitui 70,08% das *Despesas com Pessoal* da orgânica, e também apresenta um acréscimo relativamente ao ano anterior, de 8,82% .

### Departamento de Administração Geral e Finanças

DESPESAS COM PESSOAL						
Dep. Administração Geral e de Finanças	2004		2005		Tx Cresc.	
	Execução	Peso no Total da orgânica	Execução	Peso no Total da orgânica		Peso no Total Desp Pessoal
<b>Remunerações certas e permanentes</b>						
Pessoal do quadro	1.301.077	60,84%	1.335.552	61,10%	8,55%	2,65%
Pessoal Contratado a termo certo	27.076	1,27%	1.390	0,06%	0,01%	-94,86%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	61.273	2,87%	98.073	4,49%	0,63%	60,06%
Pessoal em qualquer outra situação	8.684	0,41%	11.731	0,54%	0,08%	35,09%
Representação	6.440	0,30%	6.953	0,32%	0,04%	7,98%
Subsídio de refeição	115.480	5,40%	112.032	5,13%	0,72%	-2,99%
Subsídios de férias e de Natal	227.734	10,65%	234.242	10,72%	1,50%	2,86%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	25.220	1,18%	30.004	1,37%	0,19%	18,97%
<b>Subtotal</b>	<b>1.772.983</b>	<b>82,91%</b>	<b>1.829.979</b>	<b>83,72%</b>	<b>11,71%</b>	<b>3,21%</b>
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>						
Horas extraordinárias	72.099	3,37%	96.292	4,41%	0,62%	33,56%
Ajudas de custo	109	0,01%	181	0,01%	0,00%	65,12%
Abono para falhas	4.835	0,23%	5.211	0,24%	0,03%	7,78%
Subsídio de turno	6.977	0,33%	8.423	0,39%	0,05%	20,72%
Outros suplementos e prémios	16.816	0,79%	18.014	0,82%	0,12%	7,12%
<b>Sub-Total</b>	<b>100.836</b>	<b>4,72%</b>	<b>128.120</b>	<b>5,86%</b>	<b>0,82%</b>	<b>27,06%</b>
<b>Segurança social</b>						
Despesas com saúde	43.655	2,04%	35.650	1,63%	0,23%	-18,34%
Subsídio familiar e outras prestações	37.850	1,77%	29.687	1,36%	0,19%	-21,57%
Contribuições para a segurança social	183.117	8,56%	162.351	7,43%	1,04%	-11,34%
Seguros		0,00%		0,00%	0,00%	
<b>Sub-Total</b>	<b>264.622</b>	<b>12,37%</b>	<b>227.688</b>	<b>10,42%</b>	<b>1,46%</b>	<b>-13,96%</b>
<b>TOTAL ORGÂNICA</b>	<b>2.138.441</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.185.787</b>	<b>100,00%</b>	<b>13,99%</b>	<b>2,21%</b>
<b>TOTAL DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>15.188.490</b>		<b>15.621.862</b>		<b>100,00%</b>	<b>2,85%</b>

Ur: Euros

Cerca de 14% do total das *Despesas com Pessoal* tiveram origem no *Departamento de Administração Geral e de Finanças*, que apresentou no ano 2005 uma taxa de crescimento de 2,21% relativamente ao ano anterior.

Em termos percentuais, os *abonos variáveis ou eventuais* evidenciaram uma variação superior (27,06%), destacando-se as horas extraordinárias com um aumento de 33,56%. Tal

crescimento ficou a dever-se, em boa parte, à preparação dos actos eleitorais (legislativas, autárquicas e preparação das presidenciais).

As *ajudas de custo*, apesar de terem aumentado 65%, espelham o insignificante valor de 71€ .

As *remunerações certas e permanentes* constituem 83,72% das *Despesas com Pessoal* da orgânica, realçando-se, em termos de crescimento, a rubrica *Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença* (+60,06% ) e *Pessoal em Qualquer Outra Situação* (+35,09%). Em contrapartida, o *Pessoal Contratado a Termo Certo* apresenta um decréscimo de 94.86%.

## Departamento Gestão e Planeamento Urbanístico

DESPESAS COM PESSOAL						
Dep. Gestão e Planeamento Urbanístico	2004		2005		Peso no Total Desp Pessoal	Tx Cresc.
	Execução	Peso na orgânica	Execução	Peso na orgânica		
<b>Remunerações certas e permanentes</b>						
Pessoal do quadro	485.322	68,10%	517.023	67,59%	3,31%	6,53%
Pessoal Contratado a termo certo	1.380	0,19%	0	0,00%	0,00%	-100,00%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	10.849	1,52%	14.232	1,86%	0,09%	31,18%
Pessoal em qualquer outra situação	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%
Representação	13.063	1,83%	13.723	1,79%	0,09%	5,05%
Subsídio de refeição	29.354	4,12%	30.453	3,98%	0,19%	3,75%
Subsídios de férias e de Natal	86.234	12,10%	89.975	11,76%	0,58%	4,34%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	12.625	1,77%	13.613	1,78%	0,09%	7,83%
<b>Subtotal</b>	<b>638.827</b>	<b>89,64%</b>	<b>679.019</b>	<b>88,77%</b>	<b>4,35%</b>	<b>6,29%</b>
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>						
Horas extraordinárias	854	0,12%	1.316	0,17%	0,01%	54,11%
Ajudas de custo	147	0,02%	54	0,01%	0,00%	-63,09%
Abono para falhas	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%
Subsídio de turno	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%
Outros suplementos e prémios	0	0,00%	31	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Sub-Total</b>	<b>1.000</b>	<b>0,14%</b>	<b>1.400</b>	<b>0,18%</b>	<b>0,01%</b>	<b>40,00%</b>
<b>Segurança social</b>						
Despesas com saúde	7.115	1,00%	13.907	1,82%	0,09%	95,45%
Subsídio familiar e outras prestações	6.891	0,97%	8.342	1,09%	0,05%	21,05%
Contribuições para a segurança social	58.812	8,25%	62.238	8,14%	0,40%	5,83%
Seguros	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Sub-Total</b>	<b>72.819</b>	<b>10,22%</b>	<b>84.487</b>	<b>11,05%</b>	<b>0,54%</b>	<b>16,02%</b>
<b>TOTAL ORGÂNICA</b>	<b>712.646</b>	<b>100,00%</b>	<b>764.907</b>	<b>100,00%</b>	<b>4,90%</b>	<b>7,33%</b>
<b>TOTAL DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>15.188.490</b>		<b>15.621.862</b>		<b>100,00%</b>	<b>2,85%</b>

Ur: Euros

O *Departamento de Gestão e Planeamento Urbanístico*, absorveu 4,90% do total das *Despesas com Pessoal*, o que reflecte uma taxa de crescimento em relação ao ano anterior, de 7,33%.

Em termos de variação, destacam-se os *abonos variáveis ou eventuais*, que na sua globalidade aumentaram 40%, sobretudo devido às horas extraordinárias, não obstante, em termos absolutos, tal valor ser irrelevante.

É de destacar o acréscimo significativo, em relação ao ano transacto, das comparticipações de saúde imputadas a esta orgânica, na percentagem de 95,45%, assim como o crescimento da rubrica *Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença* (+31,18%), em contraposição com a diminuição do *Pessoal Contratado a Termo Certo*.

### Departamento de Obras Municipais

DESPESAS COM PESSOAL						
Dep. Obras Municipais	2004		2005		Peso no Total Desp Pessoal	Tx Cresc.
	Execução	Peso no Total da orgânica	Execução	Peso no Total da orgânica		
<b>Remunerações certas e permanentes</b>						
Pessoal do quadro	345.764	62,60%	387.123	67,99%	2,48%	11,96%
Pessoal Contratado a termo certo	4.510	0,82%		0,00%	0,00%	-100,00%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	29.617	5,36%	8.136	1,43%	0,05%	-72,53%
Pessoal em qualquer outra situação	3.683	0,67%		0,00%	0,00%	-100,00%
Representação	10.129	1,83%	10.352	1,82%	0,07%	2,20%
Subsídio de refeição	22.521	4,08%	23.577	4,14%	0,15%	4,69%
Subsídios de férias e de Natal	62.301	11,28%	65.281	11,47%	0,42%	4,78%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	5.912	1,07%	2.711	0,48%	0,02%	-54,15%
<b>Subtotal</b>	<b>484.438</b>	<b>87,71%</b>	<b>497.180</b>	<b>87,32%</b>	<b>3,18%</b>	<b>2,63%</b>
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>						
Horas extraordinárias	9.887	1,79%	14.925	2,62%	0,10%	50,96%
Ajudas de custo	281	0,05%	251	0,04%	0,00%	-10,75%
Abono para falhas	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Subsídio de turno	1.615	0,29%	1.357	0,24%	0,01%	-15,95%
Outros suplementos e prémios	0	0,00%	26	0,00%	0,00%	
<b>Sub-Total</b>	<b>11.783</b>	<b>2,13%</b>	<b>16.560</b>	<b>2,91%</b>	<b>0,11%</b>	<b>40,54%</b>
<b>Segurança social</b>						
Despesas com saúde	6.679	1,21%	5.103	0,90%	0,03%	-23,59%
Subsídio familiar e outras prestações	6.741	1,22%	4.816	0,85%	0,03%	-28,55%
Contribuições para a segurança social	42.677	7,73%	45.694	8,03%	0,29%	7,07%
Seguros		0,00%		0,00%	0,00%	
<b>Sub-Total</b>	<b>56.098</b>	<b>10,16%</b>	<b>55.614</b>	<b>9,77%</b>	<b>0,36%</b>	<b>-0,86%</b>
<b>TOTAL ORGÂNICA</b>	<b>552.318</b>	<b>100,00%</b>	<b>569.353</b>	<b>100,00%</b>	<b>3,64%</b>	<b>3,08%</b>
<b>TOTAL DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>15.188.490</b>		<b>15.621.862</b>		<b>100,00%</b>	<b>2,85%</b>

Un:Euros

O *Departamento de Obras Municipais* é responsável por 3,64% do total das *Despesas com Pessoal*, valor que, relativamente ao ano antecedente, cresceu 3,08%.

Em termos de variação, destacam-se os *abonos variáveis ou eventuais*, que aumentaram 40,54%, contribuindo as horas extraordinárias com um acréscimo de 50,96%.

Quanto às *remunerações certas e permanentes*, a rubrica de *Pessoal do Quadro*, representa 67,99% do total das *Despesas com Pessoal* da orgânica, e um acréscimo em termos absolutos, de 41.359 € relativamente a 2004.

## Departamento de Trânsito e Transportes

DESPESAS COM PESSOAL						
Dep. Trânsito e Transportes	2004		2005		Tx Cresc.	
	Execução	Peso no Total da orgânica	Execução	Peso no Total da orgânica		Peso no Total Desp Pessoal
<b>Remunerações certas e permanentes</b>						
Pessoal do quadro	696.451	52,18%	544.761	54,98%	3,49%	-21,78%
Pessoal Contratado a termo certo	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Pessoal em regime de tarefa ou avença	0	0,00%	3.663	0,37%	0,02%	
Pessoal em qualquer outra situação	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Representação	7.921	0,59%	8.096	0,82%	0,05%	2,20%
Subsídio de refeição	83.525	6,26%	60.447	6,10%	0,39%	-27,63%
Subsídios de férias e de Natal	118.268	8,86%	92.637	9,35%	0,59%	-21,67%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	11.089	0,83%	11.906	1,20%	0,08%	7,36%
<b>Subtotal</b>	<b>917.255</b>	<b>68,72%</b>	<b>721.509</b>	<b>72,82%</b>	<b>4,62%</b>	<b>-21,34%</b>
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>						
Horas extraordinárias	206.230	15,45%	132.754	13,40%	0,85%	-35,63%
Ajudas de custo	1.357	0,10%	606	0,06%	0,00%	-55,31%
Abono para falhas	771	0,06%	478	0,05%	0,00%	-38,07%
Subsídio de turno	85.051	6,37%	44.969	4,54%	0,29%	-47,13%
Outros suplementos e prémios	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
<b>Sub-Total</b>	<b>293.410</b>	<b>21,98%</b>	<b>178.807</b>	<b>18,05%</b>	<b>1,14%</b>	<b>-39,06%</b>
<b>Segurança social</b>						
Despesas com saúde	14.636	1,10%	9.276	0,94%	0,06%	-36,62%
Subsídio familiar e outras prestações	18.477	1,38%	9.990	1,01%	0,06%	-45,93%
Contribuições para a segurança social	90.931	6,81%	71.229	7,19%	0,46%	-21,67%
Seguros		0,00%	0	0,00%	0,00%	
<b>Sub-Total</b>	<b>124.044</b>	<b>9,29%</b>	<b>90.494</b>	<b>9,13%</b>	<b>0,58%</b>	<b>-27,05%</b>
<b>TOTAL ORGÂNICA</b>	<b>1.334.708</b>	<b>100,00%</b>	<b>990.810</b>	<b>100,00%</b>	<b>6,34%</b>	<b>-25,77%</b>
<b>TOTAL DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>15.188.490</b>		<b>15.621.862</b>		<b>100,00%</b>	<b>2,85%</b>

Un: Euros

As *Despesas com Pessoal* afectas ao *Departamento de Trânsito e Transportes*, representam 6,34% do total geral das mesmas, o que, relativamente ao ano anterior, traduz em 2005 um decréscimo de 25,77%.

Todas as rubricas contribuíram para esta diminuição, à excepção da rubrica de *representação e remunerações por doença e maternidade*.

**Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida**

DESPESAS COM PESSOAL						
Dep. Ambiente e Qualidade de Vida	2004		2005		Peso no Total Desp Pessoal	Tx Cresc.
	Execução	Peso no Total da orgânica	Execução	Peso no Total da orgânica		
<b>Remunerações certas e permanentes</b>						
Pessoal do quadro	1.284.643	52,65%	849.544	57,57%	5,44%	-33,87%
Pessoal Contratado a termo certo	2.359	0,10%	0	0,00%	0,00%	-100,00%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	15.624	0,64%	22.844	1,55%	0,15%	46,21%
Pessoal em qualquer outra situação	11.048	0,45%	1.269	0,09%	0,01%	-88,52%
Representação	7.370	0,30%	5.839	0,40%	0,04%	-20,76%
Subsídio de refeição	150.446	6,17%	84.060	5,70%	0,54%	-44,13%
Subsídios de férias e de Natal	230.362	9,44%	150.280	10,18%	0,96%	-34,76%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	56.819	2,33%	39.880	2,70%	0,26%	-29,81%
<b>Subtotal</b>	<b>1.758.671</b>	<b>72,08%</b>	<b>1.153.716</b>	<b>78,18%</b>	<b>7,39%</b>	<b>-34,40%</b>
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>						
Horas extraordinárias	256.292	10,50%	86.172	5,84%	0,55%	-66,38%
Ajudas de custo	408	0,02%	75	0,01%	0,00%	-81,59%
Abono para fálhas	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Subsídio de turno	141.966	5,82%	49.047	3,32%	0,31%	-65,45%
Outros suplementos e prémios	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
<b>Sub-Total</b>	<b>398.666</b>	<b>16,34%</b>	<b>135.294</b>	<b>9,17%</b>	<b>0,87%</b>	<b>-66,06%</b>
<b>Segurança social</b>						
Despesas com saúde	28.204	1,16%	27.571	1,87%	0,18%	-2,24%
Subsídio familiar e outras prestações	44.398	1,82%	22.154	1,50%	0,14%	-50,10%
Contribuições para a segurança social	209.875	8,60%	136.959	9,28%	0,88%	-34,74%
Seguros	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
<b>Sub-Total</b>	<b>282.478</b>	<b>11,58%</b>	<b>186.684</b>	<b>12,65%</b>	<b>1,20%</b>	<b>-33,91%</b>
<b>TOTAL ORGÂNICA</b>	<b>2.439.815</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.475.694</b>	<b>100,00%</b>	<b>9,45%</b>	<b>-39,52%</b>
<b>TOTAL DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>15.188.490</b>		<b>15.621.862</b>		<b>100,00%</b>	<b>2,85%</b>

UrxEuros

As *Despesas com Pessoal* do Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida, têm uma representatividade de 9,5%, tendo decrescido 39,52 % em relação ao anterior, consequência sobretudo da transferência de pessoal para a Empresa Municipal Maiambiente, E.M., plenamente efectivada na gerência que se analisa.

É ainda de relevar o aumento das *Despesas com Pessoal em Regime de Tarefa e Avença*.

**Departamento de Desenvolvimento Social**

DESPESAS COM PESSOAL						
Dep. Desenvolvimento Social	2004		2005		Tx Cresc.	
	Execução	Peso no Total da orgânica	Execução	Peso no Total da orgânica		
<b>Remunerações certas e permanentes</b>						
Pessoal do quadro	442.719	40,16%	700.184	56,53%	4,48%	58,16%
Pessoal Contratado a termo certo	4.814	0,44%	3.176	0,26%	0,02%	-34,03%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	98.979	8,98%	137.717	11,12%	0,88%	39,14%
Pessoal em qualquer outra situação	231.012	20,95%	7.174	0,58%	0,05%	-96,89%
Representação	7.921	0,72%	8.096	0,65%	0,05%	2,20%
Subsídio de refeição	79.860	7,24%	127.410	10,29%	0,82%	59,54%
Subsídios de férias e de Natal	113.252	10,27%	120.241	9,71%	0,77%	6,17%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	11.044	1,00%	13.607	1,10%	0,09%	23,20%
<b>Subtotal</b>	<b>989.602</b>	<b>89,76%</b>	<b>1.117.604</b>	<b>90,24%</b>	<b>7,15%</b>	<b>12,93%</b>
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>						
Horas extraordinárias	1.641	0,15%	1.431	0,12%	0,01%	-12,80%
Ajudas de custo	209	0,02%		0,00%	0,00%	-100,00%
Abono para falhas	0	0,00%		0,00%	0,00%	
Subsídio de turno	0	0,00%	50	0,00%	0,00%	
Outros suplementos e prémios	0	0,00%	300	0,02%	0,00%	
<b>Sub-Total</b>	<b>1.850</b>	<b>0,17%</b>	<b>1.781</b>	<b>0,14%</b>	<b>0,01%</b>	<b>-3,76%</b>
<b>Segurança social</b>						
Despesas com saúde	13.843	1,26%	20.324	1,64%	0,13%	46,82%
Subsídio familiar e outras prestações	11.200	1,02%	9.260	0,75%	0,06%	-17,32%
Contribuições para a segurança social	85.973	7,80%	84.912	6,86%	0,54%	-1,23%
Seguros	0	0,00%	4.664	0,38%	0,03%	
<b>Sub-Total</b>	<b>111.016</b>	<b>10,07%</b>	<b>119.160</b>	<b>9,62%</b>	<b>0,76%</b>	<b>7,34%</b>
<b>TOTAL ORGÂNICA</b>	<b>1.102.467</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.238.545</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,93%</b>	<b>12,34%</b>
<b>TOTAL DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>15.188.490</b>		<b>15.621.862</b>		<b>100,00%</b>	<b>2,85%</b>

Un:Euros

No âmbito do *Departamento de Desenvolvimento Social*, verificou-se ao longo do ano de 2005 um acréscimo desta despesa de 12,34 %, o que representa 7,93% do total das *Despesas com Pessoal*.

Evidencia-se o aumento das rubricas de *Pessoal do quadro* (+58,16%) e consequentemente *Subsídio de refeição* (59,54%), e ainda de *Pessoal em Regime de Tarefa e Avença* (+39,14%). Em contrapartida, verifica-se uma diminuição de 96,89% na rubrica de *Pessoal em Qualquer Outra Situação*, o que em termos de valor absoluto corresponde a (-)223.838 €.

**Departamento de Cultura, Turismo e Património Histórico-Cultural**

DESPESAS COM PESSOAL						
Dep. Cultura, Turismo e Patr Histórico-Cultural	2004		2005		Peso no Total Desp Pessoal	Tx Cresc.
	Execução	Peso no Total da orgânica	Execução	Peso no Total da orgânica		
<b>Remunerações certas e permanentes</b>						
Pessoal do quadro	476.020	43,85%	486.169	43,19%	3,11%	2,13%
Pessoal Contratado a termo certo	25.838	2,38%	0	0,00%	0,00%	-100,00%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	269.913	24,86%	304.356	27,04%	1,95%	12,76%
Pessoal em qualquer outra situação	14.073	1,30%	24.991	2,22%	0,16%	77,58%
Representação	8.289	0,76%	11.104	0,99%	0,07%	33,96%
Subsídio de refeição	42.189	3,89%	40.731	3,62%	0,26%	-3,46%
Subsídios de férias e de Natal	87.404	8,05%	85.037	7,55%	0,54%	-2,71%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	7.368	0,68%	11.553	1,03%	0,07%	56,80%
<b>Subtotal</b>	<b>931.095</b>	<b>85,76%</b>	<b>963.942</b>	<b>85,64%</b>	<b>6,17%</b>	<b>3,53%</b>
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>						
Horas extraordinárias	60.581	5,58%	69.502	6,17%	0,44%	14,73%
Ajudas de custo	4.287	0,39%	1.779	0,16%	0,01%	-58,50%
Abono para falhas	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Subsídio de turno	11.606	1,07%	17.016	1,51%	0,11%	46,61%
Outros suplementos e prémios	1.412	0,13%	2.009	0,18%	0,01%	42,25%
<b>Sub-Total</b>	<b>77.886</b>	<b>7,17%</b>	<b>90.306</b>	<b>8,02%</b>	<b>0,58%</b>	<b>15,95%</b>
<b>Segurança social</b>						
Despesas com saúde	9.648	0,89%	7.431	0,66%	0,05%	-22,98%
Subsídio familiar e outras prestações	3.083	0,28%	5.361	0,48%	0,03%	73,90%
Contribuições para a segurança social	63.938	5,89%	57.731	5,13%	0,37%	-9,71%
Seguros	0	0,00%	865	0,08%	0,01%	#DIV/0!
<b>Sub-Total</b>	<b>76.669</b>	<b>7,06%</b>	<b>71.388</b>	<b>6,34%</b>	<b>0,46%</b>	<b>-6,89%</b>
<b>TOTAL ORGÂNICA</b>	<b>1.085.649</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.125.636</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,21%</b>	<b>3,68%</b>
<b>TOTAL DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>15.188.490</b>		<b>15.621.862</b>		<b>100,00%</b>	<b>2,85%</b>

Un:Euros

No que respeita ao *Departamento de Cultura, Turismo e Património Histórico-Cultural* verifica-se que as *Despesas com Pessoal* atingiram nesta gerência o valor de 1.125.636 € - 7,21% do total das despesas cuja natureza agora se aprecia -, o que reflecte um acréscimo de 3,68% em relação ao ano transacto.

Em termos de variação, destacam-se os *abonos variáveis ou eventuais* que aumentaram 15,95%, sobretudo devido às rubricas de *subsídio de turno* (+46,61%) e de *outros suplementos e prémios* (+42,25%). Esta última, referente ao pagamento a orientadores de estágio, não teve, em termos absolutos, significado.

As *remunerações certas e permanentes* constituem 85,64% das *Despesas com Pessoal* da orgânica, realçando-se em termos de crescimento as rubricas *Pessoal em Qualquer Outra Situação* (+77,58%) e *Remunerações por Doença, Maternidade/Paternidade* (+56,80%), podendo esta última revelar um aumento no absentismo.

## Departamento de Fomento Desportivo

DESPESAS COM PESSOAL						
Dep. Fomento Desportivo	2004		2005		Total Desp Pessoal	Tx Cresc.
	Execução	Peso no Total da orgânica	Execução	Total da orgânica		
<b>Remunerações certas e permanentes</b>						
Pessoal do quadro	803.542	35,64%	852.119	35,06%	5,45%	6,05%
Pessoal Contratado a termo certo	17.762	0,79%	8.405	0,35%	0,05%	-52,68%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	776.073	34,42%	909.651	37,43%	5,82%	17,21%
Pessoal em qualquer outra situação	22.311	0,99%	2.229	0,09%	0,01%	-90,01%
Representação	3.506	0,16%	3.583	0,15%	0,02%	2,20%
Subsídio de refeição	111.291	4,94%	116.452	4,79%	0,75%	4,64%
Subsídios de férias e de Natal	145.462	6,45%	147.518	6,07%	0,94%	1,41%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	35.130	1,56%	20.491	0,84%	0,13%	-41,67%
<b>Subtotal</b>	<b>1.915.078</b>	<b>84,93%</b>	<b>2.060.446</b>	<b>84,78%</b>	<b>13,19%</b>	<b>7,59%</b>
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>						
Horas extraordinárias	26.002	1,15%	27.945	1,15%	0,18%	7,47%
Ajudas de custo	173	0,01%	7	0,00%	0,00%	-95,96%
Abono para falhas	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Subsídio de turno	156.095	6,92%	174.575	7,18%	1,12%	11,84%
Outros suplementos e prémios	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
<b>Sub-Total</b>	<b>182.269</b>	<b>8,08%</b>	<b>202.528</b>	<b>8,33%</b>	<b>1,30%</b>	<b>11,11%</b>
<b>Segurança social</b>						
Despesas com saúde	16.305	0,72%	20.593	0,85%	0,13%	26,30%
Subsídio familiar e outras prestações	20.844	0,92%	20.043	0,82%	0,13%	-3,84%
Contribuições para a segurança social	120.407	5,34%	126.778	5,22%	0,81%	5,29%
Seguros	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
<b>Sub-Total</b>	<b>157.557</b>	<b>6,99%</b>	<b>167.415</b>	<b>6,89%</b>	<b>1,07%</b>	<b>6,26%</b>
<b>TOTAL ORGÂNICA</b>	<b>2.254.904</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.430.388</b>	<b>100,00%</b>	<b>15,56%</b>	<b>7,78%</b>
<b>TOTAL DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>15.188.490</b>		<b>15.621.862</b>		<b>100,00%</b>	<b>2,85%</b>

Un:Euros

O Departamento de Fomento Desportivo apresentou no ano 2005 uma taxa de crescimento de 7,78% relativamente ao ano anterior. Tais valores representam 15,56% do total das *Despesas com Pessoal*.

As rubricas que mais contribuiram para este acréscimo foram as incluídas em *abonos variáveis ou eventuais*, destacando-se, especialmente, o *subsídio de turno* com um crescimento de 11,84%.

São de relevar, o aumento das despesas com *Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença* (+17,21%), que representam cerca de 37,43% do total dos encargos com pessoal do Departamento, ultrapassando inclusive as despesas com *Pessoal do Quadro*. Tal deve-se, sobretudo, à contratação de professores de educação física/ monitores para os diversos complexos desportivos e escolas do EB1, efectuadas em cada ano lectivo.

**Departamento Jurídico e de Contencioso**

DESPESAS COM PESSOAL						
Dep. Jurídico e de Contencioso	2004		2005		Peso no Total Desp Pessoal	Tx Cresc.
	Execução	Peso no Total da orgânica	Execução	Peso no Total da orgânica		
<b>Remunerações certas e permanentes</b>						
Pessoal do quadro	93.745	64,30%	99.766	64,88%	0,64%	6,42%
Pessoal Contratado a termo certo	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Pessoal em regime de tarefa ou avença	15.922	10,92%	15.340	9,98%	0,10%	-3,65%
Pessoal em qualquer outra situação	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Representação	4.048	2,78%	4.881	3,17%	0,03%	20,58%
Subsídio de refeição	4.163	2,86%	4.244	2,76%	0,03%	1,95%
Subsídios de férias e de Natal	15.652	10,74%	16.472	10,71%	0,11%	5,24%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	74	0,05%	278	0,18%	0,00%	277,17%
<b>Subtotal</b>	<b>133.603</b>	<b>91,64%</b>	<b>140.981</b>	<b>91,68%</b>	<b>0,90%</b>	<b>5,52%</b>
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>						
Horas extraordinárias	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Ajudas de custo	398	0,27%	561	0,36%	0,00%	41,09%
Abono para falhas	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Subsídio de turno	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Outros suplementos e prémios	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
<b>Sub-Total</b>	<b>398</b>	<b>0,27%</b>	<b>561</b>	<b>0,36%</b>	<b>0,00%</b>	<b>41,09%</b>
<b>Segurança social</b>						
Despesas com saúde	808	0,55%	744	0,48%	0,00%	-7,99%
Subsídio familiar e outras prestações	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Contribuições para a segurança social	10.977	7,53%	11.483	7,47%	0,07%	4,60%
Seguros	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
<b>Sub-Total</b>	<b>11.786</b>	<b>8,08%</b>	<b>12.226</b>	<b>7,95%</b>	<b>0,08%</b>	<b>3,74%</b>
<b>TOTAL ORGÂNICA</b>	<b>145.787</b>	<b>100,00%</b>	<b>153.768</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,98%</b>	<b>5,47%</b>
<b>TOTAL DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>15.188.490</b>		<b>15.621.862</b>		<b>100,00%</b>	<b>2,85%</b>

Un:Euros

O peso das *Despesas com Pessoal* afectas ao *Departamento Jurídico e de Contencioso* não é significativo no cômputo geral, não atingindo sequer 1% desse valor.

As *remunerações certas e permanentes* constituem praticamente a totalidade das *Despesas com Pessoal* do Departamento.

**Departamento de Informática**

DESPESAS COM PESSOAL						
Dep. de Informática	2004		2005		Peso no Total Desp Pessoal	Tx Cresc.
	Execução	Peso no Total da orgânica	Execução	Peso no Total da orgânica		
<b>Remunerações certas e permanentes</b>						
Pessoal do quadro	114.830	61,05%	129.721	57,56%	0,83%	12,97%
Pessoal Contratado a termo certo	0	0,00%		0,00%	0,00%	
Pessoal em regime de tarefa ou avença	9.577	5,09%	3.990	1,77%	0,03%	-58,33%
Pessoal em qualquer outra situação	0	0,00%	15.224	6,76%	0,10%	
Representação	2.024	1,08%	2.440	1,08%	0,02%	20,58%
Subsídio de refeição	5.212	2,77%	6.495	2,88%	0,04%	24,61%
Subsídios de férias e de Natal	20.162	10,72%	25.822	11,46%	0,17%	28,08%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	4.128	2,19%	4.995	2,22%	0,03%	21,00%
<b>Subtotal</b>	<b>155.933</b>	<b>82,90%</b>	<b>188.687</b>	<b>83,73%</b>	<b>1,21%</b>	<b>21,01%</b>
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>						
Horas extraordinárias	16.683	8,87%	17.985	7,98%	0,12%	7,81%
Ajudas de custo	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Abono para falhas	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Subsídio de turno	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Outros suplementos e prémios	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
<b>Sub-Total</b>	<b>16.683</b>	<b>8,87%</b>	<b>17.985</b>	<b>7,98%</b>	<b>0,12%</b>	<b>7,81%</b>
<b>Segurança social</b>						
Despesas com saúde	995	0,53%	1.079	0,48%	0,01%	8,52%
Subsídio familiar e outras prestações	533	0,28%	492	0,22%	0,00%	-7,66%
Contribuições para a segurança social	13.955	7,42%	17.115	7,59%	0,11%	22,64%
Seguros	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
<b>Sub-Total</b>	<b>15.483</b>	<b>8,23%</b>	<b>18.687</b>	<b>8,29%</b>	<b>0,12%</b>	<b>20,69%</b>
<b>TOTAL ORGÂNICA</b>	<b>188.099</b>	<b>100,00%</b>	<b>225.359</b>	<b>100,00%</b>	<b>1,44%</b>	<b>19,81%</b>
<b>TOTAL DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>15.188.490</b>		<b>15.621.862</b>		<b>100,00%</b>	<b>2,85%</b>

Ur: Euros

No ano 2005, a actividade desenvolvida pelo *Departamento de Informática* absorveu 1,44% do total das *Despesas com Pessoal*.

Relativamente ao ano passado, tal facto espelha um crescimento de 19,81%. Para este acréscimo terá concorrido o aumento verificado, quer em despesas do pessoal do quadro (12,97 %), quer em *horas extraordinárias* (7,81 %).

**Departamento de Conservação e Manutenção**

DESPESAS COM PESSOAL						
Dep. Serviços de Conservação e Manutenção	2004	2005		Peso no Total da orgânica	Peso no Total Desp Pessoal	Tx Cresc.
	Execução	Peso no Total da orgânica	Execução			
<b>Remunerações certas e permanentes</b>						
Pessoal do quadro	868.179	62,37%	884.763	60,09%	5,66%	1,91%
Pessoal Contratado a termo certo	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Pessoal em regime de tarefa ou avença	517	0,04%	18.930	1,29%	0,12%	3562,64%
Pessoal em qualquer outra situação	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Representação	5.237	0,38%	6.127	0,42%	0,04%	16,99%
Subsídio de refeição	90.932	6,53%	90.574	6,15%	0,58%	-0,39%
Subsídios de férias e de Natal	156.089	11,21%	160.859	10,93%	1,03%	3,06%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	36.592	2,63%	58.110	3,95%	0,37%	58,80%
<b>Subtotal</b>	<b>1.157.546</b>	<b>83,16%</b>	<b>1.219.364</b>	<b>82,82%</b>	<b>7,81%</b>	<b>5,34%</b>
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>						
Horas extraordinárias	79.300	5,70%	80.505	5,47%	0,52%	1,52%
Ajudas de custo	1.611	0,12%	786	0,05%	0,01%	-51,22%
Abono para falhas	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
Subsídio de turno	12.037	0,86%	12.523	0,85%	0,08%	4,04%
Outros suplementos e prémios	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
<b>Sub-Total</b>	<b>92.947</b>	<b>6,68%</b>	<b>93.814</b>	<b>6,37%</b>	<b>0,60%</b>	<b>0,93%</b>
<b>Segurança social</b>						
Despesas com saúde	13.293	0,95%	18.932	1,29%	0,12%	42,42%
Subsídio familiar e outras prestações	22.058	1,58%	22.756	1,55%	0,15%	3,16%
Contribuições para a segurança social	106.164	7,63%	117.515	7,98%	0,75%	10,69%
Seguros	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	
<b>Sub-Total</b>	<b>141.515</b>	<b>10,17%</b>	<b>159.203</b>	<b>10,81%</b>	<b>1,02%</b>	<b>12,50%</b>
<b>TOTAL ORGÂNICA</b>	<b>1.392.009</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.472.380</b>	<b>100,00%</b>	<b>9,43%</b>	<b>5,77%</b>
<b>TOTAL DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>15.188.490</b>		<b>15.621.862</b>		<b>100,00%</b>	<b>2,85%</b>

Un:Euros

No cômputo geral das *Despesas com Pessoal* o *Departamento dos Serviços de Conservação e Manutenção* é responsável por 9,43% das mesmas.

Quando comparado com o ano anterior, apresentou no ano 2005 uma taxa de crescimento de 5,77%. Para este acréscimo concorreram as rubricas das *despesas com saúde* e as *contribuições obrigatórias para a Segurança Social*, assim como a despesas realizadas através de contratos em *regime de tarefa ou avença*.

## AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A *Aquisição de Bens e Serviços* compreende os bens de consumo, assim como todas as despesas com a aquisição de serviços a terceiros.

É uma das rubricas de maior peso nas despesas correntes, representando cerca de 38% das facturadas e 33% das pagas.

No contexto global desta tipologia de despesas, são os serviços que assumem a maior preponderância, constituindo 36,14% das despesas de funcionamento, 27,83% das despesas correntes e 13,73% da despesa total.

ESTRUTURA GERAL DA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS						
	Previsão	Valor	Tx Execução	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total
Aquisição de bens	2.834.229	1.793.124	63,27%	6,27%	4,83%	2,38%
Aquisição de serviços	15.135.543	10.339.649	68,31%	36,14%	27,83%	13,73%
<b>TOTAL AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>	<b>17.969.772</b>	<b>12.132.773</b>	<b>67,52%</b>	<b>42,40%</b>	<b>32,66%</b>	<b>16,11%</b>
TOTAL DESP FUNCIONAMENTO		28.613.376		100,00%	77,03%	38,00%
TOTAL DESPESAS CORRENTES		37.148.033			100,00%	49,33%
<b>TOTAL GERAL DESPESAS</b>		<b>75.304.706</b>				<b>100,00%</b>

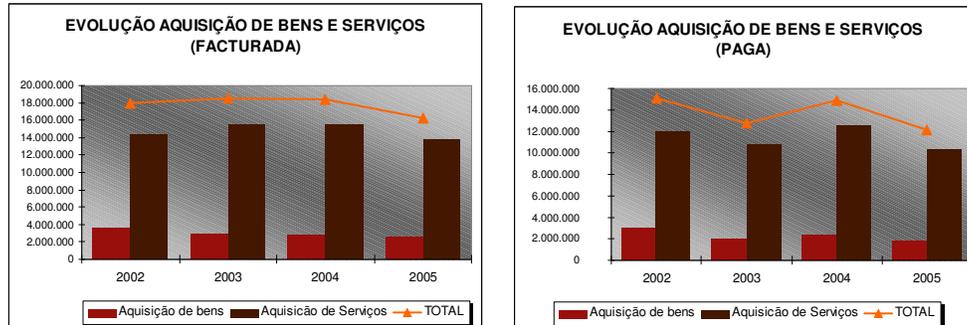
Un:Euros

A globalidade das *Aquisições de Bens e Serviços* apresenta taxas de execução de pagamentos na ordem dos 68%. No entanto, se considerarmos o grau de realização da despesa, estas atingem cerca de 90%.

Em termos de facturação, as rubricas de *Aquisição de Bens e Serviços* atingiram o montante de 16.199.481€, dos quais 3.498.470,29 € transitaram de 2004.

No final de 2005, a despesa facturada e não paga fixou-se em 4.066.708 €.

Ao analisar a evolução da despesa facturada no quadriénio 2002-2005, conclui-se que a mesma tem vindo a diminuir, ficando até abaixo dos valores facturados em 2002, circunstância que bem se espelha nos gráficos seguintes.



Da totalidade da *Aquisição de Bens e Serviços* destaca-se a importância da rubrica de serviços, com um peso de 85%, independentemente de se considerar despesa facturada ou paga.

### Aquisição de Serviços

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	2004	2005			
	Execução	Execução	% no total Aq Serv	% no Total Aq bens e serv	Tx cresc
<b>Aquisição de Serviços</b>					
Encargos de instalações	1.010.579	1.349.700	13,05%	11,12%	33,56%
Limpeza e higiene	251.295	162.889	1,58%	1,34%	-35,18%
Conservação de bens	1.019.132	306.407	2,96%	2,53%	-69,93%
Locação material informática	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Locação de outros bens	97.112	69.705	0,67%	0,57%	-28,22%
Comunicações	634.911	558.408	5,40%	4,60%	-12,05%
Transportes	556.760	465.853	4,51%	3,84%	-16,33%
Representação de serviços	51.064	35.615	0,34%	0,29%	-30,26%
Seguros	73.688	71.895	0,70%	0,59%	-2,43%
Deslocações e estadas	87.214	91.995	0,89%	0,76%	5,48%
Estudos, pareceres, projectos	89.305	179.641	1,74%	1,48%	101,16%
Formação	14.623	8.421	0,08%	0,07%	-42,42%
Seminários, exposições e similares	143.568	35.435	0,34%	0,29%	-75,32%
Publicidade	453.935	226.713	2,19%	1,87%	-50,06%
Vigilância e segurança	958.495	737.080	7,13%	6,08%	-23,10%
Assistência técnica	112.003	178.358	1,72%	1,47%	59,24%
Outros trabalhos especializados	2.583.033	2.128.543	20,59%	17,54%	-17,60%
Encargos de cobrança de receitas	551.170	604.025	5,84%	4,98%	9,59%
Iluminação pública	1.593.762	1.201.329	11,62%	9,90%	-24,62%
Outros serviços	2.284.024	1.927.636	18,64%	15,89%	-15,60%
<b>Total</b>	<b>12.565.674</b>	<b>10.339.649</b>	<b>100,00%</b>	<b>85,22%</b>	<b>-17,72%</b>
<b>Total Aquisição de bens e serviços</b>	<b>14.930.624</b>	<b>12.132.773</b>		<b>100,00%</b>	<b>-18,74%</b>

Un: Euros

Considerando o quadro anterior, verifica-se que a rubrica com maior peso no âmbito da aquisição de serviços é a de *Outros trabalhos especializados*, relevando para tal, actividades como: o tratamento de resíduos sólidos urbanos pela LIPOR (cerca de 76,5%); o Festival de Teatro Cómico; publicações várias sobre actividades desenvolvidas no âmbito das atribuições da autarquia, nomeadamente desporto, educação, cultura e ambiente; entre outras.

Os *Outros serviços* representam 18,64%, destacando-se: manutenção de jardins; Jogos Inter-Freguesias; Programa de turismo sénior; Feira de Artesanato.

Pela rubrica de classificação económica *Encargos de instalações* consideram-se as despesas inerentes ao consumo de gás e energia eléctrica nos complexos desportivos, escolas e diversos edifícios municipais.

Representam 13,05% do total dos serviços e apresentaram um crescimento em termos de pagamento de 33,56%. No entanto, se nesta análise, entrarmos em linha de conta com a despesa facturada, verifica-se que apresenta a mesma uma taxa de crescimento de apenas 15,11%. Evidenciando assim tal acréscimo (nos pagamentos), recuperação no pagamento de dívida transitada.

ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES			
Facturada			
2004	2005	Tx de cresc.	
1.388.912	1.598.718	15,11%	
Paga			
2004	2005	Tx de cresc.	
1.010.579	1.349.700	33,56%	
DESPESA FACTURADA A TRANSITAR PARA O ANO SEGUINTE:			
378.334	249.018	-34,18%	

## Aquisição de Bens

AQUISIÇÃO DE BENS					
	2004	2005			
	Execução	Execução	% no total Aq bens	% no Total Aq bens e serv	Tx cresc
<b>Aquisição de Bens</b>					
Materias Primas e subsidiárias	412.922	225.229	12,56%	1,86%	-45,45%
Combustíveis e lubrificantes	576.789	670.156	37,37%	5,52%	16,19%
Munições, explosivos e artificios	482	0	0,00%	0,00%	-100,00%
Limpeza e higiene	107.063	63.560	3,54%	0,52%	-40,63%
Alimentação - refeições confeccionadas	25.922	10.597	0,59%	0,09%	-59,12%
Alimentação - géneros para confeccionar		1.876	0,10%	0,02%	
Vestuário e artigos pessoais	57.799	21.015	1,17%	0,17%	-63,64%
Material de escritório	251.832	135.526	7,56%	1,12%	-46,18%
Produtos químicos e farmaceuticos	57.448	42.051	2,35%	0,35%	-26,80%
Produtos vendidos nas farmácias	0	0	0,00%	0,00%	
Material de consumo clínico	1.956	2.477	0,14%	0,02%	26,63%
Material de transporte	169.885	88.341	4,93%	0,73%	-48,00%
Material de consumo hoteleiro	7.398	810	0,05%	0,01%	-89,05%
Outro material peças	26.400	7.974	0,44%	0,07%	-69,79%
Prémios condecorações e ofertas	324.998	283.648	15,82%	2,34%	-12,72%
Mercadorias para venda	0	35.957	2,01%	0,30%	
Ferramentas e utensílios	18.968	7.239	0,40%	0,06%	-61,83%
Livros e documentação técnica	1.877	1.423	0,08%	0,01%	-24,16%
Artigos honoríficos e de decoração	0	100	0,01%	0,00%	
Material de educação cultura e recreio	32.283	27.930	1,56%	0,23%	-13,49%
Outros bens	290.928	167.215	9,33%	1,38%	-42,52%
<b>Total</b>	<b>2.364.950</b>	<b>1.793.124</b>	<b>100,00%</b>	<b>14,78%</b>	<b>-24,18%</b>
<b>Total Aquisição de bens e serviços</b>	<b>14.930.624</b>	<b>12.132.773</b>		<b>100,00%</b>	<b>-18,74%</b>

Lh: Euros

A rubrica da *Aquisição de Bens* revelou na sua globalidade um decréscimo de 24,18%, para o qual contribuíram as diminuições nos seguintes tipos de despesa: *Material consumo hoteleiro*, *Outro material peças*, *Vestuário e artigos pessoais* e *Ferramentas e utensílios*.

Na generalidade da rubricas, destaca-se a dos *Combustíveis e lubrificantes*. Esta, para além de apresentar um peso significativo do valor total da *Aquisição de Bens*, aumenta cerca de 16 % em relação a 2004. Tal crescimento está em grande parte relacionado com as oscilações de preço dos combustíveis ocorridas ao longo do ano de 2005, não deixando de salientar o agravamento da taxa normal de I.V.A. de 19% para 21%.

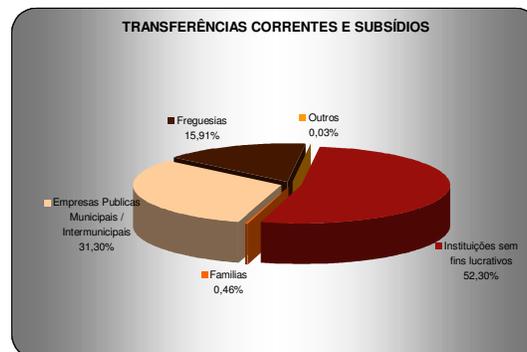
## TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

No âmbito das suas competências, ao nível da educação, acção social, tempos livres e desporto, património, cultura e ciência, o Município atribuiu, ao longo de 2005, e com vista ao financiamento das suas despesas correntes, os seguintes subsídios a organismos e entidades.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS							
	2004		2005		Peso	Taxa de Execução	Taxa de variação %
	Execução	Previsão	Execução				
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>							
Soc. e quase sociedades não financeiras	0	7.050	0	0,00%	0,00%		
<b>Administração Local</b>							
Freguesias	1.009.968	1.034.700	1.014.103	15,91%	98,01%	0,41%	
Outros	0	1.850	1.692	0,03%	91,46%		
<b>Instituições sem fins lucrativos</b>	<b>3.992.456</b>	<b>4.566.800</b>	<b>3.333.566</b>	<b>52,30%</b>	<b>73,00%</b>	<b>-16,50%</b>	
<b>Famílias</b>	<b>19.500</b>	<b>35.325</b>	<b>29.489</b>	<b>0,46%</b>	<b>83,48%</b>	<b>51,23%</b>	
<b>Subtotal</b>	<b>5.021.923</b>	<b>5.645.725</b>	<b>4.378.850</b>	<b>68,70%</b>	<b>77,56%</b>	<b>-12,81%</b>	
<b>SUBSÍDIOS</b>							
<b>Soc. e quase sociedades não financeiras</b>							
Empresas Publicas Municipais / Intermunicipais	275.254	2.141.710	1.994.928	31,30%	93,15%	624,76%	
<b>TOTAL</b>	<b>5.297.177</b>	<b>7.787.435</b>	<b>6.373.777</b>	<b>100,00%</b>	<b>81,85%</b>	<b>20,32%</b>	

Un: Euros

As rubricas de transferências correntes e subsídios apresentam taxas de execução de pagamentos na ordem dos 82%.



Os montantes dos apoios atribuídos e pagos atingiram 6.373.777 €, superiores em 1.076.600 € aos verificados em 2004, dos quais 52,30% foram concedidos a instituições particulares sem fins lucrativos e 31,30% concedidos a empresas municipais e intermunicipais.

A globalidade do crescimento da rubrica deveu-se, sobretudo, aos subsídios atribuídos às empresas municipais e intermunicipais, para fazer face às despesas de funcionamento.

Os *Subsídios*, foram distribuídos conforme se segue:

- Academia das Artes – Produções Culturais, E.M:
  - Programa Ritmos – 135.530€
  - Oficina de Teatro – 16.391€
- TUM – Transportes Urbanos da Maia, E.M. – 70.980€
- Maiambiente Empresa Municipal do Ambiente, E.M. – 1.725.000€
- LIPOR – Serviços Intermunicipais de Gestão de Resíduos do Grande Porto – 47.026,54€

As transferências para as *Instituições sem fins lucrativos* obtiveram um decréscimo, em termos de pagamentos, de cerca de 17%. Destacam-se, no entanto, pelo peso que ocupam na totalidade das transferências correntes e subsídios (52,30%).

Por esta rubrica salientam-se os apoios concedidos no âmbito das actividades desportivas, culturais, humanitárias e de acção social escolar, cuja distribuição se apresenta:

- A associações desportivas cerca de 1.793.086€
- Associações culturais e comissões fabriqueiras cerca de 189.194€
- Associações humanitárias de bombeiros cerca de 225.000€
- Educação/Acção social escolar cerca de 1.093.546€
- Associações de carácter social cerca de 18.490€.

As transferências para as Juntas de Freguesia representam 15,91% do total das transferências correntes atribuídas. As verbas atribuídas destinam-se a financiar as suas despesas correntes assim como a acção social escolar, no que respeita a subsídios para os refeitórios das escolas EB1.

No ano de 2005, foram distribuídos 1.014.103 € conforme se segue:

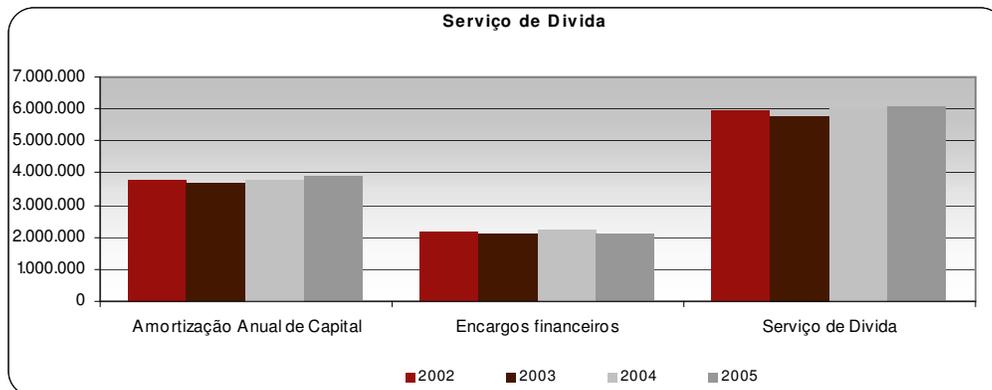
- Despesas correntes e de funcionamento 902.984€;
- Refeitórios das escolas EB1: 109.318,84€;
- Semana cultural 1.800€.

## SERVIÇO DE DÍVIDA

Tendo em vista avaliar os encargos decorrentes da contratação de empréstimos bancários ou outros, como sejam os juros, e as respectivas amortizações, analisa-se seguidamente a evolução do serviço de dívida, no período compreendido entre 2002 e 2005, e o peso da mesma no volume total da receita e da despesa.

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA					
	2002	2003	2004	2005	variação 2004/2005
Amortização Anual de Capital	3.771.268	3.701.747	3.780.598	3.932.557	4,02%
Encargos financeiros	2.172.715	2.087.443	2.213.556	2.123.827	-4,05%
<b>Serviço de Dívida</b>	<b>5.943.983</b>	<b>5.789.190</b>	<b>5.994.155</b>	<b>6.056.384</b>	<b>1,04%</b>
<b>Serviço de Dívida/Receita Total</b>	<b>7,70%</b>	<b>7,55%</b>	<b>7,83%</b>	<b>9,77%</b>	
<b>Serviço de Dívida/Despesa Total</b>	<b>7,88%</b>	<b>7,64%</b>	<b>9,22%</b>	<b>8,04%</b>	
<b>Juros / Receita Total</b>	<b>2,82%</b>	<b>2,72%</b>	<b>2,89%</b>	<b>3,43%</b>	
<b>Juros / Despesa Total</b>	<b>2,88%</b>	<b>2,75%</b>	<b>3,41%</b>	<b>2,82%</b>	

Un: Euros



No ano de 2005, os encargos com os empréstimos de médio e longo prazo atingiram a importância de 6.056.384 €, distribuídos por amortizações de capital e juros de financiamentos bancários, nos montantes de 3.932.557 € e de 2.123.827 €, respectivamente.

Relativamente ao ano anterior, verificou-se em 2005 um ligeiro aumento do peso do Serviço de Dívida (1,04%), isto porque, não obstante os juros terem diminuído, o montante pago em amortizações aumentou.

Comparando, quer o valor dos juros da dívida, quer o próprio serviço da dívida, com as receitas efectivas (receita total expurgada dos passivos financeiros), conclui-se que em ambos os casos aumentou em 2005 o respectivo coeficiente, traduzindo uma menor capacidade da receita em absorver os juros e as amortizações de capital. Contudo, é importante referir que, apesar do montante dos juros a pagar ter diminuído, como a receita efectiva também diminuiu, tal facto não melhorou aquele rácio.

Durante a gerência em análise, o peso do serviço de dívida quer no total das despesas, quer no total das receitas, atingiu 8,04% e 9,77%, respectivamente.

Confrontando com o ano transacto, o coeficiente do peso da dívida no total das despesas diminuiu, e no total das receitas aumentou.

Seguidamente apresenta-se o mapa do Serviço de Dívida, onde constam os valores de amortizações e juros ocorridos durante a gerência em apreço, discriminados por tipologia de empréstimo.

MAPA DO SERVIÇO DE DÍVIDA			
	2005		
	Amort	Juros	Total
<b>Empréstimos incluídos no cálculo da capacidade de endividamento</b>			
Empréstimo obrigacionista com o BCP no montante de 14.963.936,91 €	2.994.000	115.314	3.109.314
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82 €	0	861.202	861.202
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000 €	0	751.275	751.275
<b>Sub total</b>	<b>2.994.000</b>	<b>1.727.791</b>	<b>4.721.791</b>
<b>Empréstimos excluídos do cálculo da capacidade de endividamento</b>			
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado -Intempéries - com o BTA no montante de 448.918,11 €	145.993	11.053	157.046
Empréstimo Bancário de M.L. P com C G D - Complemento PER - no montante de 3.426.512,43 €	0	128.494	128.494
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BES - Complemento PER - no montante de 2.428.716,06	0	79.348	79.348
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 1.421.928,26	0	37.844	37.844
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 1- com a C G D - no montante de 21.007.737,65 €	248.108	40.536	288.643
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 2 - com a C G D - no montante de 8.110.078,26 €	544.457	98.762	643.218
<b>Sub total</b>	<b>938.557</b>	<b>396.036</b>	<b>1.334.593</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.932.557</b>	<b>2.123.827</b>	<b>6.056.384</b>

Un: Euros

Relativamente ao empréstimo bancário ao abrigo da linha de crédito bonificado – Intempéries com o BTA, confere-nos fazer o seguinte reparo:

Esta tipologia de empréstimo está sujeita às disposições legais plasmadas no Decreto Lei n.º 38C/2001 de 8 de Fevereiro.

Perante a redacção do n.º 7 do seu artigo 4º, retira-se que, após o período de carência, o reembolso do empréstimo deverá ser efectuado em prestações de capital e juros iguais e sucessivas. No entanto, durante o ano de 2005, apesar do total da despesa paga com o serviço de dívida deste empréstimo estar correcto, foi inadvertidamente contabilizado como amortização o montante de 2.273,36 €, cujo valor, na realidade, deveria ter onerado a rubrica de juros. Esta diferença apenas foi detectada no momento da circularização dos saldos com os bancos, pelo que, não sendo possível corrigir a execução orçamental à data de 31 de Dezembro de 2005, o montante das amortizações e dos juros correspondentes ao empréstimo das Intempéries com o BTA, ilustrado neste quadro, sendo o correcto, diverge do constante no mapa da execução orçamental.

No conjunto das amortizações efectuadas durante este período, e enunciadas no quadro atrás inserido, destacam-se sobremaneira as referentes ao empréstimo obrigacionista contratado com o Banco Comercial Português, no montante de 2.994.000 €.

No que respeita ao montante de juros suportados, o maior peso é absorvido pelos empréstimos BTA e BPI, com os valores de 861.202 € e de 751.275 €, respectivamente. Tal facto prende-se com o ainda usufruto do prazo de diferimento.

O quadro que posteriormente se apresenta é demonstrativo da previsão do Serviço de Dívida para o ano de 2006.

No ano de 2006, os encargos financeiros poderão vir a sofrer um ligeiro incremento, decorrente do aumento previsto ao nível das taxas de juro, que se traduzirá no engrandecimento do serviço de dívida.

Interessa ainda referir, que no final de Dezembro de 2006 o empréstimo obrigacionista contratado com BCP estará integralmente amortizado.

É também de salientar, que na gerência de 2006 se inicia o período de amortização do empréstimo bancário com o BTA, no montante de 2.302.144 €.

Apesar dos encargos desta espécie que a Autarquia possui, é de relevar o facto do Município ter cumprido regularmente o seu Serviço de Dívida.

PREVISÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA			
	2006		
	Amort	Juros	Total
<b>Empréstimos incluídos no cálculo da capacidade de endividamento</b>			
Empréstimo obrigacionista com o BCP no montante de 14.963.936,91 €	2.987.937	51.293	3.039.230
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82 €	2.302.144	805.176	3.107.320
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000 €	0	729.392	729.392
<b>Sub total</b>	<b>5.290.081</b>	<b>1.585.861</b>	<b>6.875.942</b>
<b>Empréstimos excluídos do cálculo da capacidade de endividamento</b>			
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado -Intempéries - com o BTA no montante de 448.918,11 €	149.412	7.137	156.549
Empréstimo Bancário de M.L. P com CGD - Complemento PER - no montante de 3.426.512,43 €	0	128.494	128.494
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BES - Complemento PER - no montante de 2.428.716,06	107.942	77.770	185.712
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 1.421.928,26	0	37.844	37.844
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 1 - com a CGD - no montante de 21.007.737,65 €	250.090	38.419	288.509
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 2 - com a CGD - no montante de 8.110.078,26 €	559.707	96.956	656.663
<b>Sub total</b>	<b>1.067.152</b>	<b>386.621</b>	<b>1.453.772</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.357.233</b>	<b>1.972.481</b>	<b>8.329.714</b>

Un: Euros

## INVESTIMENTO GLOBAL

Perante a ampla diversidade de atribuições de um município, e dada a escassez cada vez maior de recursos financeiros disponíveis, para a prossecução do desenvolvimento local e satisfação das necessidades mais emergentes das populações, assume extraordinária relevância o plano estratégico de intervenção definido pela autarquia, nomeadamente no que respeita à sua política global de investimento.

Neste contexto e considerando que o investimento global do município é caracterizado nas suas diferentes vertentes pelo Investimento Directo, Transferências de Capital (Investimento Indirecto) e Activos Financeiros, proceder-se-á, numa primeira fase, a uma avaliação da generalidade do investimento, e só depois a uma análise mais detalhada de cada uma das suas componentes.

A observação do próximo quadro permite reflectir sobre a desagregação do investimento global e a sua evolução no último triénio, assim como sobre o peso de cada um das rubricas no total da despesa.

INVESTIMENTO GLOBAL								
	2003		2004		Taxa de variação %	2005		Taxa de variação %
	Valor	% despesa total	Valor	% despesa total		Valor	% despesa total	
Aquisição de bens de capital	34.846.102	45,96%	20.759.515	31,94%	-40,43%	32.040.421	42,55%	54,34%
Transferências de capital	909.759	1,20%	1.852.632	2,85%	103,64%	2.178.429	2,89%	17,59%
Activos financeiros	833.320	1,10%	112.774	0,17%	-86,47%	0	0,00%	-100,00%
<b>Total</b>	<b>36.589.181</b>	<b>48,26%</b>	<b>22.724.921</b>	<b>34,97%</b>	<b>-37,89%</b>	<b>34.218.850</b>	<b>45,44%</b>	<b>50,58%</b>
Un: Euros								

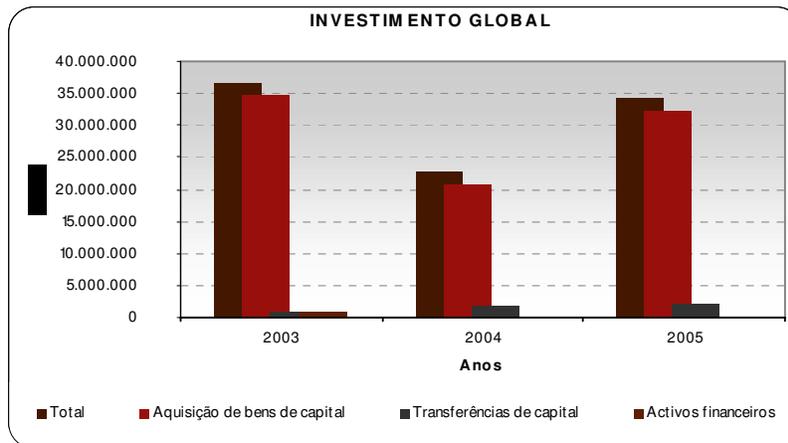
No ano a que esta gerência se reporta, o Investimento Global da Edilidade apenas se materializou em Investimento Directo e Transferências de Capital, não havendo lugar a qualquer investimento no âmbito de activos financeiros, pelo que, esta última rubrica não será objecto de apreciação mais detalhada.

Do total de despesas de capital, no montante de 38.156.673 €, 34.218.850 € corresponderam a despesas de investimento, isto é, despesas com aquisição de bens de capital e transferências de capital, traduzindo um acréscimo de cerca de 51% em relação ao ano anterior.

O investimento global apresenta, assim, uma posição de liderança, tanto no cômputo geral da despesa como na captação de receitas municipais, absorvendo destas 45,44% e 55, 20 %, respectivamente.

Como seria de esperar, e no seguimento dos anos anteriores, é no investimento realizado directamente pela Autarquia, aquisição de bens de capital, que o Investimento Global continua a encontrar o seu valioso contributo, assumindo cerca de 94% deste.

O gráfico infra reproduzido reflecte bem a evolução do investimento nos últimos anos, nas suas várias componentes.

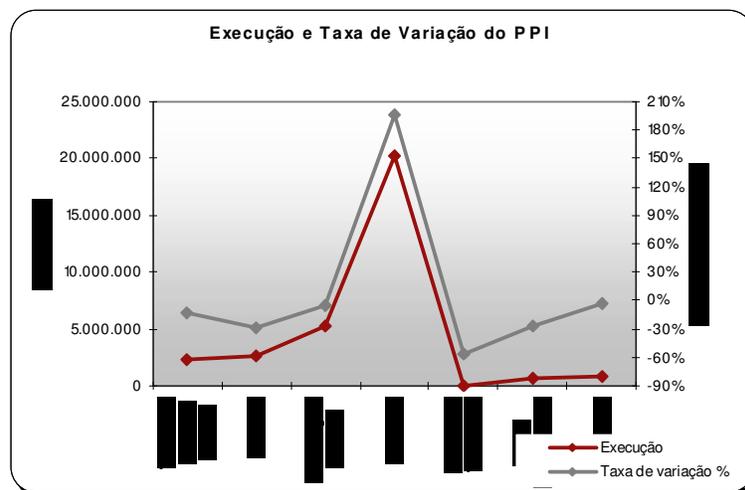


### **INVESTIMENTO DIRECTO**

Estas despesas, destinadas a aumentar o capital fixo quer por meio de aquisição a terceiros, quer por produção própria, englobando a aquisição ou produção de bens duráveis e de melhorias ou modificações que visam aumentar o período de duração desses bens ou a sua produtividade, apresentam o valor de 32.040.421 €, constando da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), justificando-se, por isso, uma análise mais pormenorizada e atenta deste documento.

O quadro e gráfico seguintes reflectem a política de investimentos directos desenvolvida pela autarquia nas suas múltiplas áreas de intervenção.

Plano Plurianual de Investimentos						
	2004		2005		Taxa de Execução	Taxa de variação %
	Execução	Previsão	Execução	% no Total PPI		
<b>Terrenos e Recursos Naturais</b>	2.636.844	3.932.433	2.297.673	7,17%	58,43%	-12,86%
<b>Edifícios</b>	3.735.307	10.938.097	2.646.512	8,26%	24,20%	-29,15%
<b>Construções Diversas</b>	5.627.236	30.222.883	5.313.553	16,58%	17,58%	-5,57%
<b>Habitação</b>	6.822.294	22.927.000	20.185.072	63,00%	88,04%	195,87%
Construção	225.000	470.900	303.611	0,95%	64,47%	34,94%
Aquisição	6.562.835	22.450.100	19.881.462	62,05%	88,56%	202,94%
Reparação e Beneficiação	34.459	6.000	0	0,00%	0,00%	-100,00%
<b>Material de Transporte</b>	73.810	52.300	32.836	0,10%	62,78%	-55,51%
<b>Maq. e Equipamento</b>	990.095	2.147.250	716.472	2,24%	33,37%	-27,64%
Equipamento informático	612.641	927.900	362.264	1,13%	39,04%	-40,87%
Software informático	110.933	848.000	218.283	0,68%	25,74%	96,77%
Equipamento administrativo	74.289	37.600	19.495	0,06%	51,85%	-73,76%
Equipamento Básico	153.115	311.800	101.735	0,32%	32,63%	-33,56%
Ferramentas e utensilios	39.117	21.950	14.695	0,05%	66,95%	-62,43%
<b>Outros</b>	873.931	2.633.207	848.303	2,65%	32,22%	-2,93%
Artigos e objectos Valor	22.610	20.250	19.546	0,06%	96,52%	-13,55%
Investimentos incorporeos	167.046	646.950	171.955	0,54%	26,58%	2,94%
Outros investimentos	618.253	1.918.707	609.973	1,90%	31,79%	-1,34%
Locação financeira	0	50	0	0,00%	0,00%	-100,00%
Bens Patrimo histórico	66.022	47.200	46.829	0,15%	99,21%	-29,07%
Outros bens dominio publico	0	50	0	0,00%	0,00%	-100,00%
<b>Total</b>	<b>20.759.516</b>	<b>72.853.170</b>	<b>32.040.421</b>	<b>100,00%</b>	<b>43,98%</b>	<b>54,34%</b>



A dotação orçamental estimada para o ano em análise, do investimento realizado directamente pela Autarquia, totalizou 72.853.170 €. Esta previsão apresentou uma taxa de execução

orçamental de cerca de 44%, o que, em relação ao ano transacto, traduz um acréscimo nos níveis de execução próximo dos 55%.

No quadro acima reproduzido observa-se, face ao peso relativo de cada uma das componentes que integram a rubrica de aquisição de bens de capital, que a de maior expressividade é a da Habitação, ao absorver 63 % do total da despesa paga do PPI, isto é, 20.185.072 €. É também de anotar que esta rubrica é a única que apresenta um aumento significativo, em relação ao ano anterior, face à generalidade dos decréscimos verificados nas demais. Daqui se retira, que o aumento dos níveis de execução do PPI foram sustentados pelo investimento realizado na Habitação.

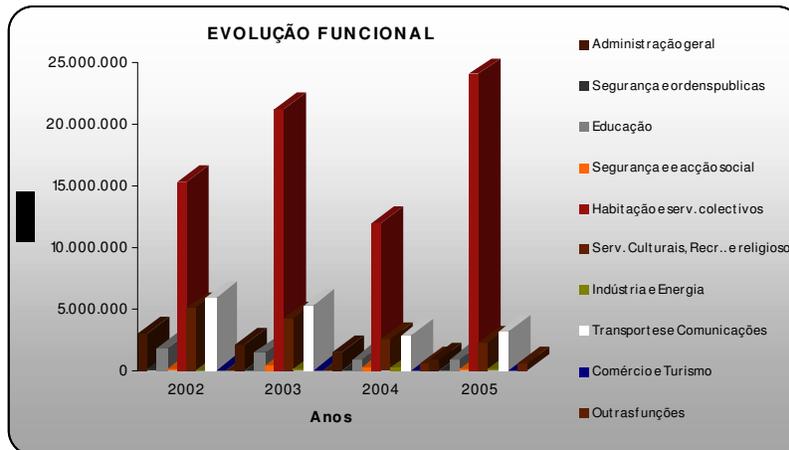
No conjunto das restantes componentes, é de referir o peso das construções diversas, apesar dos valores serem manifestamente inferiores àquele, no montante de 5.313.553 €.

Embora sem a mesma preponderância, aludem-se, ainda, aos investimento realizados nas rubricas de Edifícios, no valor de 2.646.512 €, e de Terrenos e Recursos Naturais, de 2.297.673 €, com um peso no total do PPI, de 8,26% e de 7,17%, respectivamente.

No que respeita aos níveis das taxas de execução das diferentes rubricas, não obstante na sua globalidade serem baixas, salienta-se a *performance* da rubrica da Habitação, que atinge 88% do total orçado. Tal facto traduz o esforço financeiro despendido pelo Município, ao longo do ano de 2005, no âmbito da habitação social.

Para uma melhor apreciação inclui-se ainda um quadro e um gráfico elucidativos da afectação funcional do investimento directo, sendo visível que no topo da hierarquia deste continuam a figurar as funções sociais, ao captarem 85% do total da execução do PPI, donde emana a primordial importância da rubrica de habitação, cuja despesa paga atingiu 20.463.095 €.

EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRECTO POR FUNCIONAL				
	2002	2003	2004	2005
Administração geral	2.974.595	2.121.419	1.518.135	908.877
Segurança e ordens publicas	135.619	14.462	2.069	29.911
Educação	1.751.134	1.406.861	888.325	864.373
Segurança e e acção social	55.127	347.818	219.439	133.890
Habitação e serv. colectivos	15.261.650	21.260.236	11.998.731	24.055.093
Serv. Culturais, Recr.. e religiosos	5.047.184	4.162.207	2.504.450	2.202.386
Indústria e Energia	0	159.029	190.663	93.684
Transportes e Comunicações	5.832.898	5.343.290	2.890.244	3.202.692
Comércio e Turismo	0	11.956	190	0
Outras funções	0	18.826	547.268	549.516
<b>TOTAL</b>	<b>31.058.206</b>	<b>34.846.102</b>	<b>20.759.515</b>	<b>32.040.421</b>



O investimento realizado nas funções económicas representa a segunda maior parcela no âmbito da estrutura funcional, com um peso de 12%, destacando-se especialmente a área de transportes e comunicações.

Com um valor ligeiramente inferior ao constante no ano de 2004, apesar de não assumir a mesma importância que as funções atrás enunciadas, é também oportuno referir o investimento absorvido pelos serviços culturais, recreativos e religiosos, no montante de 2.202.386 €.

Ainda no âmbito do PPI, avalia-se de seguida, e de forma individualizada, cada uma das suas componentes, sobrelevando a execução de alguns projectos.

### Terrenos

O total do investimento executado durante 2005 na rubrica de aquisição de terrenos, foi em relação ao ano de 2004, inferior em cerca de (-)13 %, ao atingir o montante de 2.297.673 €. Deste valor, foram utilizados para fins de domínio privado do Município 1.394.044 €, e tiveram como destino fins de interesse público, 903.629 €.

Os projectos mais importantes no âmbito desta tipologia de investimento passam-se a enumerar.

***Terrenos para bens de domínio privado:***

Na continuidade do verificado em 2004, destaca-se a aquisição de terrenos para a implementação física do Plano de Urbanização da Nova Centralidade Urbana "Nova Maia" ao absorver o valor de 972.000 €.

Embora sem a mesma expressividade são de referir, ainda, as aquisições de terrenos destinadas à:

- implementação do PER, localizada em diversas freguesias de concelho, cuja despesa paga totalizou 228.022 €,
- construção da nova Escola EB 2,3 de Pedrouços, no valor de 194.022 €.

***Terrenos para bens de domínio público:***

Também no que respeita à aquisição de terrenos para integração de bens de domínio público, se mantém a tendência verificada no ano anterior, nomeadamente para a "Construção do Parque Urbano de Avioso, na freguesia de São Pedro de Avioso", cuja despesa paga em 2005 representou 131.037 €, assim como para a "Construção de novos arruamentos, rectificação ou ampliação de vias existentes" se direccionar o valor de 266.862 €.

Realça-se ainda a aquisição de terrenos necessários à implantação da "Via Estruturante de Milheiros – Aguas Santas " e " Via Periférica Sudeste da Cidade", cuja despesa representou respectivamente, 125.000 € e 102.813 €.

**Habitação**

No decurso do anteriormente referido, esta é a rubrica com maior peso no total do investimento directo, sendo a única que apresenta um acréscimo em relação ao ano transacto. O valor da despesa paga por esta componente totalizou no ano de 2005 20.185.072 €. Em relação ao verificado no ano de 2004, foi superior em quase 200%, tendo sido investido, na totalidade, em empreendimentos de habitação social, de acordo com o que a seguir se destringe.

- Aquisição de 57 fracções autónomas integradas no prédio urbano denominado “Conjunto Habitacional de Ponte das Cabras” - Freguesia de Vermoim;
- Aquisição de 133 fracções autónomas integradas no edifício construído na Rua da Borralha, Freguesia de Pedrouços;
- Aquisição de 126 fracções autónomas, integradas nos edifícios construídos no gaveto da Rua Domingos Ramos Paiva com a Rua do Tremezinho - Freguesia de Folgosa;
- Aquisição de 145 fracções autónomas, integradas nos edifícios construídos na vereda de Serafim da Silva Ramos e Rua António Augusto da Rocha Rebelo e ainda do Polidesportivo no lote n.º 7 – Freguesia de Avioso Santa Maria;
- Aquisição de 153 fracções autónomas, integradas nos edifícios construídos no Gaveto da Rua das Arregadas – Freguesia de Águas Santas.

### Edifícios

A despesa paga no âmbito desta rubrica registou um decréscimo de cerca de 30% em relação ao ano de 2004, ao totalizar o montante de 2.646.512 €.

Considerando as diferentes áreas de intervenção a que se destinaram estes investimentos, assumiram particular preponderância os cerca de 715.000 €, aplicados na **área da educação**, designadamente nos projectos subsequentes:

- Adaptação a Creche Infantil e Jardim de Infância no Lugar da Arroiteia, Freguesia de Milheirós
- Recuperação, adaptação e ampliação de diversos edifícios escolares existentes.
- Construção, ampliação ou adaptação de diversas instalações destinadas ao Ensino Pré - Escolar da designada rede pública do Pré Escolar.
- Construção, ampliação ou adaptação de edifícios com destino a cozinhas, copas e refeitórios de apoio a edifícios escolares do Ensino Pré - Escolar da designada rede pública do Pré Escolar.
- Construção de edifícios destinadas ao Ensino Pré - Escolar da designada rede pública do Pré Escolar.

Por outro lado, quanto ao pagamento de investimentos realizados no âmbito das **Instalações de Serviços**, no valor de 1.003.629 €, salientam-se as seguintes obras:

- Construção do Centro Administrativo Central – 360.386 €
- Construção da Casa do Desporto da Maia – 355.657 €
- Construção do Edifício Anexo aos Paços do Concelho – 238.102 €

Na rubrica residual designada de **outros**, que apresenta o valor de 836.739 €, destacam-se os empreendimentos:

- Adaptação da Quinta da Gruta a Escola de Educação Ambiental – 544.248 €
- Casa Municipal da Caverneira – 112.862 €

### Construções Diversas

Com a mesma tendência do ano anterior, a execução dos investimentos orientados para a rubrica "Construções Diversas", diminuiu em 2005 (-5,57%), não obstante continuar a ser das rubricas mais preponderantes no cômputo geral do investimento directo.

Considerando o valor que esta componente atingiu, 5.313.553 €, é de todo o interesse diferenciar as construções que foram afectas ao domínio privado do Município, das de domínio público, assim como denominar a execução de algumas acções.

### ***Construções Diversas para integrar em Domínio Privado***

No âmbito do domínio privado da autarquia foram efectuados investimentos no montante de 2.472.293 €.

A componente que mais contribuiu para a execução deste agregado foi a rubrica das **instalações desportivas e recreativas**, ao arrecadar 1.489.240 €, distinguindo-se, por exemplo:

- Construção do Complexo Desportivo de Nogueira, 742.423 €;
- Construção do Complexo Desportivo de Pedras Rubras, na Freguesia de Vila Nova da Telha, 656.407€;
- Instalação de Polidesportivos de Rua em varias zonas do Concelho - 31.437 €.

Embora sem o mesmo peso, merece referência o investimento realizado ao nível de **Sinalização e Transito**, no valor de 114.294 €, não só na semaforização de vias (75.141 €), mas também na colocação de ou beneficiação de sinalização horizontal (26.186 €), e ainda na aquisição e instalação de equipamentos de segurança rodoviária (12.968 €).

Por fim, anota-se a continuidade do pagamento de despesas de investimento realizadas em anos anteriores, na rubrica de “**Outros**“, que totalizaram 868.759 €, a saber:

- Construção do Aeródromo de Vilar de Luz – 219.938 €
- Reformulação do Parque Central da Cidade – 598.821 €

### ***Construções Diversas para integrar em Bens Domínio Público***

As construções afectas ao domínio público do Município absorveram 2.841.260 € e, na sua maioria, precisamente 1.376.348 €, tiveram como destino a rubrica de “**viadutos, arruamentos e obras complementares**”, onde se incluem a recuperação, beneficiação, rectificação, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação, de arruamentos diversos, em vários locais do Concelho.

Importa também alegar, dado a seu peso, ao investimento afecto à rubrica de “**outras infra-estruturas de domínio público**”, mormente no que concerne aos trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana, que importam em 1.054.192 €, destacando-se aqui a “Reformulação urbanística da Praça do Município e arruamentos convergentes”, de acordo com o “Plano de Pormenor do Novo Centro Direccional da Cidade da Maia”.

Na categoria dos **parques e jardins**, cujo valor da despesa paga atingiu 346.628 €, sobressaem alguns projectos, tais como:

- Concepção e construção de diversos espaços arborizados, em diversas áreas do concelho : 155.151 €
- Construção do Jardim Público de Quires : 83.650 €
- Construção do Parque Urbano de Avioso : 71.982 €

No âmbito da **Iluminação pública**, os investimentos executados no montante de 64.092 €, tiveram como destino a:

- Participação, construção e manutenção de redes de iluminação pública – 45.325 €
- Reformulação da rede de iluminação nas Urbanizações do Lido da Bouça Grande - 18.767 €

### Bens de Património Histórico, Artístico e Cultural

A despesa realizada nesta rubrica atingiu 46.829 € e correspondeu à construção de um monumento evocativo do Pedreiro Montante.

### Material de Transporte

Na continuidade do que se verificou em relação ao ano de 2003, a despesa realizada nesta rubrica, cujo valor ascendeu a 32.836 €, decresceu significativamente na gestão de 2005, correspondendo-lhe uma variação de (-)62,78 %. Para tal, terá contribuído a redução significativa verificada nas grandes reparações em veículos do Departamento do Ambiente e da Qualidade de Vida, face à transição dos veículos destinados à recolha de resíduos sólidos para a Empresa Municipal Maiambiente.

Aquele valor global repartiu-se da seguinte forma:

- Grandes reparações de viaturas – 18.360 €
- Aquisição de veículos automóveis e equipamentos – 14.476 €

### Maquinaria e Equipamento

Quanto a este grupo de despesas, no seguimento do ocorrido no ano anterior, verifica-se um decréscimo no que respeita a pagamentos, rondando os (-)27 %, em relação ao ano de 2004, uma vez que a execução atinge os 716.473 €, apesar da tendência contrária exibida pela rubrica do software informático.

Para o valor imputado a este grupo de despesa, predominam nas respectivas áreas os contributos que adiante se citam.

### **Hardware e Software**

No investimento direccionado às novas tecnologias interessa distinguir os valores aplicados em hardware (equipamento informático) e software, no montante de 362.264 € e de 218.283 €, respectivamente.

Nesta esfera, aparta-se sobremodo, o desenvolvimento do Projecto "Maia Digital", que representa cerca de 77% do total desta tipologia de investimento pago, no valor de 549.506 €, dos quais 346.616 € destinaram-se a hardware, e o restante, no valor de 202.890 €, a software.

### **Equipamento administrativo**

No ano de 2005, o investimento pago em mobiliário e equipamento para os diversos serviços municipais decresceu significativamente, em relação a 2004, ao situar-se nos 19.495 €.

### **Equipamento básico**

Os pagamentos destinados a este tipo de equipamento atingiram, no ano de 2005, 101.735 €, tendo sido, na sua maioria, aplicados na área da educação, designadamente para equipar cozinhas e copas de refeitórios de edifícios escolares, assim como na aquisição de mobiliário e outro equipamento com destino ao Ensino Pré-Escolar.

### **Ferramentas e utensílios**

A despesa executada com a aquisição de ferramentas e utensílios vários, durante o ano de 2005, foi insignificante, em resultado da renovação de diversas ferramentas e utensílios adquiridos no ano anterior, cujo período de vida útil se encontra na sua fase inicial.

### **Artigos e objectos de valor**

Ao abrigo desta rubrica salienta-se o pagamento dos investimentos direccionados à aquisição de obras de arte e outro repositório artístico, com vista a ampliar o espólio do Museu, no valor de 19.135 €.

### **Investimentos incorpóreos**

No sector dos investimentos incorpóreos, o valor totalmente pago no ano de 2005 representou 171.955 €, assim distribuído por vários projectos:

- Elaboração de projectos diversos em diversas áreas do Concelho – 76.249 €.
- Elaboração do plano de urbanização da zona designada de "Nova Maia", nas freguesias de Silva Escura, Nogueira, S. Pedro Fins e de Aguas Santas – 41.550€
- Elaboração do plano de pormenor da zona de Matos e de Refonteira a nascente da designada Urbanização do Lidador – 20.033 €
- Elaboração do plano de pormenor da zona a nascente da designada Urbanização do Lidador – 17.760 €
- Elaboração de projectos para a execução de arranjos urbanísticos em vários locais do Concelho – 16.364 €

### **Outros investimentos**

Ao abrigo da rubrica denominada de **outros investimentos** foram pagas despesas no valor de 609.973 €, que tiveram fins diversos, como por exemplo:

- Reformulação do Parque Central da Cidade – 307.612 €
- Aquisição de equipamento diverso para instalações desportivas ou para recintos desportivos - 75.733 €
- Aquisição de sinais de transito, de orientação e outros afins – 75.387 €
- Aquisição de equipamentos e mobiliário urbano diverso com destino aos jardins e parques municipais – 24.489 €
- Aquisição de equipamento diverso e adornos para os edifícios municipais – 51.522 €

## TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Neste capítulo registam-se todas as importâncias, fluxos monetários não reembolsáveis transferidos, que se destinam a financiar despesas de capital das entidades beneficiárias, onde se incluem as freguesias, as instituições sem fins lucrativos e as empresas municipais e intermunicipais.

No quadro infra reproduzido evidencia-se a distribuição das Transferências de Capital pelas componentes “Administrações Públicas”, “Administrações Privadas” e Empresas”.

A propósito se formulam alguns considerandos.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				
	2004	2005	% no Total Trans	Taxa de variação %
	Execução	Execução		
<b>Administrações Públicas</b>				
Freguesias	635.504	1.166.279	53,54%	83,52%
Outros	0	0	0,00%	
<b>Administrações Privadas</b>				
Instituições Sem Fins Lucrativos	294.416	288.091	13,22%	-2,15%
<b>Empresa</b>				
Empresas Publicas Muni/Intern.	922.712	724.059	33,24%	-21,53%
<b>TOTAL</b>	<b>1.852.632</b>	<b>2.178.429</b>	<b>100,00%</b>	<b>17,59%</b>

Un: Euros

O montante dos apoios atribuídos e pagos, enquadráveis nas transferências de capital, atingiram 2.178.429 €, mais 17,59 % do que o verificado em 2004.

Pela análise do Mapa da Execução Orçamental da Despesa, conjugada com a análise do Balancete das Grandes Opções do Plano, conclui-se que este tipo de transferências se destinaram predominantemente ao apoio às Juntas de Freguesia, cujo valor processado de 1.166.279 € representa 53,54 % daquele total.

Embora sem a mesma preponderância, são também de referir as transferências efectuadas a favor das Empresas Municipais e Intermunicipais, no valor de 724.059 €, o que representa 33,24% da despesa total daquela rubrica. Neste âmbito, destacam-se sobremaneira as participações financeiras ao investimento realizado pela LIPOR.

A despesa realizada neste capítulo corresponde a 2,89% do Total de Despesas Municipais Pagas e a 5,71% das de Capital.

### No âmbito da Administração Pública:

No decurso do que foi mencionado e perante o assinalável destaque das verbas transferidas para as Juntas de Freguesia que, comparativamente a 2004, aumentaram cerca de 84% distinguem-se, entre outros, a atribuição de apoios, destinados à construção de vários edifícios - sede das Juntas de Freguesia, Capelas Mortuárias, e ainda à comparticipação no equipamento e em outros trabalhos do Parque Zoológico da Maia, iniciativa da respectiva Junta de Freguesia.

### No âmbito da Administração Privada:

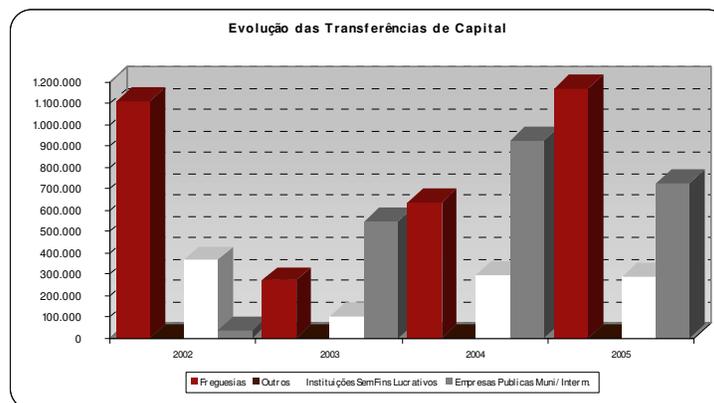
A verba despendida de 288.091 €, montante ligeiramente inferior ao do passado ano, respeita, inteiramente, a financiamento de investimentos, em cumprimento de Contratos - Programa estabelecidos com Associações Humanitárias, Desportivas, Culturais, recreativas e de carácter Social, para melhoramento das suas instalações ou aquisição de equipamentos.

### No âmbito das Empresas

O volume de transferências de capital efectuadas a favor das Empresas Municipais e Intermunicipais, 724.059 €, destinaram-se a ser aplicados da seguinte forma:

- LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto – no montante de 624.059 €;
- Academia das Artes da Maia – Produções Culturais E.M - no âmbito do Projecto Maiadigital, no valor de 100.000 €

Do próximo gráfico transparece a evolução deste capítulo.



## ACTIVOS FINANCEIROS

Por fim, e de forma a terminar a análise do Investimento Global, anota-se que não foi concretizada nenhuma operação financeira respeitante à aquisição de títulos de crédito (títulos da dívida pública, acções e obrigações etc.).

Apresenta-se, seguidamente, um quadro resumo das entidades participadas por este município, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício, o que traduz bem o investimento realizado ao longo dos anos, em activos financeiros.

Entidades participadas		Parcela detida		Resultados do último exercício		
Designação	Sede	Valor	%	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.
<b>Entidades Societárias</b>						
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M. (1)	Edifício dos Paços do Concelho - Praça do Dr. José Vieira de Carvalho 4474-006 Maia	124.699,47	100,00%	101.045,84	70.011,19	2004
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.M. (1)	Av. D. Manuel II, 2070 - 5.º andar, Sala 55, 4470-200 Maia	49.879,78	100,00%	370.112,05	434.847,52	2004
Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Rua Central do Sobreiro - Vermoim - 4470-272 Maia	1.496.394,00	100,00%	1.474.751,00	881.685,00	2005
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Patrim., E.M. (1)	Av. D. Manuel II, Edif. Central Plaza, 2070 - 6.º, Sala 1, 4470-200 Maia	12.686.639,00	100,00%	12.730.367,66	33.230,40	2004
TUM - Transportes Urbanos da Maia, E.M.	Edifício dos Paços do Concelho - Praça do Dr. José Vieira de Carvalho, 4474-006 Maia	124.699,47	100,00%	77.449,78	(33.733,70)	2004
Águas do Cávado, S.A. (1)	Lugar de Gaido - Barcelos 4755-045 Areias de Vilar	1.150.000,00	7,70%	14.979.976,33	376.350,79	2004
Águas do Douro e Paiva, S.A.	Rua de Vilar, 235 - 5.º 4050-626 Porto	566.805,00	2,92%	23.711.999,00	821.518,00	2005
MACMAI - Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Ld.º (1)	Rua 5 de Outubro 4470-302 Milheirós	14.964,00	50,00%	12.898,00	19.537,00	2004
MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Inform., S.º	Taguspark - Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B - 2740-120 Porto Salvo	150.199,00	4,64%	3.014.783,97	205.744,51	2005
NET - Novas Empresas e Tecnologias, S.A.(1)	Rua de Salazares, 842 4100-442 Porto	2.500,00	0,50%	471.629,76	664,68	2004
TECMAIA - Parque Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.(1)	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira	2.799.390,00	51,00%	2.567.238,00	(509.622,00)	2004
PORTGÁS - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.º	Rua Linhas de Torres, 41 4350-214 Porto	18.981,96	0,24%	40.309.413,34	14.367.404,43	2005
PRIMUS - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.(1)	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira	49.900,00	7,24%	338.488,75	28.201,17	2004
RENOVARUM - Renovação Urbana da Maia, Ld.º (1)	Av. D. Manuel II - Edif. Central Plaza, 2070 - 6.º, Sala 1, 4470-200 Maia	124.699,48	100,00%	194.699,32	(2.118,61)	2004
METRO DO PORTO	Av. Fernão Magalhães, 1862 - 7.º 4350-158 PORTO	5,00	0,000100%	269.146.192,50	71.335.191,18	2005

(1) Relativamente a estas entidades foi informado que as respectivas contas de 2005 não se encontravam ainda aprovadas à data da elaboração do presente documento.

Unidade: Euros

## ANÁLISE DE DESVIOS

A comparação entre orçamento inicial, final e executado, permite aferir da fiabilidade dos orçamentos apresentados e da capacidade financeira da sua execução, em face do volume de receitas efectivamente arrecadado.

Comparando os valores previstos no Orçamento inicial e final, considerando as Revisões e as Alterações introduzidas no decorrer do ano económico, com os montantes executados da Receita e da Despesa, obtêm-se as variações que o quadro a seguir introduzido revela, em termos absolutos, evidenciando uma taxa de execução da receita, (excluindo a integração do saldo da gerência anterior) de 54,76%, a qual, em termos percentuais, é ligeiramente inferior à taxa de execução da despesa, no valor de 58,98%.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL									
	Previsão	Execução	Desvio	Taxa Execução		Previsão	Execução	Desvio	Taxa Execução
<b>Receitas Correntes</b>					<b>Despesas Correntes</b>				
Impostos Directos	38.172.600	32.482.933	-5.689.667	85,09%	Pessoal	16.648.355	15.621.862	-1.026.493	93,83%
Impostos Indirectos	5.865.100	4.998.397	-866.703	85,22%	Aquisição de Bens e Serviços	17.969.772	12.132.773	-5.837.000	67,52%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	923.100	1.353.452	430.352	146,62%	Juros e Outros Encargos	2.334.030	2.160.879	-173.151	92,58%
Rendimentos de Propriedade	154.500	374.049	219.549	242,10%	Transferências correntes	5.645.725	4.378.850	-1.266.875	77,56%
Transferências Correntes	8.332.306	8.140.795	-191.511	97,70%	Subsídios	2.141.710	1.994.928	-146.783	93,15%
Vendas Bens Prestações de Serviços	2.881.400	3.746.504	865.104	130,02%	Outras Despesa Correntes	949.200	858.741	-90.459	90,47%
Outras Receitas Correntes	733.200	1.154.275	421.075	157,43%					
<b>SubTotal</b>	<b>57.062.206</b>	<b>52.250.404</b>	<b>-4.811.802</b>	<b>91,57%</b>	<b>Sub Total</b>	<b>45.688.793</b>	<b>37.148.033</b>	<b>-8.540.760</b>	<b>81,31%</b>
<b>Receitas de Capital</b>					<b>Despesas de Capital</b>				
Venda de Bens de Investimento	38.771.266	1.889.095	-36.882.170	4,87%	Aquisição de Bens de Capital	72.853.170	32.040.421	-40.812.749	43,98%
Transferências de Capital	15.686.437	7.652.109	-8.034.328	48,78%	Transferências de Capital	5.155.257	2.178.429	-2.976.829	42,26%
Passivos Financeiros	1.042.100	0	-1.042.100	0,00%	Activos Financeiros	26.550	0	-26.550	0,00%
Outras receitas de Capital	487.757	199.353	-288.404	40,87%	Passivos Financeiros	3.954.000	3.934.831	-19.169	99,52%
					Outras despesas de capital	5.750	2.993	-2.757	52,05%
<b>SubTotal</b>	<b>55.987.560</b>	<b>9.740.558</b>	<b>-46.247.002</b>	<b>17,40%</b>	<b>Sub Total</b>	<b>81.994.727</b>	<b>38.156.673</b>	<b>-43.838.054</b>	<b>46,54%</b>
<b>Outras receitas</b>									
Reposições não abatidas nos pagamentos	169.000	2.653	-166.347	1,57%					
<b>TOTAL</b>	<b>113.218.766</b>	<b>61.993.615</b>	<b>-51.225.151</b>	<b>54,76%</b>					
<b>Integração do Saldo da Gerência Anterior</b>	<b>14.464.754</b>	<b>14.464.754</b>	<b>0</b>	<b>100,00%</b>					
<b>TOTAL</b>	<b>127.683.520</b>	<b>76.458.369</b>	<b>-51.225.151</b>	<b>59,88%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>127.683.520</b>	<b>75.304.706</b>	<b>-52.378.814</b>	<b>58,98%</b>

Un: Euros

Anota-se que estas taxas de execução se reportam, no caso da Despesa, a obrigações efectivamente pagas e não à realização de despesas traduzida no total de obrigações assumidas para com terceiros.

O total do Orçamento aprovado, no montante de 114.484.000 €, foi durante a execução elevado para 127.683.520 €, devido à integração da totalidade do Saldo da Gerência Anterior.

Num orçamento que ascendeu a 127.683.520 €, a receita efectivamente cobrada durante a gerência de 2005 totalizou 61.993.615 €, enquanto que a despesa atingiu o valor de 75.304.706 €.

No âmbito da Receita, constata-se que o grau de execução orçamental das Receitas Correntes se situou próximo dos 92%, enquanto que a execução das Receitas de Capital atingiu cerca de 17%.

Relativamente às receitas correntes, a ocorrência do desvio de (-)4.811.802 € prende-se, principalmente, com a quebra acentuada no grupo dos impostos directos, se comparada com as médias cobradas em anos anteriores, nomeadamente na arrecadação do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Bens, antiga Sisa, originada, quer pela alteração legislativa verificada, quer pelo período de recessão económica vivido.

O valor excepcionalmente baixo dos níveis de execução das receitas de capital, ao apresentar um desvio de (-)46.247.002 €, derivou, fundamentalmente, da não efectivação de Venda de Bens de Investimento prevista no Orçamento aprovado para 2005. Não obstante terem sido desencadeados os processos administrativos conducentes à concretização deste objectivo, tais procedimentos delongam-se muito para além do esperado. Nestas circunstâncias, os seus resultados, em princípio, apenas serão visíveis na gerência de 2006.

Por sua vez, a rubrica de Transferências de Capital, exhibe uma taxa de execução de 48,78%. Para este desvio de (-)8.034.328 € contribuiu especialmente o baixo nível de execução da rubrica cooperação técnica e financeira, seguido do modesto grau de cobrança por conta de projectos inseridos no âmbito de participações oriundas de fundos comunitários. Registe-se ainda a não concretização, na medida das expectativas iniciais, de transferências do INH, para subsidiar o investimento realizado na habitação social, no que a Serviços e Fundos Autónomos se refere.

A componente de passivos financeiros ostenta um desvio de (-)1.042.100 €. Para esta diferença concorreu essencialmente a não verificação integral, até ao momento, dos requisitos constantes no contrato de adesão celebrado com o INH no âmbito do Programa Especial de Realojamento, os quais, uma vez comprovados, determinarão a transferência das correspondentes verbas.

A nível da Despesa, evidencia-se um grau de execução de aproximadamente 81% no que concerne às Despesas Correntes, e de cerca de 47% no que toca às Despesas de Capital.

Quanto à vertente da despesa constata-se que, comparativamente com a componente homóloga da receita, é ao nível da despesa de carácter corrente que a execução do total da despesas encontra o seu principal suporte justificativo.

Face a uma previsão de 45.688.793 € de despesa corrente foram executadas 37.148.033 €, o que traduz um desvio de cerca de (-)8.540.760 €.

Conforme seria de esperar, é nas despesas correntes de carácter pouco aleatório que se encontram os menores desvios, com coeficientes de execução muito elevados, nomeadamente nas Despesas com Pessoal (94%), Juros e Outros Encargos (93%), Transferências Correntes (78%), Subsídios (93%), o que tudo demonstra bons índices de previsão.

Tal-qualmente na receita, é ao nível das despesas de capital que os desvios entre o projectado e o efectivamente pago assumem maior magnitude.

No total de despesas de capital orçadas, em 81.994.727 €, verifica-se um desvio de (-)43.838.054 €, motivado especialmente pelo fraco desempenho da rubrica Aquisição de Bens de Capital.

Contudo, transpondo a análise para o âmbito da despesa realizada (facturada), conclui-se que a taxa de realização da despesa de capital facturada atinge os 81%.

Analisando individualmente as componentes da despesa de capital, constata-se que, com excepção da rubrica de Passivos Financeiros, cujo desvio é praticamente inexistente, as restantes rubricas denunciam reduzidos níveis de execução orçamental, atingindo desvios superiores a 50%.

A execução do Plano Plurianual de Investimentos pode ser visualizada, em pormenor, no documento anexo ao presente Relatório.

Desenvolvida esta análise, conclui-se que o grau de execução global alcançado pelas despesas e receitas correntes foi aceitável, atingindo cerca de 80% e 90%, respectivamente, enquanto que o das rubricas de capital se revelou baixo, pese embora a existência de discrepância nas suas diversas componentes, quando analisadas de forma individual.

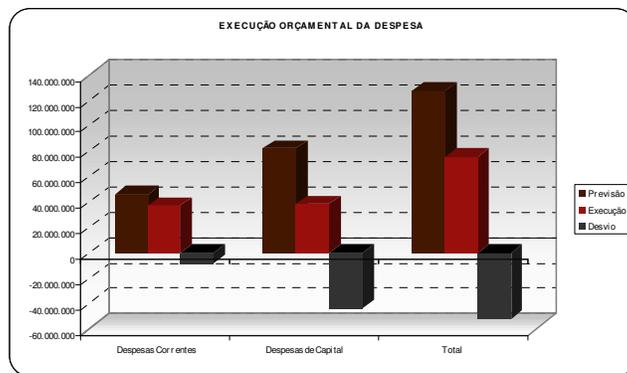
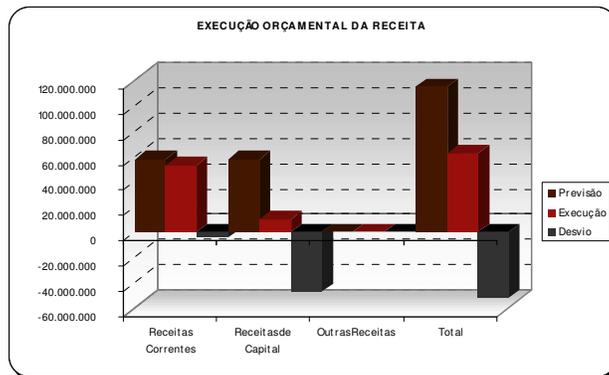
Para o efeito, terá contribuído o período de recessão económico que o país continua a atravessar, que de forma directa ou indirecta originou dificuldades na capacidade de execução financeira.

Por tudo isto, é de enorme e fundamental importância a existência de um bom planeamento das actividades, no caso, municipais.

Só assim será possível, dados os vastos e complexos domínios de intervenção de um município, dar consistência e seguimento a uma política de intervenção apoiada numa gestão eficiente e eficaz dos recursos financeiros disponíveis, de forma a maximizar o interesse público local, isto é, a utilidade social.

Desta forma, a Edilidade deverá continuar a ter como principal preocupação o trilhar de um caminho assente numa gestão financeira prudente, precisa, rigorosa e exigente, pois só assim se consegue uma gestão realista, capaz de criar um clima de confiança e satisfação colectiva.

Estruturaram-se graficamente os níveis de execução a que antes se aludiu.





## **COMPARAÇÃO ENTRE A RECEITA E A DESPESA**

Finalizada a análise da estrutura da Receita e da Despesa Municipal, interessa identificar a relação estabelecida entre ambas, nomeadamente via análise da Evolução dos Fluxos Monetários, da Poupança Corrente e, por último, da Fontes de Financiamento do Investimento.

### **EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS**

Pretende-se neste capítulo apreciar a variação dos activos que, durante um determinado período, têm reflexos no Saldo Final da Conta de Gerência.

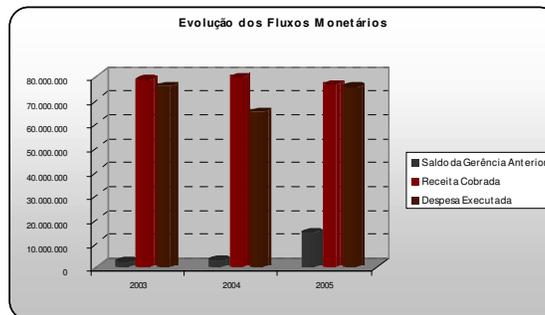
O objectivo é quantificar o impacto da receita arrecadada e da despesa efectuada, num determinado ano económico.

Assim, consoante a variação seja positiva ou negativa, o saldo final da conta de gerência que transitará para o ano económico seguinte poderá ou não traduzir-se numa possível fonte de financiamento no período imediato.

A evolução destes Fluxos Monetários, durante o ciclo compreendido entre 2002 e 2005, sintetiza-se nos próximos quadro e gráfico.

<b>EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS</b>									
	2003			2004			2005		
	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença
Saldo da gerência anterior	1.980.282	0	1.980.282	2.855.633	0	2.855.633	14.464.754	0	14.464.754
Corrente	52.136.129	35.520.290	16.615.839	47.602.818	38.486.530	9.116.288	52.250.404	37.148.033	15.102.371
Capital	24.254.682	40.290.927	-16.036.246	28.959.250	26.505.520	2.453.730	9.740.558	38.156.673	-28.416.115
Outras	295.758	295.758	295.758	39.103	39.103	39.103	2.653	2.653	2.653
<b>TOTAL</b>	<b>78.666.850</b>	<b>75.811.217</b>	<b>2.855.633</b>	<b>79.456.804</b>	<b>64.992.050</b>	<b>14.464.754</b>	<b>76.458.369</b>	<b>75.304.706</b>	<b>1.153.663</b>

Un: Euros



A partir da apreciação do quadro dos Fluxos Monetários é notório que toda a época avaliada foi caracterizada por saldos correntes positivos, isto é, o montante de receitas correntes cobradas

foi sempre superior ao montante de despesas correntes pagas. O mesmo não se poderá dizer no que respeita às componentes de capital, cuja relação estabelecida, no ano de 2005, se traduziu num valor negativo. Tal significa que uma parte substancial das despesas de capital pagas, 28.416.115 €, foram financiadas, quer pelo saldo transitado da gerência anterior, quer pela poupança corrente gerada no exercício.

Anota-se que a actividade financeira do Município, no ano de 2005, gerou um saldo final inferior ao saldo transitado do ano precedente, ao totalizar 1.1153.663 €. Para este decréscimo contribuiu sobremaneira a diminuição da cobrança das receitas de capital.

### **POUPANÇA CORRENTE**

O princípio do equilíbrio orçamental (*ex-ante*), consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL determina o modelo orçamental e contabilístico das autarquias locais, ao estabelecer que o Orçamento deve prever as receitas para cobrir as despesas, impondo uma mera igualdade contabilística. Não exige qualquer igualdade substantiva, ou seja, a cobertura de certos tipos de despesa por certos tipos de receita, nem refere o equilíbrio *ex-post*. No entanto obriga a que as receitas correntes sejam, pelo menos, iguais às despesas correntes, na linha do anterior enquadramento da Contabilidade Pública Autárquica.

Pretende-se, com este princípio orçamental afectar ao investimento a globalidade da receita de capital e ainda uma percentagem da receita denominada Poupança Corrente.

Este preceito manteve-se presente na execução orçamental desenvolvida pela Autarquia resultando daqui uma forma de contenção do *déficit* orçamental e permitindo a formação da poupança corrente, com vista à sua aplicação na despesa de investimento.

No momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2005, ao apresentar-se um orçamento inicial de 114.484.000 €, para uma Receita Corrente de 56.878.806 € e uma Despesa Corrente de 50.071.650 €, estava a propor-se uma Poupança Corrente Bruta de 6.807.156 €. Este excedente suportaria, numa perspectiva previsional, 10,57% da Despesa de Capital.

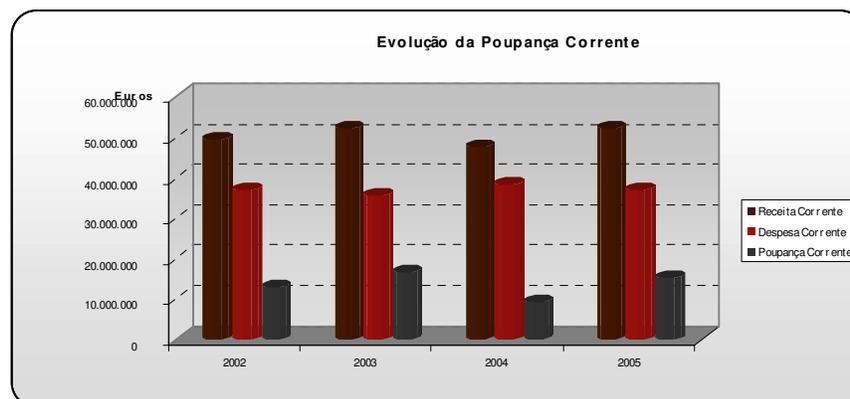
Efectivamente, em termos de execução orçamental foi possível obter uma Poupança Corrente Bruta de 15.102.371 €, a qual é mais elevada que a esperada em termos orçamentais, e superior à verificada em 2004, em cerca de 66%. Todavia, considerando toda a despesa corrente realizada, isto é facturada, bem como as dívidas transitadas do ano anterior, e ainda a

receita liquidada e não cobrada, o excedente da receita corrente sobre a despesa corrente é mesmo assim elevado, ou seja, a Poupança Líquida Corrente do Exercício será de 18.883.309 €, montante que se destinou ao pagamento de despesas de capital realizado. Esta poupança corrente gerada em 2005 foi superior à obtida no ano 2004, em 5.549.049 €, apresentando um crescimento de 41,61%.

Inserem-se seguidamente quadro e gráfico elucidativos da variação da Poupança Corrente da Autarquia.

<b>EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE DO EXERCÍCIO</b>		
<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Receita Corrente Executada	47.602.818	52.250.404
Despesa Corrente Executada	38.486.530	37.148.033
<b>Poupança Corrente Bruta</b>		
<b>Valor</b>	<b>9.116.288</b>	<b>15.102.371</b>
<b>Variação</b>	<b>-45,15%</b>	<b>65,66%</b>
Divida Corrente Transitada da Gerência Anterior	7.039.446	5.594.866
Divida Corrente Transitada par a Gerência Seguinte	5.594.866	5.732.407
Receita Corrente Liquidada e não cobrada do exercício	2.773.396	3.918.478
<b>Poupança Corrente do exercício</b>		
<b>Valor</b>	<b>13.334.264</b>	<b>18.883.309</b>
<b>Variação</b>		<b>41,61%</b>

Un: Euros



## **FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO**

O conhecimento dos recursos financeiros disponíveis é imprescindível para a correcta tomada de decisão dos responsáveis pelas diferentes orientações políticas e assume-se como base determinante de qualquer reflexão da actividade autárquica, nomeadamente no que concerne à realização de investimento público.

Neste contexto assume particular relevância o orçamento, uma vez que constitui um documento previsional no qual se encontram evidenciados todos os recursos que a autarquia prevê arrecadar para financiar as despesas que pretende realizar.

A elaboração desse documento tem subjacente um conjunto de princípios e regras previsionais cuja obrigatoriedade do seu cumprimento se revela bastante positiva na previsão de certas receitas e na realização de determinadas despesas, na medida em que funcionam como barreira para o empolamento orçamental.

Considerando o **princípio da não consignação**, segundo o qual as receitas especificadas no orçamento, quando liquidadas e arrecadas, não se destinam a solver um determinado compromisso, antes constituirão um único fundo que servirá de cobertura a todas as despesas da Autarquia, com excepção de determinados casos previstos na lei, como por exemplo as despesas suportadas por recursos financeiros provenientes de empréstimos, contratos programa ou participações de fundos comunitários já contratualizados, e por isso, cujas contrapartidas foram contabilizadas para o efeito da obtenção das receitas orçamentais, comentar-se-á de seguida, com base no quadro abaixo inserido, o modo como tem vindo a ser financiado o investimento global.

Na continuação do verificado no ano de 2004, e em oposição a anos anteriores, em que o total de investimento realizado por esta Edilidade teve como principal suporte o endividamento a instituições de crédito, nesta gerência não se recorreu a nenhum empréstimo.

Para o financiamento do investimento na gerência em análise contribuiu, essencialmente, o Saldo Transitado da Gerência Anterior, no montante de 14.464.754 €. Este valor resultou, principalmente, da receita (não absorvida) proveniente do processo de antecipação de rendas da habitação social ocorrido em 2004.

Em segundo lugar, aparece a poupança corrente, que expurgada do valor das amortizações e de outras despesas de capital, totalizou neste ano, 11.166.821 €, e foi responsável pelo financiamento de 31,57% do investimento global.

Quanto à receita oriunda do Orçamento de Estado designada “Fundos, Geral e de Base Municipal – capital”, constata-se que esta tem vindo a assumir ao longo dos anos maior expressividade, sendo em 2005 garante de 13 % do Investimento Global.

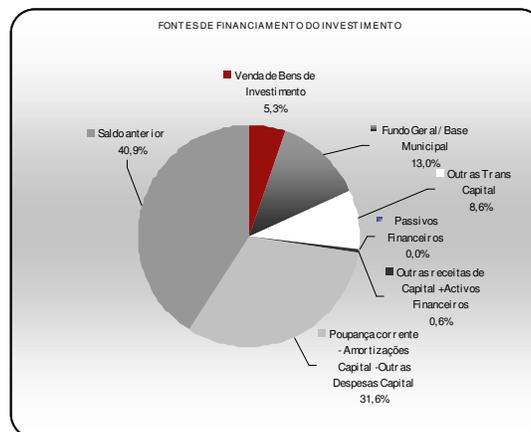
Comportamento inverso têm apresentado as receitas provenientes do Orçamento de Estado via Fundos Comunitários e Cooperação Técnica e Financeira, considerando que entre 2004 e 2005 se verificou um decréscimo do seu peso nas fontes de financiamento do investimento, ao passar de 10,12% para 8,59 %, respectivamente.

Por último, refere-se o diminuto contributo das outras receitas de capital, para fazer face a despesas produtivas.

O quadro e gráfico seguintes ilustram, de forma clara e inequívoca, o coeficiente de importância das diversas fontes de financiamento desta Edilidade entre os anos económicos de 2003 e 2005

Fontes Financiamento Investimento						
	2003		2004		2005	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
Venda de Bens de Investimento	1.205.102	3,08%	20.363.968	54,81%	1.889.095	5,34%
Fundo Geral/Base Municipal	4.318.459	11,03%	4.523.664	12,18%	4.614.137	13,04%
Outras Trans Capital	894.759	2,29%	3.758.825	10,12%	3.037.973	8,59%
Passivos Financeiros	17.229.094	44,01%	48.063	0,13%	0	0,00%
Outras receitas de Capital + Activos Financeiros	607.268	1,55%	264.730	0,71%	199.353	0,56%
Poupança corrente - Amortizações Capital - Outras Despesas Capital	12.914.092	32,99%	5.335.690	14,36%	11.166.821	31,57%
Saldo anterior	1.980.282	5,06%	2.855.633	7,69%	14.464.754	40,89%
	<b>39.149.056</b>	<b>100,00%</b>	<b>37.150.573</b>	<b>100,00%</b>	<b>35.372.133</b>	<b>100,00%</b>

Un: Euros



## CONCLUSÃO

O relatório de gestão de uma gerência pode ser um valioso instrumento de tomada de decisões, na medida em que revela um importante documento de reflexão, pelo confronto entre as intenções dos eleitos locais projectadas e os valores efectivamente alcançados.

O orçamento só será um eficaz instrumento de gestão se as receitas e as despesas previstas apresentarem um elevado grau de realização. Caso contrário as potencialidades desse documento como instrumento de planificação serão reduzidas.

Isto obriga a dizer que um bom planeamento deve assentar sempre em projecções realistas, não sobreavaliando as receitas nem subavaliando as despesas, procurando sempre um ponto de equilíbrio na programação financeira.

A escassez de recursos municipais disponíveis impõe uma gestão mais racional dos mesmos por forma a se alcançar a maximização da utilidade social.

Seguidamente destacar-se-ão de forma sumária as principais ocorrências apuradas no final do exercício económico de 2005.

A gerência de 2005 finalizou com um saldo positivo na ordem dos 1.153.663 €, o que significa que o montante de receita cobrada foi superior ao total da despesa executada.

Este saldo final positivo transitará para a gerência de 2006, tendo como destino a realização de despesas levadas a cabo nesse mesmo ano.

A actividade financeira do município garantiu o designado equilíbrio corrente, porque além do orçamento cobrir todos os encargos respeitantes ao exercício em análise, o montante arrecadado de receita corrente transpôs o total de despesas de carácter corrente.

O montante global das receitas próprias correntes (44.109.610 €) foi mais do que suficiente para fazer face à verba desembolsada por esta Autarquia relativa a todos os encargos de funcionamento (28.613.376 €).

Contudo, este grupo de despesas continua a absorver uma parcela significativa do total de receitas arrecadadas, cerca de 46%, cabendo no entanto a maior fatia da captação de recursos financeiros disponíveis à concretização do investimento global.

A forte recessão económica e financeira que caracterizou o ano económico de 2005 teve evidentes repercussões ao nível de toda a actividade autárquica, contrariando contudo a tendência observada no transacto ano, ao evidenciar um acréscimo a nível de receita corrente arrecadada (+9,76 %).

Como já foi atrás referido, no ano a que esta gerência se reporta, a principal fonte de receita municipal deixou de ser o recurso ao crédito de médio e longo prazo, invertendo a tendência do passado, passando a figurar como suporte primordial do financiamento da despesas global as receitas próprias, com um contributo de 75%, o que significa que grande parte da despesa municipal passou a ser financiada por aquelas.

Relativamente ao grau de execução orçamental, confirmam-se, no capítulo das correntes, alguns bons índices de execução, como já foi observado, onde se destacam taxas de execução a rondarem os 81% e 92%, no caso da despesa e receita corrente, respectivamente. O mesmo não se poderá dizer quanto às taxas de execução ao nível das rubricas de capital.

Para finalizar, é de fundamental importância alertar que devido à complexidade e diversidade do campo de intervenção das autarquias locais, e dada a escassez de recursos financeiros, cada vez maior, revela-se imperativo zelar sempre por uma gestão realista e equilibrada, sendo por isso imprescindível uma programação financeira rigorosa, equilibrada e exequível.

Dada esta escassez de recursos financeiros e tendo consciência que são eles o motor de toda a actividade municipal e de todo o desenvolvimento local é cada vez mais importante arranjar e ou captar novas oportunidades e formas de financiamento.



Prestação de Contas e Relatório de Gestão

---

## **BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

## **ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA**

### **BALANÇO**

O Balanço representa o mapa da situação patrimonial da autarquia num determinado momento exprimindo a relação existente entre o Activo, Passivo e Fundos Próprios. Cada um destes agrupamentos representa elementos patrimoniais homogéneos.

No activo estão reconhecidos os bens da Autarquia e os seus direitos adquiridos. Atendendo à especialização dos exercícios incluem-se ainda os acréscimos de proveitos e os custos diferidos.

No passivo estão reconhecidas as obrigações e responsabilidades perante terceiros. Considerando o princípio da especialização dos exercícios, consideram-se igualmente os acréscimos de custos e os proveitos diferidos.

Nos Fundos Próprios está representado o Património da Autarquia incluindo, no seu conjunto, o Património Inicial à data de elaboração do primeiro balanço (Balanço Inicial), acrescido do património adquirido através do incremento económico (resultados líquidos) da sua actividade.

O Balanço e o sistema contabilístico da Câmara Municipal da Maia adequam-se, quer em termos legais quer em termos de tratamento da informação, ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando de forma exacta e substantiva a situação patrimonial da Autarquia a 31 de Dezembro de 2005.

Ao longo da gerência em observação não se verificaram quaisquer alterações nos princípios e critérios contabilísticos utilizados no exercício anterior, pelo que é possível efectuar-se uma análise comparativa e evolutiva da situação patrimonial da Autarquia entre 2004 e 2005, reflectida no quadro seguinte:

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DA AUTARQUIA - Balanço Sintético						
Descrição	2004		2005		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Activo Líquido</b>	<b>433.261.012</b>	<b>100,00%</b>	<b>465.317.741</b>	<b>100,00%</b>	<b>32.056.729</b>	<b>7,40%</b>
Imobilizado	401.228.981	92,61%	448.689.400	96,43%	47.460.419	11,83%
Circulante						
Existências	659.248	0,15%	735.132	0,16%	75.884	11,51%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	10.587.197	2,44%	10.124.011	2,18%	-463.186	-4,37%
Disponibilidades	17.489.490	4,04%	4.089.799	0,88%	-13.399.691	-76,62%
Acréscimos e Diferimentos	3.296.096	0,76%	1.679.399	0,36%	-1.616.697	-49,05%
<b>Passivo</b>	<b>195.793.978</b>	<b>100,00%</b>	<b>204.146.321</b>	<b>100,00%</b>	<b>8.352.343</b>	<b>4,27%</b>
Dívidas a Terceiros						
Médio e Longo Prazo	82.406.811	42,09%	78.474.254	38,44%	-3.932.557	-4,77%
Curto Prazo	38.609.735	19,72%	49.709.929	24,35%	11.100.194	28,75%
Acréscimos e Diferimentos	74.777.432	38,19%	75.962.138	37,21%	1.184.706	1,58%
<b>Fundos Próprios</b>	<b>237.467.033</b>	<b>100,01%</b>	<b>261.171.420</b>	<b>100,00%</b>	<b>23.704.387</b>	<b>9,98%</b>
Património	213.826.156	90,05%	231.695.888	88,71%	17.869.732	8,36%
Reservas	4.206.027	1,77%	6.102.018	2,34%	1.895.992	45,08%
Resultados	19.434.851	8,18%	23.373.514	8,95%	3.938.663	20,27%

Un.: Euros

Do observado conclui-se:

## ACTIVO

### Imobilizado

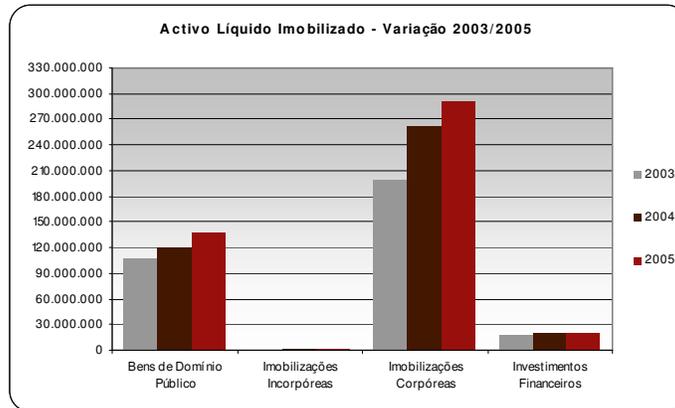
O Activo Líquido exhibe em 2005 o montante de 465.317.741 €. Na esteira do verificado em exercícios anteriores, o **imobilizado** continua a ser a componente com maior expressão, fazendo-se representar em 2005 através de 96,43% do activo líquido total.

Dentro do imobilizado estão em supremacia as imobilizações corpóreas (64,60%), logo seguidas dos bens de domínio público (30,71%). Os investimentos financeiros arrebatam 4,31%, enquanto que as imobilizações incorpóreas continuam a acusar fraca representatividade, quedando-se pelos 0,38%.

Comparativamente a 2004, o Activo Líquido regista um aumento de 7,40%, cuja variação se deveu, essencialmente, ao acréscimo de 47.460.419 € do Imobilizado, acompanhado da diminuição das disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos, respectivamente em (-)13.399.691 € e (-)1.616.697 €.

No imobilizado, os aumentos mais significativos verificaram-se nas imobilizações corpóreas - 28.606.851 € - e nos bens de domínio público - 18.276.326 €.

Apresentam-se seguidamente dois gráficos, ilustrando-se num deles a estrutura do activo líquido imobilizado e, bem assim, da sua variação 2003-2005, enquanto que no outro se dá à estampa a sua composição no ano que agora se analisa.



### Existências

O valor das **existências**, não obstante declarar um aumento de 11,51% face ao exercício anterior, não merece especial destaque, dado o seu diminuto contributo no activo líquido total (0,16%).

### Dívidas de Terceiros – Curto Prazo

Em relação às **dívidas de terceiros – curto prazo**, o seu valor à data de 31 de Dezembro de 2005, ascende a 11.777.979 €, sobre os quais, e no que a clientes de cobrança duvidosa respeita, foi constituída uma provisão de 1.653.969 €, resultando como valor líquido de dívida 10.124.011 €. Pormenorizam-se de seguida os respectivos valores, tomando como base os valores do activo bruto.

DÍVIDAS DE TERCEIROS - Activo Bruto				
	2003	2004	2005	Varição 2004/2005
Clientes/Contribuintes e Utentes c/c	22.276	1.603.228	1.303.329	-18,71%
Clientes/Contribuintes e Utentes Cobrança Duvidosa	908.937	716.970	3.307.937	361,38%
Estado - Iva a Recuperar/Reembolsos Pedidos	207.891	207.891	208.720	0,40%
Outros Devedores	9.731.559	8.417.593	6.957.994	-17,34%
<b>TOTAL</b>	<b>10.870.663</b>	<b>10.945.682</b>	<b>11.777.979</b>	<b>7,60%</b>

Un.:Euros

Analisando globalmente os valores apurados, se entre 2003 e 2004 não existiu uma alteração significativa, o mesmo já não se poderá dizer quanto ao transacto ano, em cujo período se evidencia uma moderada variação de 7,60% que se deveu, fundamentalmente, à relevação da dívida de terceiros no âmbito de processos de licenciamento de loteamentos e obras, concretamente no tocante à agora designada Taxa Municipal de Infra-estruturas Urbanísticas (TMU).

Até 2005, as dívidas de terceiros daquela natureza que se reportavam ao período anterior à gerência de 2003, não se encontravam devidamente contabilizadas nas respectivas contas de terceiros, como se impõe, o que sempre originou uma subavaliação da conta de *clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa*, que se vê agora completamente afastada.

Com efeito, foi durante o exercício de 2005 desenvolvido um esforço adicional no sentido de reflectir toda essa dívida, o que muito contribuiu para o substancial incremento de 2.590.967 € na correspondente conta de terceiros, reflectido na grandiosa percentagem de 361,38%.

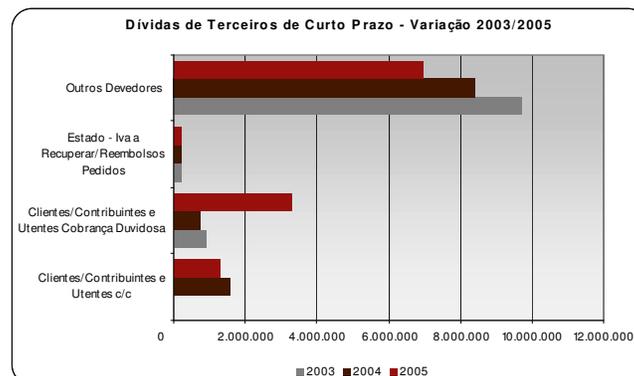
Refira-se que, quanto aos valores registados como dívida de cobrança duvidosa à data de encerramento de contas, em todos os exercícios económicos anteriores foi constituída uma provisão equivalente a 50% desse total, o que uma vez mais se verificou em 2005.

Enquanto que a conta de terceiros *Estado* não tem qualquer relevância na oscilação apresentada em 2005, as contas *Clientes/Contribuintes e Utentes c/c* e *Outros Devedores* apresentam decrementos de 299.899 € e 1.459.599 €, respectivamente.

Para o primeiro dos valores anotados – 299.899 € – teve principal influência a anulação de receita liquidada em períodos anteriores a 2005 à empresa Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., referente a licenças de ocupação do domínio público indevidamente processadas.

Já no que concerne a *Outros Devedores*, cujo montante respeita na sua grande maioria a participações devidas no âmbito de projectos desenvolvidos pela Autarquia e financiados pela Administração Central ou Fundos Comunitários, as flutuações aí espelhadas reflectem o maior ou menor ritmo de arrecadação de receita, de acordo com o natural decurso dos respectivos investimentos e consequentes pedidos de pagamento, não esquecendo porém que nos estamos a aproximar do final do III Quadro Comunitário de Apoio.

Para melhor dimensionar as oscilações das dívidas de terceiros de curto prazo ao longo do último triénio, apresenta-se o gráfico imediato.



### Disponibilidades

À data de 31 de Dezembro de 2005, o valor das disponibilidades fixou-se em 4.089.799 €, dos quais 3.996.665 € encontram-se em depósitos em instituições financeiras e 93.134,84 e em caixa. A quebra das **disponibilidades em 2005** é justificada exclusivamente pela inclusão, no final de 2004, de significativa parte do valor de 20.000.000 € arrecadado por conta do processo de antecipação de rendas no âmbito da habitação social. Constituiu assim o referido valor de disponibilidades no final de 2004, meio de liquidez para fazer face, durante o exercício em análise, a encargos decorrentes de contratos de aquisição de habitação social já então celebrados ou que se vieram a celebrar no transacto ano.

### Acréscimos e Diferimentos

Em cumprimento do princípio da especialização, devem os proveitos e custos ser reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

Deste modo, figuram no activo os **acréscimos de proveitos** e os **custos diferidos**, reportando-se, os primeiros, aos proveitos a registar no exercício de 2005, cujo fluxo de receita se efectivará no exercício de 2006, e os segundos, às despesas ocorridas no exercício ou em exercícios anteriores, cujo custo deva ser considerado nos exercícios seguintes.

Em relação aos acréscimos e diferimentos, a diminuição de 1.616.697 € anotada em 2005 advém do facto de em finais de 2004 se ter reconhecido como proveito desse ano o valor de 1.843.808 € respeitante à compensação pelas quebras de receita de Sisa, cuja guia foi emitida no início de 2005.

Expressa-se no quadro imediato a natureza e respectivos valores incluídos no primeiro membro do balanço no que a **acréscimos de proveitos e custos diferidos** se reporta.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	
<b>Acréscimos de Proveitos</b>	<b>1.553.222</b>
<b>27.1.1 - Juros a Receber</b>	
Depósitos à ordem e a prazo, vencidos à data de 31.Dez.2005	3.731
<b>27.1.3 - Impostos e Taxas</b>	
Cobranças da Administração Central efectuadas em Dezembro de 2005, referentes a:	
Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Bens Imóveis/Sisa	1.506.026
Imposto Municipal s/ Imóveis/Contribuição Autárquica	
Imposto Municipal s/ Veículos	
<b>27.1.9 - Outros Acréscimos de Proveitos</b>	
Reembolso de combustível por parte dos SMEAS e das Empresas Municipais Maiambiente e Academia das Artes da Maia, dos consumos de Dezembro de 2005	31.337
Receita obtida durante o mês de Dezembro de 2005 nas instalações desportivas: Piscinas Municipais de Águas Santas e Gueifães e Complexos de Tênis e de Ginástica da Maia	1.983
Receita proveniente da inspecção de elevadores do mês de Dezembro de 2005	7.255
Bonificação relativa ao empréstimo contraído no âmbito da linha de crédito das intempéries	2.285
Outros acréscimos de proveitos	605
<b>Custos Diferidos</b>	<b>126.177</b>
<b>27.2.1 - Prémios de Seguros</b>	<b>38.930</b>
<b>27.2.4 - Vigilância e Segurança</b>	<b>3.041</b>
<b>27.2.9 - Outros Custos Diferidos</b>	
Custo da cedência de 3% do capital social da Tecmaia, por ocasião da aquisição de terrenos à APCTP - Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto.	84.206

Un.: Euros

## PASSIVO

O Passivo apresenta um crescimento de 4,27% relativamente ao ano anterior devido, principalmente, ao aumento das dívidas de curto prazo, com o seu mais significativo contributo originado pelos encargos assumidos perante fornecedores de imobilizado.

Já no que se refere aos acréscimos e diferimentos – acréscimos de custos e proveitos diferidos – apresentam estes um discreto incremento de 1.184.706 € (1,58%), cujo valor resultou quase no seu todo do aumento dos proveitos diferidos, por conta da inscrição de verbas no âmbito de projectos financiados.

### Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo

As **dívidas a terceiros de médio e longo prazo**, que totalizam no final de 2005 o valor de 78.474.254 €, apresentam uma taxa decrescente de 4,77%, que decorre da amortização de 2.994.00 € do empréstimo obrigacionista oportunamente contratado com o BCP, bem como das amortizações de empréstimos contraídos no âmbito de linhas de crédito bonificado – Plano Especial de Realojamento e Intempéries.

### Dívidas a Terceiros – Curto Prazo

De operações orçamentais, e arredado o montante de 1.107.668 € referente a adiantamentos por conta de vendas em hasta pública, consta ainda como **dívida a terceiros de curto prazo** o valor de 45.666.125 €, de acordo com os dados que de seguida se reproduzem.

DÍVIDAS A TERCEIROS			
	2004	2005	Variação
<b>Curto Prazo</b>			
Fornecedores c/c (incluindo facturas recep. e conferência)	5.642.277	5.531.218	-1,97%
Fornecedores de Imobilizado (incluindo facturas recep. e conferência)	26.436.111	37.462.165	41,71%
Outros Credores:	3.506.611	2.672.743	-23,78%
Estado	22.530	0	-100,00%
Credores de Transferências para Autarquias	1.782.781	1.890.193	6,02%
Credores por Investimentos Financeiros	62.350	62.350	0,00%
Credores Diversos - Outros (incluindo docs. recep. e conferência)	1.638.950	720.200	-56,06%
<b>Total</b>	<b>35.584.999</b>	<b>45.666.126</b>	<b>28,33%</b>

Un.: Euros

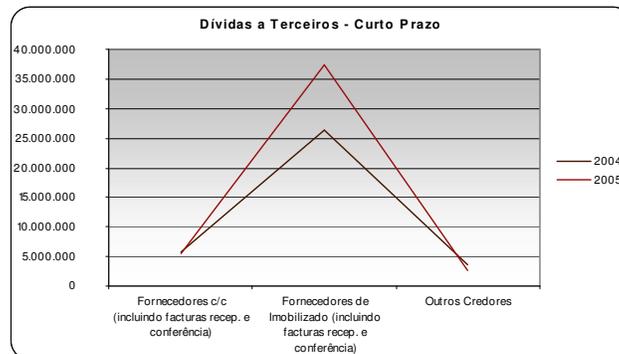
Dado o exposto, apura-se um aumento global da dívida a curto prazo de 10.081.127 € (28,33%), que resulta quase exclusivamente do incremento na conta de *Fornecedores de Imobilizado*, a propósito do que são tecidos os necessários comentários aquando da análise do endividamento em capítulo próprio do presente documento.

No que respeita a *Credores de Transferências para Autarquias* regista-se também um ligeiro aumento de 6,03%, incluindo-se aqui as transferências para as Freguesias, Instituições Particulares e Empresas Municipais e Intermunicipais.

A contrário, resulta das contas de *Fornecedores c/c*, *Estado* e *Credores Diversos – Outros*, um decréscimo da dívida de curto prazo, com maior expressão na última das referidas contas (-56,06%).

Para a citada percentagem de (-)56,06%, contribuiu o integral cumprimento dos planos de pagamentos para com a Universidade do Porto, que findou em 2005, do valor indemnizatório estabelecido pelo Tribunal Administrativo do Círculo do Porto, no âmbito de um processo de apoio à instalação do Instituto Superior de Estudos Empresariais da Universidade do Porto, e, ainda, para com a Direcção-Geral do Orçamento, no que respeita a processos de expropriação em que esta entidade se substituiu à expropriante Câmara Municipal no pagamento aos expropriados.

Tendo em vista uma melhor visualização das oscilações da dívida a terceiros de curto prazo no último biénio, estrutura-se graficamente a sua composição e respectivos valores.



As restantes contas credoras inseridas no balanço como dívida a terceiros reflectem saldos de operações não orçamentais, num total de 2.936.136 €, distribuídos da seguinte forma:

CREDORES DE OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS			
	2004	2005	Variação
Clientes/Contribuintes/Utentes c/ cauções	482.125	607.007	25,90%
Estado e Outros Entes Públicos	196.592	171.619	-12,70%
Fornecedores de Imobilizado c/ Caução	651.192	773.091	18,72%
Credores Diversos - Outros	1.694.828	1.384.418	-18,32%
<b>Total</b>	<b>3.024.737</b>	<b>2.936.136</b>	<b>-2,93%</b>

Un.: Euros

### Acréscimos e Diferimentos

No segundo membro do balanço, e prossequindo o princípio da especialização, inserem-se de igual forma os acréscimos e diferimentos, versando agora as componentes **acréscimos de custos** e **proveitos diferidos**, que mais não representam do que a relevação dos custos a registar em 2005, cuja despesa só venha a realizar-se em anos posteriores, e as receitas ocorridas no exercício ou exercícios anteriores, cujo proveito deva ser considerado nos exercícios seguintes.

Pela via de acréscimos de custos e proveitos diferidos, são patenteados em 2005, respectivamente, os valores de 2.721.397 € e 73.240.741 €. Em termos globais, os acréscimos e diferimentos apresentam no ano em análise um crescimento de 1,58%, cujo fraccionamento é espelhado no quadro que adiante se reproduz.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	
<b>Acréscimos de Custos</b>	<b>2.721.397</b>
<b>27.3.1 - Seguros a Liquidar</b>	1.226
<b>27.3.2 - Remunerações a Liquidar</b>	
Encargos com férias (mês e subsídio) a processar em 2006/Encargos sociais a cargo da Câmara, processados em Janeiro 2006/Trabalho extraordinário	1.575.313
<b>27.3.3 - Juros a Liquidar</b>	620.577
<b>27.3.4 - Comunicações</b>	28.570
<b>27.3.5 - Electricidade</b>	1.772
<b>27.3.7 - Gás</b>	14.824
<b>27.3.9 - Outros Acréscimos de Custos</b>	
Encargos com a saúde de serventuários da Autarquia	169.355
Reembolsos e encargos relacionados com a cobrança de impostos e taxas	214.244
Encargos com a manutenção de jardins	51.492
Serviços de manutenção/limpeza/vigilância/segurança	20.500
Fornecimento de gasóleo	13.590
Reparação de viaturas diversas	4.923
Serviços de análise de processos de licenciamento	2.993
Outros Custos	2.018
<b>Proveitos Diferidos</b>	<b>73.240.741</b>
<b>27.4.2 - Rendas</b>	
Processo de antecipação de rendas	18.899.220
Outras rendas	21.620
<b>27.4.5 - Subsídios para Investimentos</b>	54.107.806
<b>27.4.6 Subsídios de Exploração</b>	
Programa Generalização do Ensino Inglês no 1.º Ciclo	156.067
Mecenato - Manutenção Espaços Exteriores de Escolas	11.520
<b>27.4.9 Outros Proveitos Diferidos</b>	
Compensação pelos encargos com transportes escolares do ano lectivo 2006/2007	44.508

Un: Euros

Pela sua representatividade no conjunto em observação, interessa examinar mais pormenorizadamente a origem dos valores lançados em proveitos diferidos.

O montante espelhado em “Rendas”, com excepção de 21.620 € alusivos a rendas de Janeiro de 2006 realizadas em Dezembro último (Tribunal da Comarca da Maia – 21.448 € – e outras), atribui-se ao processo de antecipação de receitas dos empreendimentos de habitação social que teve lugar no último trimestre de 2004, tendo resultado para o Município uma contabilização de receita de 20.000.000 €.

Deste valor, está anualmente a ser imputada a uma conta de proveitos a respectiva quota-parte, na proporção que lhe cabe no total de rendas que seria arrecadado durante a vigência dos contratos que foram abrangidos pelo citado processo de antecipação de receitas.

À medida que os contratos de arrendamento atinjam o seu término, o valor que lhes corresponde no total de 20.000.000 € terá sido expurgado da conta de proveitos diferidos.

A este propósito, refere-se que em 2005 foi transferido para a respectiva conta de proveitos do exercício o valor de 974.877 €, correspondendo-lhe não só a quota-parte do ano que agora se encerra – 943.529 € –, mas também uma regularização de 31.348 € reportada a 2004, cujo valor foi contabilizado como correcções relativas a exercícios anteriores. Acontece que em 2004, ano da efectivação do processo de antecipação, deveria ter sido levado a proveito do exercício o valor de 157.255 €, equivalente a dois duodécimos (Novembro e Dezembro) do total anual a imputar, quando na realidade foram só processados 125.903 €, devendo-se a diferença ao facto de ter sido considerado apenas um duodécimo, para além de ter ainda existido alguma deficiência nos cálculos então apurados, face à complexidade do processo em causa.

Aludindo agora aos subsídios para investimentos, importa mencionar que o valor que lhes respeita – 54.107.806 € – se reporta aos montantes recebidos e a receber por conta de projectos homologados no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio ou no seguimento de Protocolos e Contratos-Programa oportunamente celebrados com organismos da Administração Central e outras entidades.

Destaca-se que, sendo os valores referentes a subsídios para investimentos transferidos para a Autarquia à medida que os respectivos projectos vão sendo executados e, consequentemente, apresentados os correspondentes pedidos de pagamento de acordo com a facturação entretanto emitida ou, em relação a alguns projectos, com os recibos comprovativos do

pagamento, uma parte do montante aqui registado constitui ainda crédito da Autarquia – 5.462.358 € – e encontra-se devidamente relevada nas respectivas contas de terceiros.

Anote-se que, relativamente a determinados projectos, apesar de a Autarquia se encontrar na situação de credora perante as entidades financiadoras, já efectuou a totalidade do pagamento do custo dos mesmos junto das respectivas entidades fornecedoras. A libertação dos montantes em dívida à Autarquia depende, num considerável número de casos, do cumprimento de determinadas formalidades explanadas nos projectos oportunamente homologados.

Tome-se como exemplo os projectos levados a efeito no âmbito da habitação social, participados pelo Instituto Nacional de Habitação, cujo valor em dívida à Autarquia se atribui quase na totalidade a retenções de 10% das comparticipação aprovadas, e relativamente aos quais encontram-se já solvidas perante os empreiteiros as inerentes despesas.

## FUNDOS PRÓPRIOS

Em 2005, o valor inicial do **património** – 213.826.156 € – foi incrementado pelo resultado líquido do exercício de 2004, na percentagem de 95% deste (11.281.975 €), sendo que os restantes 5% foram direccionados para reforço de *Reservas Legais*.

Para além disso, foi ainda transferido para a conta 51 – *Património*, o valor de 6.587.757 € referente a regularizações efectuadas no decurso de 2004 que tiveram como objectivo a relevação de valores que deveriam ter integrado o balanço inicial.

Durante a gerência em análise, as restantes contas da classe 5 foram alvo de movimentações diversas advenientes de factos patrimoniais que lhes foram consignados durante aquele período.

A conta 59 – *Resultados Transitados*, para além de integrar o resultado líquido do exercício anterior, registou ainda movimentos de regularização ao balanço inicial e aos exercícios antecedentes, afectando positiva ou negativamente, consoante o caso, os *Fundos Próprios*.

A explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de 2005 em cada uma das contas da classe 5 é matéria contemplada nas Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados – ponto 8.2.28 –.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

### RESULTADOS

Na gerência que se apresenta, o Município da Maia finaliza o exercício económico com um resultado líquido positivo de 7.412.305 €, fruto de um total de proveitos de 58.142.054 € e de um total de custos incorridos de 50.729.749 €, conforme se evidencia no quadro seguinte.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS							
Custos e Perdas	Exercícios			Proveitos e Ganhos	Exercícios		
	2004	2005	Variação		2004	2005	Variação
Total de Custos Operacionais	42.385.386	45.421.548	7,16%	Total de Proveitos Operacionais	56.340.023	53.686.286	-4,71%
Total de Custos Financeiros	2.346.383	2.174.857	-7,31%	Total de Proveitos Financeiros	929.393	326.675	-64,85%
Total de Custos Extraordinários	3.374.383	3.133.344	-7,14%	Total de Proveitos Extraordinários	2.712.498	4.129.093	52,22%
<b>Total dos Custos</b>	<b>48.106.151</b>	<b>50.729.749</b>	<b>5,45%</b>	<b>Total dos Proveitos</b>	<b>59.981.915</b>	<b>58.142.054</b>	<b>-3,07%</b>
Resultado Líquido de Exercício	11.875.764	7.412.305	-37,58%				
<b>Total</b>	<b>59.981.915</b>	<b>58.142.054</b>	<b>-3,07%</b>				

Un.-Euros

Como é dado observar, o resultado líquido em 2005 sofreu um decréscimo de 4.463.459 € face ao valor apurado no anterior ano, decréscimo esse para o qual bem contribuiram os **resultados operacionais** já que, embora positivos (8.264.738 €), apresentam uma diminuição de 5.689.900 € em relação ao valor registado em 2004.

Por outro lado, os **resultados financeiros** fixados em (-)1.848.182 € apresentam-se em 2005 inferiores em 431.193 € em relação ao montante apurado em 2004, de (-)1.416.989 €.

Conjugados os dados antes anotados, acha-se um valor de **resultados correntes** de 6.416.556 €, consideravelmente inferior ao do transacto ano.

Como resultados extraordinários é demonstrado o valor de 995.750 €, afastando-se largamente do resultado negativo obtido em 2004, de (-) 661.885 €.

Os contributos de maior relevo em cada uma das contas de custos e de proveitos serão de seguida devidamente julgados.

Antes de se iniciar em concreto a sua análise, é indispensável registar que o facto de se atender ao princípio da especialização dos exercícios, reconhecendo os custos e os proveitos no exercício a que respeitam, aliado a outras situações em que divergem os enquadramentos orçamental e patrimonial, tem implicações no domínio da análise de resultados, colidindo até os resultados em algumas das áreas analisadas.

Tome-se como exemplo o caso dos Impostos e Taxas, cuja análise patrimonial aponta para um decréscimo de 2.124.414 €, enquanto que a nível orçamental se regista um aumento de arrecadação de receita.

Tal deve-se, sobretudo, ao facto de em 2004 ter sido reconhecido como proveito desse exercício o valor de 1.843.808 referente à compensação pelas quebras de receita de SISA, montante que só foi orçamentalmente contabilizado em 2005, para além de outras situações que do ponto de vista patrimonial se contabilizam por conta de resultados extraordinários (juros de mora, taxas de relaxe, coimas e penalidades, etc.), sendo que a nível orçamental se imputam às rubricas que se lhes destinam, independentemente da natureza do proveito (operacional ou extraordinário) e do período a que respeita.

Acrescem ainda situações de ajustamentos contabilísticos que resultam por vezes em pequenas divergências entre a informação patrimonial e a orçamental, tanto mais que o último dos referidos sistemas se mostra por vezes inflexível face a regularizações que se torna necessário efectuar.

O que é verdade para os proveitos, não o é menos para os custos, sendo que nesta parte a área mais versada é a de custos com pessoal, em que são em cada ano reconhecidos, via acréscimos de custos, os encargos com férias (mês e subsídio), encargos sociais da entidade do mês de Dezembro a pagar no início do ano seguinte, trabalho extraordinário, para além de uma ou outra circunstância que se mostre necessário ajustar, ajustamento esse que a nível orçamental se vê sempre circunscrito.

## **PROVEITOS**

Da leitura dos valores apresentados no quadro que antecede infere-se que 92,34% dos proveitos são obtidos via actividade operacional da Autarquia, 7,10% de receitas extraordinárias e 0,56% de operações financeiras.

O valor global dos proveitos, 58.142.054 €, apresenta-se inferior em (-)3.07% relativamente ao ano de 2004. Para tal, contribuiu essencialmente a diminuição dos proveitos operacionais, nomeadamente quanto a impostos e taxas, onde se verificou uma baixa de receita na ordem dos 2.124.414 €, e a outros proveitos e ganhos operacionais, onde se processou (-)1.363.485 € em relação ao ano anterior.

Relativamente a este último valor, importa destacar que em 2004 o valor de outros proveitos e ganhos operacionais apresentou-se engrandecido por via do reembolso de valores por parte da Empresa Espaço Municipal, no âmbito dos encargos suportados pela Câmara Municipal com amortizações de empréstimos PER, e de despesas de manutenção de jardins/espacos exteriores e de conservação de habitação social.

Do volume de proveitos operacionais registado em 2005 (53.686.285 €), o grande predomínio continua a caber a *Impostos e Taxas*, que absorve 63,22% daquele total, seguindo-se-lhe as *Transferências e Subsídios Obtidos*, com 21,98%.

Os proveitos financeiros são pouco significativos no cômputo geral, sendo que, relativamente ao ano anterior, apresentam um decréscimo de 602.718 €.

Em 2004, apresentaram os proveitos financeiros um valor consideravelmente superior, devido à comparticipação financeira da Empresa Espaço Municipal nos encargos decorrentes dos juros dos empréstimos contraídos para a construção de habitação social pela Autarquia.

Os proveitos extraordinários declaram no exercício em apreciação o substancial acréscimo de 1.416.595 € (52,22%), fundamentalmente devido a valores contabilizados em *Juros de Mora*, no âmbito de licenciamento de processos de obras – taxa municipal de operações urbanísticas e realização de infra-estruturas diversas – factos que até então não tinham ainda sido devidamente relevados a nível patrimonial.

## **CUSTOS**

Do total dos custos e perdas reflectidos na classe 6, os operacionais representam cerca de 90%, os extraordinários 5,7% e, por último, os financeiros 4%.

O montante global dos custos, 50.729.748 €, expressa um acréscimo em relação a 2004 de 5,45%, resultante da diminuição dos custos financeiros e extraordinários, ambos na ordem dos 7%, e do aumento verificado nos custos operacionais, em idêntica percentagem, mas com distinta preponderância de valor.

Se a diminuição dos custos financeiros e extraordinários se situou nos 171.526 € e 241.039 €, respectivamente, já o aumento dos operacionais atingiu 3.036.162 €.

Dentro destes últimos, as parcelas de custos que apresentam variação negativa em relação ao exercício anterior são: *Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas* (-4,71%) e *Custos com Pessoal* (-4,97%).

No sentido inverso, denotam as restantes contas de custos operacionais movimentos ascendentes, distinguindo-se os aumentos verificados em *Provisões do Exercício*, devendo-se o valor aí contabilizado a 50% do montante lançado na conta de cobrança duvidosa, que registou em 2005 um forte aumento, face à relevação de dívida que até então ainda não tinha sido possível contabilizar, tal como já foi explicitado aquando da análise, em capítulo próprio, das dívidas de terceiros.

Em *Amortizações do Exercício* regista-se também um aumento de 967.077 € (10,61%), logo seguido das *Transferências e Subsídios Correntes Concedidos*, com 793.399 €. Quanto ao primeiros dos referidos custos o seu empolamento teve como principal origem a transferência de imobilizado em curso para as correspondentes contas de imobilizado corpóreo e bens de domínio público, dadas as recepções provisórias efectuadas, iniciando-se assim os respectivas amortizações no ano que se analisa.

Já no que se refere a *Transferências e Subsídios Correntes Concedidos*, ainda que apresentem globalmente um aumento, de um exame mais cuidado ao comportamento dos seus subgrupos discorrem conclusões distintas. Assim, enquanto que em relação à categoria de transferências se assistiu a um decréscimo, no tocante a subsídios, o seu crescimento foi bastante para neutralizar a diminuição das transferências e ainda provocar um incremento de custos na ordem dos 14%. Contribuiu exclusivamente para essa evidência o subsídio de exploração concedido à Empresa Municipal Maiambiente, E.M., para a gestão corrente da sua actividade. Retirado esse valor de custos, as *Transferências e Subsídios Correntes Concedidos* durante a gerência de 2005 denunciariam uma descida que rondaria os 16%.

Ainda no âmbito dos custos, assinala-se o aumento de *Outros Custos e Perdas Operacionais*, de 76.120 € (95,22%), originado não só pela ocorrência de dois actos eleitorais na gerência de 2005, mas também pelo aumento dos valores registados como imposto relativo a rendimentos de capital da Autarquia (retenções na fonte), relacionando-se os mesmos com a aplicação do valor arrecadado no âmbito do processo de antecipação de rendas, a que já se aludiu no presente relatório.



Prestação de Contas e Relatório de Gestão

---

## **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO**

Prevê o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 24 de Fevereiro, no seu ponto 2.7.3.1, que a aplicação do resultado líquido do exercício deverá ser aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

No início do próximo exercício económico o **resultado líquido** à data de 31 de Dezembro de 2005, no valor de **7.412.305,75 €**, deverá ser transferido para a conta 59 “Resultados Transitados”, em cumprimento do que se encontra estabelecido no ponto 2.7.3.2 seguinte.

Dado que o resultado líquido apurado é positivo, e em conformidade com o preceituado no ponto 2.7.3.3 do citado diploma legal, propõe-se que o seu montante seja repartido da seguinte forma:

- Reforço de Reservas Legais no valor de 5% – **370.615,29 €** (ponto 2.7.3.5);
- Reforço do Património pelos restantes 95% – **7.041.690,46 €**;

Propõe-se ainda que os valores oportunamente contabilizados na conta 59 – Resultado Transitados e que respeitaram a regularizações ao Balanço Inicial, sejam transferidos para a conta 51 – Património.



Prestação de Contas e Relatório de Gestão

---

## **ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

## **INTRODUÇÃO**

As notas que a seguir se apresentam, visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestação de contas exigidas no ponto 2 do POCAL, no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e na resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis, ou para cujo conteúdo se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

Os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efectuados de acordo com os princípios no ponto 3.2 do POCAL. De acordo com o princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2004 e o Balanço Final de 2005.

Em observância com o disposto no POCAL, a óptica patrimonial prevalece sobre a óptica económica, excepto para a contabilização das aquisições de bens através da locação financeira, onde se aplica o princípio da substância sobre a forma.

## **8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE**

### **8.1.1. Identificação**

Município da Maia - Câmara Municipal da Maia

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

4470 – 202 MAIA

Número de identificação fiscal :505387131

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

### **8.1.2. Legislação**

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com os critérios e princípios de contabilidade geralmente aceites e preconizados no PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE DAS AUTARQUIAS LOCAIS - POCAL - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro.

### **8.1.3. Estrutura Organizacional Efectiva**

Foram aprovados pelo executivo municipal na sua reunião ordinária que teve lugar no dia 18 de Maio de 2005, e homologados pela Assembleia Municipal da Maia na 2.ª reunião da 3.ª sessão ordinária realizada no dia 13 do mês de Junho, o novo Regulamento da Macroestrutura Organizacional desta Câmara Municipal, o consequente organograma e respectivo quadro de pessoal.

(Ver organograma anexo).

#### **8.1.4. Descrição Sumária das Actividades**

A Câmara Municipal da Maia é uma autarquia local cujas actividades são direccionadas à concretização das atribuições que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro através do exercício das competências descritas na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

#### **8.1.5. Recursos Humanos**

Durante a gerência em análise, em consequência das eleições autárquicas realizadas no dia 9 de Outubro, é de referir a alteração da composição do órgão executivo entretanto verificada.

Entre 1 de Janeiro e 28 de Outubro de 2005, o Órgão Executivo Municipal, era constituído pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro António Gonçalves Bragança Fernandes e oito Vereadores, a saber:

- Eng.º António Domingos da Silva Tiago
- Dr. Jorge Luís da Costa Catarino
- Miguel Ângelo Santos Esteves Rodrigues
- Dr.ª Maria da Graça Andrade Gomes de Araújo Barros
- Dr. Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Rogério Duarte da Rocha
- João Afonso Nogueira da Costa Lima
- Eng.º Jorge Manuel Rebelo Oliveira Alves da Silva

Os Senhores Vereadores Eng.º António Domingos da Silva Tiago, Dr.ª Maria da Graça Andrade Gomes de Araújo Barros, Dr. Mário Nuno Alves de Sousa Neves, e Eng. Manuel Rebelo Oliveira Alves da Silva, estavam em regime de permanência .

Os Senhores Vereadores Miguel Ângelo Santos Esteves Rodrigues, Rogério Duarte da Rocha e Dr. Jorge Luís da Costa Catarino estavam em regime de meio tempo.

A partir de 29 de Outubro de 2005, o Executivo Municipal, passou a ser a seguinte composição: Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, o Engenheiro António Gonçalves Bragança Fernandes, e 8 Vereadores, a saber:

- Miguel Ângelo Santos Esteves Rodrigues
- Eng.º António Domingos da Silva Tiago
- Dr. Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Eng.ª Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras
- Dr. Paulo Fernando de Sousa Ramalho
- Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos
- Rogério Duarte da Rocha
- Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Em regime de permanência encontram-se os Senhores Vereadores Eng.º António Domingos da Silva Tiago, Dr. Mário Nuno Alves de Sousa Neves, e Hernâni Avelino da Costa Ribeiro.

A meio tempo os Senhores Vereadores, Dr. Paulo Fernando da Sousa Ramalho e Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos.

#### **8.1.6. Organização Contabilística**

Os registos e demais procedimentos são efectuados num único sistema que integra quer a Contabilidade Orçamental, quer a Contabilidade Patrimonial, quer ainda a Contabilidade de Custos, não estando esta última, ainda, verdadeiramente implantada, em estrita obediência às determinações do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, no Departamento de Finanças e de Património. As actividades deste departamento são asseguradas por três divisões

- Divisão de Contabilidade e Controlo Orçamental
- Divisão de Planeamento e Gestão Financeira
- Divisão de Compras e Património

Integram a Divisão de Contabilidade e Controlo Orçamental, 2 secções:

- Secção de Contabilidade
- Secção de Gestão Orçamental

Integram a Divisão de Planeamento e Gestão Financeira, 4 secções:

- Secção de Controlo de Custo
- Secção de Tesouraria
- Secção de Execuções Fiscais
- Secção de Taxas e Licenças

Integram a Divisão de Compras e Património, 3 secções:

- Secção de Cadastro e Inventário
- Secção de Gestão e Controlo Patrimonial
- Secção de Compras

O sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, é um sistema de informação centralizado assente numa base de dados relacional desenvolvido pela empresa Medidata.Net – Sistemas de Informação para Autarquias, AS, com excepção do Software existente nas instalações desportivas e recreativas. É constituído por 18 aplicações a saber:

- Pocal
- Gestão de Pessoal
- Gestão de urbanismo
- Ciclomotores
- Feiras e Mercados
- Transportes Escolares
- Publicidade
- Atendimento
- Aprovisionamento
- Património
- Obras Municipais
- Programa de Concurso de Empreitadas
- Máquinas
- Fiscalização e contra ordenações
- Execuções Fiscais
- Expediente

- Máquinas e Diversões
- Uso e Porte de Arma

As diversas aplicações estão integradas entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

Da totalidade das aplicações existentes, não estão a funcionar como seria desejável, para a conveniente integração com o POCAL, prejudicando por isso, um controlo de custos mais eficaz e eficiente, as seguidamente discriminadas: Obras Municipais e Programa de Concursos de Empreitadas e Maquinas (exceção feita ao que se reporta à área do Departamento e Ambiente e Qualidade de Vida).

Relativamente às Máquinas de Diversão, considerando que esta aplicação se encontra numa fase de implantação, as suas repercussões no POCAL não são geradas automaticamente.

A gestão informática das Instalações Desportivas e Recreativas da Autarquia, é garantida pelo Software C-GESP XXI, Gestão de Equipamentos Desportivos, da empresa CEDIS, Consultores em Sistemas de Informação e Informática, LDA. É de mencionar que esta aplicação ainda não está integrada com o POCAL, pelo que os lançamentos contabilísticos da receita cobrada por estes serviços no POCAL, são, neste momento, processados de modo independente daquela aplicação.

## **8.2 - NOTAS AO BALANÇO FINAL E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos, não estando esta última, ainda, verdadeiramente implantada.

A ausência de uma verdadeira contabilidade de custos não teve efeitos no Balanço e na Demonstração de Resultados, pelo que a informação neles expressa, reflecte a imagem verdadeira e apropriada do Activo, dos Fundos Próprios e dos Resultados da Autarquia.

### **8.2.3. Critérios Valorimétricos utilizados e métodos de cálculo respeitantes aos ajustamento de valor na elaboração do Balanço Final**

#### **8.2.3.1 Critérios Valorimétricos**

##### **8.2.3.1.1 Imobilizado**

Os activos de imobilizado adquiridos na gerência em análise foram contabilizados ao custo de aquisição ou produção, de acordo com os registos contabilísticos e respectiva documentação.

Para os activos do **imobilizado obtidos a título gratuito** considerou-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais, ou caso não existisse disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos adequados. Nos casos em que não foi exequível este critério o imobilizado assumiu o valor zero.

##### **8.2.3.1.2 Existências**

As existências foram valorizados ao seu custo de aquisição de acordo com os registos contabilísticos e respectiva documentação.

O método de custeio das saídas de armazém foi o do custo médio ponderado.

#### **8.2.3.1.3 Dívidas de e a Terceiros**

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

No âmbito das **Dívidas de Terceiros** (a receber )

As dívidas de terceiros decorrentes da prestação de serviços no âmbito do licenciamento de obras particulares, e que se reportam ao período anterior à gerência de 2005, foram por fim contabilizadas, no rigoroso cumprimento das disposições legais existentes, o que explica o incremento significativo da rubrica 21.8 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa.

Atento o princípio de especialização, e uma vez aprovadas um conjunto de candidaturas referentes, quer a contratos programa, quer a fundos comunitários, foram os valores das participações devidamente contabilizados nas respectivas contas de proveitos diferidos, e os montantes ainda não recebidos, reflectidos nas correspondentes contas de terceiros.

Com referência às **Dividas a Terceiros** (a pagar):

Foram relevadas patrimonialmente todas as dívidas a terceiros, mesmo aquelas cuja afectação a nível orçamental só ocorrerá em exercícios económicos futuros.

#### **8.2.3.1.4 Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respectivamente .

#### **8.2.3.2 Métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor**

**8.2.3.2.1 Amortizações** – O método de cálculo utilizado é o das quotas constantes.

Dada a necessidade de reflectir contabilisticamente o desgaste sofrido pelo imobilizado durante a sua utilização, foram calculadas as respectivas amortizações, com base nas taxas constantes do classificador geral aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, que aprova as instruções regulamentadoras do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

Atento o critério da materialidade, e quanto aos bens de reduzido valor, foram os mesmos totalmente amortizados no ano de aquisição.

#### **8.2.3.2.2 Provisões**

Segundo o princípio contabilístico da prudência em detrimento do princípio do custo histórico utilizado nas operações de relações com terceiros, a rubrica da provisão para dividas de cobrança duvidosa, corresponde aos encargos que se prevêem poderem tornar-se efectivos no futuro, mas que ainda existe incerteza da ocorrência ou data, nomeadamente em função das idades dos saldos em dívida e nos processos em contencioso accionados judicialmente.

Não tendo sido possível fazer um avaliação conclusiva, no que respeita aos períodos em mora, entendeu-se prudente constituir provisão correspondente a 50% do valor constante da conta 21.8 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa, no valor de 653.969 €.

#### **8.2.7 e 8.2.8 Activo Bruto desagregado por rubricas de Activo Imobilizado e Amortizações**

Na gerência em análise, tal como no ano anterior, foi possível apresentar os mapas do Activo Bruto/Amortizações e Provisões, em conformidade com os registos patrimoniais constantes nos serviços de Património, assim como a descrição do activo bruto, elemento a elemento, conforme é exigido.

(Ver páginas n.ºs 22 e 23 dos anexos documentais)

#### **8.2.9 Custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados, nesse período.**

Os juros suportados nos financiamentos que se destinaram a imobilizações não foram imputados à compra e produção das mesmas, durante o período que aquelas estiveram em curso, dada a impossibilidade de fazer a respectiva correspondência empréstimo/empreendimento de forma fidedigna e consistente.

**8.2.14 Relação dos bens de imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.**

Não foi possível contabilizar três livros, cujas designações constam na página n.º 153 dos anexos documentais, dada a dificuldade de proceder á respectiva avaliação, circunstância que irá ser ultrapassada no próximo exercício económico.

**8.2.15 Identificação dos bens de domínio público que não são objecto de amortização e indicação das respectivas razões.**

De acordo com as disposições legais constantes no CIBE, não são susceptíveis de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afectos ao domínio público. A relação discriminada destes bens consta da página n.º 154 dos anexos documentais.

**8.2.16 Identificação das entidades participadas**

(Ver página n.º 161 dos anexos documentais)

**8.2.22 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.**

É importante anotar que, não foi exequível apreciar convenientemente a antiguidade dos saldos em dívida reflectidos na conta 21. Clientes, Contribuintes e Utentes C/C, pelo que, o valor global das débitos de cobrança duvidosa, traduzido na conta supra mencionada, poderá não reflectir de forma fidedigna todos as dividas permissíveis de serem assim consideradas.

Perante o saldo devedor espelhado na conta 21.8, o valor global das dívidas de Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa, apresentado nesta gerência, atinge, em termos brutos, 1.307.938 €.

**8.2.26 Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa.**

(Ver páginas n.ºs 260, 287 e 288 dos anexos documentais)

### 8.2.27 Desdobramento das contas de provisões acumuladas.

		PROVISÕES			
		2005			
		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0	0	0	0
291	Provisões para cobranças duvidosas	358.485	1.306.597	11.113	1.653.969
292	Provisões pra riscos e encargos	0	0	0	0
39	Provisões para depreciação de existências	0	0	0	0
49	Provisões investimentos financeiros	0	0	0	0
<b>Total de Provisões</b>		358.485	1.306.597	11.113	1.653.969

Un:Euros

No exercício económico procedeu-se, quer à redução, quer ao aumento, do valor das provisões para cobranças duvidosas, pelos motivos a seguir evidenciados:

- A redução das provisões para cobranças duvidosas, oportunamente criadas, no montante global de 11.113 €, resultou da anulação das provisões transitadas face à prescrição dos prazos de algumas das dividas de clientes de cobrança duvidosa, conforme dispõe o artigo 48.º da Lei Geral Tributária. Estas anulações foram aprovadas em reunião de câmara realizada no dia 05 de Maio de 2005.
- O montante acumulado de provisões para cobertura das dividas de terceiros existentes à data de 31 de Dezembro de 2005, espelhado no saldo da conta 21.8, foi reforçado tendo por base a percentagem de 50 %.

À data de 31 de Dezembro de 2005, o montante acumulado de provisões para cobertura das dívidas de terceiros em atraso totaliza 1.653.969 €.

### 8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial

FUNDO PATRIMONIAL				
2005				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	213.826.156	17.869.732	0	231.695.888
56 Reservas de Reavaliação	600	0	0	600
57 Reservas	4.205.426	2.082.974	186.982	6.101.418
571 Reservas Legais	734.300	593.788	0	1.328.088
575 Subsídios	186.982	0	186.982	0
576 Doações	897.156	764.562	0	1.661.719
577 Reservas decorrentes da transferências activos	267.349	0	0	267.349
578 Cedências	973.543	512.341	0	1.485.884
579 Outras	1.146.096	212.282	0	1.358.378
59 Resultados Transitados	7.559.088	27.062.181	18.660.061	15.961.208
Resultado Líquido Exercício 2003	0	11.875.763	11.875.763	0
Correcção Balanço Inicial	6.587.757	13.856.085	6.593.733	13.850.109
Correcções a exercicios anteriores	971.331	1.330.333	190.564	2.111.099
<b>Totais</b>	<b>225.591.270</b>	<b>47.014.886</b>	<b>18.847.042</b>	<b>253.759.114</b>

Un:Euros

O saldo do Fundo Patrimonial no início de 2005 apresentava o valor de 225.591.270 €, respeitando 213.826.156 € a *Património*, e o restante a *Reservas* e a *Resultados Transitados*, conforme se encontra desenvolvido no quadro que antecede. Durante a gerência em análise, comportaram as respectivas contas as variações que se entendeu dever aqui ser vertidas.

Desde logo, foi o valor de 6.587.757 €, consequente de regularizações efectuadas durante o anterior exercício de 2004 no que respeita a quantitativos que deveriam ter constado no balanço inicial, transferido para a conta 51 – Património.

Foi igualmente movimentado na conta 51 durante o ano 2005 o montante de 11.281.974,85 €, correspondente a 95% dos resultados líquidos do exercício antecedente, tendo o remanescente de 5% – 593.788 € – sido aplicado em reservas legais.

A contabilização do valor de 186.982 € oportunamente efectuada na conta *Subsídios*, consequente da homologação do projecto “Conhecer, Conservar e Divulgar o Património Barroco da Maia – O Mosteiro de Moreira”, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, foi revogada durante a gerência em análise, dada a desistência do projecto, face à impossibilidade da sua execução.

Quanto aos registos nas restantes contas de *Reservas*, referem-se os mesmos a doações e cedências ao Município de parcelas de terreno, destacando quanto às primeiras os terrenos sitos no Lugar de Moscalhos e de Fundevila, freguesia de Milheirós, cujos valores adicionados explicam 64,39% (492.310 €) do total aí contabilizado. Já no que respeita à rubrica *Outros*, convirá assinalar que aí se inclui o valor de 150.656 € reportado a um terreno sito na Av. Vasco da Gama, freguesia de Vermoim, que veio à posse da Câmara Municipal por usucapião.

Dada a complexidade de todo o processo de avaliação do património que esteve na base da aprovação do inventário inicial que serviu de suporte ao balanço inicial, para o que muito contribuíram as insuficiências do regime contabilístico que vigorou até à implementação do POCAL, e apesar das diligências encetadas em exercícios anteriores no sentido de relevar todo e qualquer facto patrimonial que eventualmente possa não ter sido considerado em tempo oportuno ou tê-lo sido de forma que se veio a mostrar menos precisa, testemunha-se que esse processo não foi ainda definitivamente concluído.

Com efeito, e a exemplo do que se tem verificado em anos anteriores, também em 2005 se constatou existirem situações que deveriam ter sido devidamente contempladas no inventário inicial, e outras que, tendo sido aí incluídas, mereceram correcção. Outras situações houve que tiveram a ver com regularizações a exercícios anteriores, estas de inferior grandeza.

Contudo, no seu conjunto, ascenderam os ajustamentos a valores que, pela sua magnitude, determinaram o seu registo na conta de *Resultados Transitados*. Assim, foram contabilizados nesta conta aumentos que se fixaram em 15.186.418 €, enquanto que as reduções se quedaram em 6.784.298 €.

### 8.2.29 - Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Movimentos	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	
	2005	
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	16.390,21	642.610,05
Compras	61.932,81	1.468.212,68
Regularização de Existências	-3.666,06	-11.149,36
Existências Finais	73.579,13	661.552,63
<b>Custos no Exercício</b>	<b>1.077,83</b>	<b>1.438.120,74</b>

Un.: Euros

Preconiza o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 564-A/99, de 22 de Fevereiro, que as fichas de existências do armazém sejam

movimentadas por forma que o seu saldo corresponda permanentemente aos bens existentes no mesmo armazém, ou seja, que seja adoptado o sistema de inventário permanente.

Deste modo, é adoptado o sistema de inventário permanente na movimentação das contas de existências, sendo que relativamente a certos bens cuja gestão não é efectuada informaticamente, foi utilizado o sistema de inventário intermitente. São esses bens, o gasóleo, a gasolina e algumas das mercadorias que são geridas em locais desprovidos de adequado sistema informático que permita a sua correcta gestão, circunstância que está a ser devidamente avaliada, tendo em vista a implementação das acções que se mostrem necessárias ao integral cumprimento das regras de gestão das existências em armazém.

Não obstante, existe sempre quanto a estes artigos um controlo de entradas/saídas de armazém efectuado em suporte de papel, relevado a nível informático no final do período em análise.

Aborda-se agora o valor declarado como Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas no exercício de 2005, no total de 1.439.198,57 €, achado a partir da fórmula:

$$CMVMC = \text{Existências Iniciais} + \text{Compras} - \text{Existências Finais} \pm \text{Regularização de Existências}$$

Assim, e no que concerne à demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas na gerência de 2005, é importante ressaltar o seguinte:

- O valor de 1.751.396 € registado na conta 31 - *Compras*, de Mercadorias e Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo, não corresponde efectivamente a lançamentos contabilísticos dessa natureza, já que inclui movimentos de regularização, neste ano em especial todos aqueles que respeitaram à alteração do I.V.A. de 19% para 21%, dos quais resultou a duplicação de saldos. O sistema informático encontra-se formatado no sentido de, sempre que há uma rectificação de um movimento de entrada em armazém (alteração de I.V.A., de preço unitário, ou outra), ainda que a alteração seja atempadamente detectada, só é possível regularizar após a efectivação do movimento de entrada pelo valor inexacto, o que origina duplicação de saldos;
- O valor das existências iniciais em 2005 apresenta uma ligeira divergência de 248,01 € face ao valor final de 2004, que resulta de acertos efectuados nas contas de *Matérias-Primas, Consumos de Secretaria e Outros Fornecimentos*;
- A regularização de existências, cujos movimentos, para além de um ou outro que foram directamente efectuados no Serviço de Contabilidade, foram automaticamente gerados pela aplicação informática do aprovisionamento, aquando da introdução das quantidades

contadas por ocasião da realização do inventário, encerra eventualmente factos patrimoniais que se afastam da exacta natureza daqueles que aí se devam incluir.

Tal observação deve-se, essencialmente, à constatação de situações que ao longo do exercício em análise não tenham sido devidamente reflectidas nas respectivas contas, como por exemplo, consumos não relevados na conta 61, dado o desfaseamento entre os movimentos físicos e os informáticos.

Não tendo sido possível desenvolver atempadamente os procedimentos tendentes à correcção de todas as situações verificadas, para além de outras que não foi possível identificar, a regularização dos artigos que foram inventariados acabou por ser efectuada via conta 38.

Por tal facto, incluíram-se as correspondentes quebras/sobras nas contas 65 e 76, procurando minimizar as consequências daí advenientes, reflectindo-se tais factos em resultados operacionais.

- As existências finais consideradas em 2005 para efeito de encerramento de contas no Serviço de Contabilidade, no total de 735.131,76 €, não coincidem com o valor constante do mapa extraído da aplicação do aprovisionamento, o que se deve, por uma lado, a inexactidões contidas na valorização final dos artigos ao nível do armazém e, por outro, a ajustamentos efectuados aquando do encerramento do exercício, designadamente no que tem a ver com a inclusão/exclusão de valores nas existências finais, face ao momento de facturação.

A gestão das existências em armazém é uma área agregadora de múltiplas operações que, inseridas num processo de funcionamento integrado dos serviços de aprovisionamento e de contabilidade, como acontece nesta Autarquia, consubstancia uma ampla e delicada realidade, não tanto pela complexidade técnica que a mesma encerra, mas sobretudo pela necessária articulação entre todas as partes intervenientes, rigor na operacionalidade dos serviços e desenvolvimento atempado das tarefas.

Estamos a analisar o 4.º ano de aplicação do POCAL. Sem mais, poderíamos ser tentados a dizer que já decorreu tempo bastante para que tudo se apresente devidamente ajustado, em perfeita e rigorosa consonância. Contudo, a realidade dos factos dita-nos que muito ainda haverá a fazer. Assiste-se a uma contínua melhoria, porém ainda não suficiente para que se possa dispensar uma ou outra alusão que, no presente, é imperativo que se faça.

### 8.2.31 Demonstração dos Resultados Financeiros

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS								
Custos e Perdas	Exercícios			Proveitos e Ganhos	Exercícios			
	2003	2004	2005		2003	2004	2005	
681 Juros suportados	2.642.552	2.266.455	2.152.004	781 Juros obtidos	117.079	141.402	289.907	
682 Perdas em entidades participadas	0	0	0	782 Ganhos em entidades participadas	0	0	0	
683 Amortizações de invest.ºs em imóveis	0	0	0	783 Rendimentos de imóveis	50	50	50	
684 Provisões para aplicações financeiras	0	0	0	784 Rendimentos participações de capital	29.138	30.904	29.533	
685 Diferenças de cambio desfavoráveis	0	0	0	785 Diferenças de cambio favoráveis	0	0	0	
687 Perdas na alienação de aplic. de tesour.	0	0	0	786 Descontos de pronto pagamento obtidos	464	1.452	2.190	
688 Outros custos e perdas financeiras	18.403	79.927	22.853	787 Ganhos na alienação de aplic. Tesour	0	0	0	
<b>Total de Custos Financeiros</b>	<b>2.660.955</b>	<b>2.346.383</b>	<b>2.174.857</b>	788 Outros proveitos e ganhos financeiros	0	755.585	4.994	
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-2.514.225</b>	<b>-1.416.989</b>	<b>-1.848.182</b>	<b>Total de Proveitos Financeiros</b>	<b>146.731</b>	<b>929.393</b>	<b>326.675</b>	
<b>Total</b>	<b>146.731</b>	<b>929.393</b>	<b>326.675</b>					

Os resultados **financeiros** apresentam o valor negativo de (-) 1.848.182 €, reflectindo um decréscimo na ordem dos 30%, em relação ao apurado na gerência de 2004.

È de anotar que a diminuição do total dos custos financeiros em (-) 7,31 %, o que poderia induzir uma melhoria dos resultados financeiros, não foi suficiente para compensar a quebra verificado no lado dos proveitos, que ao assumir (-) 64,85 %, inverteu tal tendência.

O decréscimo apresentado na rubrica dos proveitos prendeu-se, fundamentalmente, com a ausência, durante a o exercício económico em análise, da comparticipação financeira da Empresa Espaço Municipal nos encargos decorrentes dos juros dos empréstimos contraídos para a construção de habitação, verificada no ano anterior, não obstante o acréscimo substancial apurado na rubrica dos juros obtidos. No que se refere a esta última tipologia de proveito, o seu aumento resultou, fundamentalmente das sucessivas aplicações financeiras de curto prazo, realizadas com o saldo transitado da gerência de 2004, por intermédio do Banco Português de Negócios e do Finibanco.

Para a diminuição apresentada na rubrica de outras custos e perdas financeiras, contribuiu a ausência de comissão bancárias de renegociação das cláusulas contratuais do empréstimo bancário de médio e longo prazo, verificadas no ano transacto.

### 8.2.32 Demonstração dos Resultados Extraordinários.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS									
Custos e Perdas	Exercícios			Proveitos e Ganhos	Exercícios				
	2003	2004	2005		2003	2004	2005		
691 Transferências de capital concedidas	1.382.889	1.998.325	2.146.249	791 Restituição de impostos	0	0	0		
692 Dívidas incobráveis	308.781	151.253	22.316	792 Recuperação de dívidas	0	0	0		
693 Perdas em existências	52.386	0	36	793 Ganhos em existências	333.803	0	1		
694 Perdas em imobilizações	39.403	716.356	748.076	794 Ganhos em imobilizações	1.938.542	1.460.273	2.654.536		
695 Multas e penalidades	460	1.936	1.122	795 Benefícios de penalidades contr	27.654	333.045	560.863		
696 Aumento de amortiza. Provisões	0	0	0	796 Reduções de amortiz.e provisões	154.285	95.984	11.113		
697 Correções relativas a exerc. anteriores	1.187.589	463.759	189.652	797 Correções relativas a exerc. anteriores	684.407	344.892	357.227		
698 Outros custos e perdas extraordinários	29.966	42.755	25.893	798 Outros proveitos e ganhos extraordinários	782.660	478.304	545.353		
<b>Total de Custos Extraordinários</b>	<b>3.001.474</b>	<b>3.374.383</b>	<b>3.133.344</b>	<b>Total de Proveitos Extraordinários</b>	<b>3.921.351</b>	<b>2.712.498</b>	<b>4.129.093</b>		
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>919.877</b>	<b>-661.885</b>	<b>995.750</b>						
<b>Total</b>	<b>3.921.351</b>	<b>2.712.498</b>	<b>4.129.093</b>						

Os resultados **extraordinários** atingiram o valor total de 995.750 €, montante manifestamente superior ao apurado no ano de 2004, para o que muito contribuiu o reconhecimento no presente exercício da quota parte do valor oportunamente contabilizado em proveitos diferidos no âmbito do processo de antecipação de rendas, reflectido na conta 79.4-Ganhos em imobilizações. Computa-se esse valor em 943.529€.

Embora sem a mesma preponderância e de referir contributo da diminuição dos custos extraordinários, que rondou os (-7 %). Neste âmbito, significativo foi o decréscimo verificado na conta – 79.7 - Correções relativas a exercícios anteriores, que se deve à existência de um maior equilíbrio ao nível da contabilização das operações no exercício a que respeitam, implicando cada vez menos regularizações a reflectir nesta rubrica.

No total das transferências de capital concedidas distinguem-se as que tiveram como destino o financiamento de investimentos promovidos pelas Juntas de Freguesia, pela LIPOR e pela Empresa Municipal Academia das Artes, para financiar o projecto MAIADIGITAL .

O aumento do valor apurado para a conta 79.5 Benefícios de Penalidades Contratuais, em relação ao verificado no ano passado, deve-se, principalmente à contabilização dos juros de mora, resultado do incumprimento no pagamento de taxas referentes a processos de urbanização e edificação, que entretanto transitaram para execução fiscal.

Na conta de outros proveitos e ganhos extraordinários assume relevância a conta 79.8.4. Subsídios para Investimentos ao totalizar 423.946 €, traduzindo o adequado tratamento contabilístico dos correspondentes proveitos do exercício, quer dos subsídios do INH à habitação social, quer de outros projectos financiados.

As demais regularizações, independentemente da sua natureza, não assumem por si só preponderância significativa, sendo que algumas delas foram efectuadas para anular lançamentos de custos/proveitos relativos a correcções de exercícios anteriores, indevidamente contabilizados.

### **8.3 - NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO**

#### **8.3.1 Modificações ao orçamento**

Durante o exercício económico de 2005, foram operadas 22 modificações ao Orçamento, cujos documentos se anexam, que se traduziram em:

- Vinte alterações e duas revisões ao Orçamento da Despesa
- Duas alterações e uma revisão ao Orçamento da Receita

(Ver páginas dos n.º 291 ao 298, dos anexos documentais)

#### **8.3.2 Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos**

No que se reporta ao Plano Plurianual de Investimentos, assim como ao Plano de Actividades Mais Relevantes, na gerência em análise, foram efectuadas 19 alterações e duas revisões.

(Ver página n.º 336 dos anexos documentais)

#### **8.3.6 Endividamento**

(Ver página n.º 390 dos anexos documentais)



## **ANEXOS DOCUMENTAIS**

Os anexos que integram os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2005 encontram-se individualizados em processo próprio apenso ao presente Relatório de Gestão.